

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA

**A SEXUALIDADE NA BNCC/EM E NO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO/EM: HÁ
ESPAÇO PARA UMA PRÁTICA FILOSÓFICA?**

RECIFE

2024

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA

**A SEXUALIDADE NA BNCC/EM E NO CURRÍCULO DE
PERNAMBUCO/EM: há espaço para uma prática filosófica?**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO, Núcleo da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Ensino de Filosofia. Orientador: Christian Lindberg Lopes do Nascimento.

RECIFE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Vieira, Romualda Mirdes de Figueiroa.

A sexualidade na BNCC/EM e no currículo de Pernambuco/em: há espaço para uma prática filosófica? / Romualda Mirdes de Figueiroa Vieira. - Recife, 2024.

222f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação Profissional em Filosofia (Rede), 2024.

Orientação: Christian Lindberg Lopes do Nascimento.

1. Biopoder; 2. Currículo; 3. Ensino Médio; 4. Filosofia; 5. Sexualidade. I. Nascimento, Christian Lindberg Lopes do. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA

**A SEXUALIDADE NA BNCC/EM E NO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO/EM: HÁ
ESPAÇO PARA UMA PRÁTICA FILOSÓFICA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO, Núcleo da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em: 06 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Christian Lindberg Lopes do Nascimento (orientador)-Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Vieira Ramos-Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra Valéria Cristina Lopes Wilker-Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me apoiou e renunciou às horas de convivência. Aos meus Mestres, Orientador, e também aos colegas de turma, pelas contribuições muito bem-vindas à minha pesquisa do mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus Supremo e Criador do Universo, por toda a direção, força e sabedoria, bem como por me permitir avançar mais um degrau na minha jornada acadêmica.

Especialmente à minha mãe, Maria Amparo de Figueiroa Vieira, por seu apoio incondicional ao longo de minha jornada acadêmica. Mesmo com sua formação limitada, sua fé em minha capacidade e seu encorajamento constante foram fundamentais para meu progresso e sucesso. Obrigado, mãe, por acreditar em mim!

Aos meus amigos especiais de turma Ana Maria, Alexandre, Carla Quirino, Corina, Flávio, Gleidson, Ivan, Jeferson, Kelly, Leonardo, Nathally, Paulo César e Paulo Eudes, pelas trocas e auxílios durante essa jornada.

Ao meu orientador, Christian Lindberg Lopes do Nascimento.

Aos meus inesquecíveis mestres do curso pelos ensinamentos que levarei por toda a minha vida.

Aos alunos do 1º ano E do Ensino Médio da Escola Professora Jesuína Pereira Rêgo Pereira Rêgo, ao Diretor Escolar Farlan Soares e ao professor Lupercínio que contribuíram eficazmente para que este trabalho fosse possível.

Ao companheiro Richarles Russel por me acalmar nos momentos de crise de ansiedade e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a produção desse trabalho acadêmico, muito obrigada!

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (Foucault, 1996, p. 44).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a viabilidade de uma prática filosófica com o tema da sexualidade no Ensino Médio. Para tanto, será imprescindível analisar a BNCC e o Referencial Curricular para o Ensino Médio de Pernambuco com o intuito de identificar se a sexualidade está contemplada nesses documentos, particularmente no componente curricular de Filosofia. Pretende-se, assim, desenvolver uma prática filosófica centrada na sexualidade, utilizando como referencial teórico o filósofo Michel Foucault e seus conceitos de biopoder, disciplina e sexualidade. A pesquisa prática envolveu uma intervenção na Escola Estadual Jesuína Pereira Rêgo, em Caruaru, Pernambuco, composta por nove etapas de discussões e atividades investigativas. Foram introduzidos conceitos de sexualidade, disciplina e biopoder para fomentar uma compreensão reflexiva, inclusiva e crítica entre os alunos. Essa intervenção demonstrou como a Filosofia pode desempenhar um papel significativo na educação sexual do Ensino Médio, promovendo o respeito à diversidade e combatendo a discriminação e a violência nas instituições de ensino.

Palavras-chave: biopoder; currículo; ensino médio; filosofia; sexualidade.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the viability of a philosophical practice with the theme of sexuality in high school. To this end, it will be essential to analyze the BNCC and the Pernambuco Curricular Reference for High School Education, in order to identify whether sexuality is included in these documents, particularly in the Philosophy curricular component. The aim is, therefore, to develop a philosophical practice centered on sexuality, using the philosopher Michel Foucault and his concepts of biopower, discipline and sexuality as a theoretical reference. The practical research involved an intervention at the Jesuína Pereira Rêgo State School, in Caruaru, Pernambuco, consisting of eight stages of discussions and investigative activities. Concepts of sexuality, discipline and biopower were introduced to foster a reflective, inclusive and critical understanding among students. This intervention demonstrated how Philosophy can play a significant role in high school sexual education, promoting respect for diversity and combating discrimination and violence in educational institutions.

Keywords: biopower; curriculum; high school; philosophy; sexuality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Itinerários formativos	88
Figura 2 - Trilhas Formativas	89
Figura 3 - Trilhas Formativas Integradas por Área de Conhecimento	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Concepção de Filosofia	119
Gráfico 2 - Entendimento sobre sexualidade.....	121
Gráfico 3 - A escola consegue preparar para compreensão de temas contemporâneos?.....	125
Gráfico 4 - Sente-se à vontade para discutir temas relacionados à sexualidade com seus amigos?.....	126
Gráfico 5 - Você se sente à vontade para falar sobre sexualidade na escola?	127
Gráfico 6 - Participou de alguma atividade pedagógica relacionada à educação sexual durante seu período escolar?.....	128
Gráfico 7 - A escola dever abordar o tema da sexualidade ou apenas a família?.....	128
Gráfico 8 - Discussões filosóficas sobre sexualidade podem ser benéficas para os estudantes?	129
Gráfico 9 - Conhece ou já ouviu falar sobre o filósofo Michel Foucault?.....	130
Gráfico 10 - Percebe a presença de regras e regulamentos na escola?.....	130
Gráfico 11 - Existem programas ou iniciativas específicas relacionadas à saúde mental e sexualidade?.....	135
Gráfico 12 - Existem políticas ou programas para promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual na escola?.....	136
Gráfico 13 - Você acredita que a escola desempenha um papel importante na formação das identidades dos alunos?.....	139
Gráfico 14 - Você acha que a escola influencia as percepções dos alunos sobre sua sexualidade?.....	140
Gráfico 15 - Na escola que você estuda, existem normas implícitas ou explícitas em relação a comportamentos relacionados à sexualidade?	141
Gráfico 16 - Como Michel Foucault concebe a verdade?Na Atividade 2 obteve-se o seguinte resultado, conforme o gráfico 16:	145
Gráfico 17 - Sexualidade em Michel Foucault.....	146
Gráfico 18 - Concordância ou não com as ideias de Foucault.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Competências gerais da Educação Básica	69
Quadro 2 - Competências Ciências Humanas e Sociais aplicadas	74
Quadro 3 - Competência 5 – combate as injustiças, preconceitos e violência.	77
Quadro 4 - Competência 6 - criticidade.....	79
Quadro 5 - 1º ano do Ensino Médio: Explorações Filosóficas sobre Autoconhecimento e Diversidade no Ensino Médio	92
Quadro 6 - Filosofia: Vínculos Sociais e Sexualidade no Ensino Médio	93
Quadro 7 - Filosofia do Trabalho e Desenvolvimento Pessoal.....	95
Quadro 8 - Direitos da Criança e do Adolescente nas Políticas Públicas	98
Quadro 9 - Gênero e Sexualidade: Perspectivas Filosóficas no Currículo Escolar	99
Quadro 10 - Organizador Curricular Filosofia.....	102
Quadro 11 - Atividade 1	117
Quadro 12 - O que você entende por sexualidade?	120
Quadro 13 - Como descreve a atmosfera da escola em termos de vigilância e controle dos alunos?	131
Quadro 14 - Quais são os métodos utilizados para monitorar o comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula?	133
Quadro 15 - Como você percebe a influência da escola na formação da sua identidade, especialmente em relação à sexualidade?	137
Quadro 16 - Indagações	150
Quadro 17 - Mecanismos de controle.....	152
Quadro 18 - Mecanismos justos?	154
Quadro 19 - Conceito de biopoder	156
Quadro 20 - Disciplina e sociedade	161
Quadro 21 - Sobre estereótipos e preconceitos	165
Quadro 22 - Sugestões de melhorias	169
Quadro 23 - Tempestade de ideias	171
Quadro 24 - O que ficou de aprendizado?	172
Quadro 25 - Diagnóstico.....	175

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA CONFLUÊNCIA DA INTERSEÇÃO ENTRE PODER, SABER E SEXUALIDADE	19
2.1 DESVENDANDO O CONCEITO DE DISPOSITIVO EM MICHEL FOUCAULT: EXPLORANDO AS TEIAS DA SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO.....	20
2.2 MICROPODERES NA SOCIEDADE: O ENTRELAÇAMENTO ENTRE O CONHECIMENTO E O PODER.....	22
2.3 SEXUALIDADE COMO UM DISPOSITIVO DE PODER: O BIOPODER.....	29
3 A ESCOLA COMO DISPOSITIVO DE PODER E SABER: A EDUCAÇÃO A PARTIR DA BNCC E O CURRÍCULO DE PERNAMBUCO	45
3.1 O CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO DE PODER E CONTROLE SOCIAL.....	53
3.2 SEXUALIDADE: O QUE DIZ A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM.....	59
3.2.1 A inclusão da temática sexualidade no currículo escolar: uma análise da bncc	67
3.3 REFERENCIAL CURRICULAR DE PERNAMBUCO: ONDE SE ENCONTRA A ORIENTAÇÃO SEXUAL?.....	83
4 ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: PROJETO DE INTERVENÇÃO	107
4.1 CONTEXTO SOCIAL, HISTÓRICO E CULTURAL	108
4.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INTERVENÇÃO.....	109
4.3 AULA 1 e 2: EXPLORANDO A FILOSOFIA E A SEXUALIDADE: INTRODUÇÃO À PERSPECTIVA DE MICHEL FOUCAULT.....	114
4.4 AULA 3 e 4: CONCEITO DE SEXUALIDADE E BIOPODER SEGUNDO MICHEL FOUCAULT.....	148
4.5 AULA 5 e 6: CONCEITO DE BIOPODER E DISCIPLINA SEGUNDO MICHEL FOUCAULT.....	159
4.6 AULA 7 e 8: DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS ÉTICA SEXUAL E RELAÇÕES DE PODER, EDUCAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO.....	163
4.7 AULA 9: AVALIAÇÃO DO PROJETO, DISCUSSÃO SOBRE APRENDIZADOS E COLETA DE FEEDBACKS.....	170
4.8 ANÁLISE DOS RESULTADOS ESPERADOS DA INTERVENÇÃO.....	178

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS.....	184
ANEXOS.....	188

1 INTRODUÇÃO

A ideia de trabalhar uma pesquisa na área de ensino sobre sexualidade surgiu mais precisamente no ano de 2017. Uma das motivações foi o estabelecimento de uma ampla discussão, em âmbito educacional, envolvendo a possibilidade de utilizar da temática como elemento significativo no texto conclusivo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Nesse contexto, notou-se uma polarização nos discursos educacionais: de um lado, grupos religiosos e políticos que defendiam a neutralidade da escola em relação ao tema; do outro, movimentos sociais e civis que pressionavam por uma educação que respeitasse a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 surgiu como uma proposta de reforma educacional, iniciando uma discussão sobre a abordagem da orientação da sexualidade nas escolas e resultando nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Esses documentos (PCNs), de caráter orientador e não normativo, consideram a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, presente em toda a existência humana, com o direito ao prazer e ao exercício responsável da sexualidade, abrangendo relações de gênero, respeito mútuo e a diversidade cultural e social de uma sociedade democrática e pluralista.

Incluem também a importância da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e da gravidez indesejada na adolescência (PCN Orientação Sexual, apresentação, 1997). Além de visar a superação de tabus e preconceitos presentes no contexto sociocultural brasileiro, os PCNs propuseram que a Orientação Sexual fosse tratada como um tema transversal no currículo escolar, integrado de maneira interdisciplinar. Apesar da relevância dessa abordagem para a construção de uma sociedade plural e inclusiva, a inclusão da sexualidade em documentos oficiais da educação voltou a ser objeto de debate durante a construção e implementação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio em 2018 (BNCC).

Nessa seara de discursos, a disciplina Filosofia se apresenta como uma possibilidade de instrumento capaz de facilitar a abordagem sobre a sexualidade de maneira reflexiva e crítica. Diante de problemas contemporâneos como o elevado número de estupros de crianças e adolescentes e a violência contra pessoas que

perfazem o grupo LGBTQIA+, percebe-se que esse componente curricular pode e deve produzir debates profundos e provocativos.

Nos dias atuais, vivemos um momento em que uma onda conservadora parece ameaçar direitos conquistados e colocar em risco a vida das pessoas com orientações sexuais diversas. Isso faz com que as minorias clamem pela atuação da escola em seu papel crucial no combate a essa tendência. Em diálogo e com o incentivo de uma amiga, Carla Quirino, percebi que, através de uma abordagem filosófica da sexualidade, a instituição em que leciono pode contribuir significativamente para promover o respeito à diversidade, a compreensão mútua e o combate à discriminação e à violência.

Contudo, no espaço escolar, uma parcela considerável de professores(as) sente receio em abordar temas relacionados à sexualidade, temendo possíveis reações negativas ou até mesmo retaliações por parte dos alunos, gestores, pais e alguns setores da sociedade. Da mesma forma, era evidente o medo entre os estudantes com orientações sexuais homossexuais, travestis e lésbicas de expressarem seus sentimentos livremente. Tudo isso, soma-se ao receio de sofrer violência física, emocional ou psicológica por parte de colegas que praticam bullying ou os tratam com diferença e desprezo, gerando, dessa forma, um clima de temor e insegurança, contribuindo para a criação de um ambiente escolar hostil e pouco acolhedor, afetando o bem-estar e o desenvolvimento pessoal dos estudantes.

Através da análise filosófica da sexualidade, vislumbrei a possibilidade de contribuir para a promoção do respeito à diversidade e para o combate à discriminação e à violência nas instituições de ensino. O impacto desse debate no cotidiano escolar é fundamental para decidir realizar a pesquisa, reconhecendo o potencial transformador que uma abordagem dessa natureza pode ter no ambiente escolar. Assim, o projeto de mestrado se revelou não apenas como uma busca pelo conhecimento científico, mas também como um compromisso com a construção de uma educação mais justa, inclusiva e respeitosa para todos os alunos e alunas.

Para compreender melhor a temática desenvolvida na pesquisa, parte-se das contribuições oferecidas por Michel Foucault que serão o fundamento das ideias importes e imprescindíveis para entender a dinâmica que ocorre dentro da escola e nos espaços de aula, especialmente aquelas relacionadas à sexualidade, biopoder e disciplina, revelando-se pertinentes para a análise das questões educacionais

contemporâneas.

Foucault afirmou que no século XIX houve uma confiscação da sexualidade, que se origina no século XVII. Esse período coincide com o desenvolvimento do capitalismo, e, ao mesmo tempo, uma sexualidade que é reprimida por ser incompatível com uma colocação no trabalho. De acordo com o filósofo, a repressão é vinda das sociedades burguesas e a ideia de sexo reprimido, portanto, não é apenas somente objeto de teoria. “A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociista e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo” (Foucault, 1988, p. 13), a modificar sua economia real, a subverter a lei que o rege, a mudar o futuro.

Percebe-se pelo citado que a repressão está relacionada aos propósitos de domínios de poder, que a moralidade sexual sustenta-se na dominação de classes e estabelecimentos do poder liberal que, segundo Foucault (1988, p. 10), tudo aquilo que “não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também”. Dessa forma, passa a ser expulso, negado e reduzido ao silêncio. “Não somente não existe, como não deve existir e a menor manifestação fá-lo-ão desaparecer- sejam atos ou palavras”.

Embora Michel Foucault não tenha um livro dedicado especificamente à educação escolar, sua filosofia aborda questões educacionais quando investiga as relações de poder, controle e conhecimento que permeiam as instituições sociais, incluindo o sistema educacional. Sua análise da disciplina, do biopoder, das instituições e práticas de normalização, bem como seu estudo sobre a formação de subjetividades oferece uma lente crítica valiosa para compreender as dinâmicas das relações educacionais refletindo sobre como as influências externas moldam nossa identidade.

No que diz respeito ao processo de formação dos sujeitos no espaço escolar, é crucial examinar quais são as práticas, os discursos, os saberes, as relações de poder, as disciplinas que fazem parte da constituição das suas subjetividades. Desse modo, a “escola deve ser compreendida, a partir de Foucault como um local de articulação dos poderes e saberes na produção do sujeito moderno” (Moura, 2010, p. 15).

Assim, em que medida uma prática filosófica embasada no conceito de

sexualidade, especialmente utilizando as ideias de Michel Foucault, pode influenciar a compreensão e reflexão dos estudantes sobre sua própria sexualidade, bem como sobre as normas sociais e institucionais que a moldam na Escola Estadual Jesuína Pereira Rêgo? Esta pergunta norteia e justifica a aplicabilidade da pesquisa de campo realizada.

Partindo da concepção de poder e de sexualidade, inspirado no trabalho de Michel Foucault, o segundo capítulo investiga a interseção entre poder, saber e sexualidade na educação escolar.

No terceiro capítulo, realiza-se uma análise da dinâmica escolar e do ensino de Filosofia, bem como a abordagem sobre a Educação Sexual na Escola a partir do estudo da BNCC e das Orientações Curriculares de Pernambuco: rumo a uma abordagem filosófica da sexualidade no Ensino Médio. Foucault (2012), em sua obra *História da Sexualidade I, a vontade de saber*, afirmou a sexualidade como um dispositivo histórico de conhecimento, um saber-poder que desafia concepções tradicionais e demanda uma reflexão mais profunda sobre o tema.

Nesse sentido, explora-se como o poder-saber e a disciplina se entrelaçam na construção da sexualidade ocidental e suas implicações na educação escolar. Partimos da concepção de sexualidade proposta por Michel Foucault em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (Foucault, 2012) como uma construção social e histórica moldada por relações de poder e saber e investigamos como essa abordagem é refletida na *Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio* (Brasil, 2017) e no *Currículo de Pernambuco/EM* (Pernambuco, 2023) na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), especificamente na disciplina de Filosofia.

No quarto capítulo descrevo a intervenção realizada na Escola Professora Jesuína Pereira Rêgo, situada na cidade de Caruaru, utilizando a BNCC e o Currículo de Pernambuco como principais ferramentas de viabilização. A intervenção foi dividida em etapas.

Na primeira etapa, discutimos a ideia de Filosofia, a importância da disciplina na formação dos (as) discentes, os temas desejados pelos (as) alunos (as), seus interesses pelo tema sexualidade e suas definições de sexualidade. Na segunda etapa, os (as) estudantes completaram uma atividade no *Google Forms* para investigar como a escola influencia sua compreensão e experiência da sexualidade, além de

examinar as políticas, programas e abordagens das instituições de ensino sobre identidade e diversidade sexual. Na terceira etapa, foram introduzidos os conceitos de sexualidade, subjetividade e biopoder de Michel Foucault, destacando suas aplicabilidades nas questões de subjetividade e sexualidade. Por fim, a turma voltou a responder ao questionário sobre concepção de sexualidade e os (as) educandos (as) realizaram dramatizações sobre discriminação e violência por orientação sexual.

Dessa forma, o presente estudo visa explorar como a Filosofia pode contribuir para uma abordagem crítica e reflexiva da sexualidade no contexto escolar. No próximo capítulo, aprofundaremos a análise teórica das interseções entre poder, saber e sexualidade, conforme discutidas por Michel Foucault, e como essas ideias podem ser aplicadas na educação para promover uma compreensão mais inclusiva e respeitosa das diversas identidades sexuais.

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA CONFLUÊNCIA DA INTERSEÇÃO ENTRE PODER, SABER E SEXUALIDADE.

O tema central de reflexão neste trabalho gira em torno do conceito de sexualidade, o qual, quando está associado à Educação Escolar, é rodeado por diversos tabus. Esses tabus, ao longo do tempo, têm se manifestado tanto na perspectiva de famílias e grupos políticos conservadores, religiosos cristãos, quanto em documentos oficiais que regulam o funcionamento das escolas de ensino básico em nosso país. Para muitos, a sexualidade é considerada uma questão de ordem privada ou quando muito deve ser abordada nas escolas em relação à dimensão estritamente biológica, à reprodução e às doenças/infecções sexualmente transmissíveis (DSTs ou ISTs). Em outras palavras, uma abordagem de viés médico-higienista e preventiva, imersa diretamente ao ato sexual, enquanto camufla inquietações mais profundas que perpassam pela repressão, preconceito, discriminação, corpo, prazer, gênero, taxas de natalidade e a diversidade de identidades sexuais existentes.

A repressão propõe silenciar e assim afirmar que não há nada para comentar, discutir ou dialogar sobre sexualidade. Foucault (1988) sugeriu que deve ser decretado a inexistência e mutismo. Isso fica muito evidente, por exemplo, quando as crianças questionam sobre este assunto, no geral as perguntas são ignoradas ou respondidas de forma muito abstrata. Atualmente, em que as informações estão a todo vapor, não dá para contar a historinha da cegonha como antigamente. Perante muitas indagações de crianças ou jovens a postura adotada por adultos é ignorar ou fingir não entender.

No entanto, é pertinente questionar de onde provém e se consolida essa perspectiva recheada de tabus que vela outras maneiras de compreender a sexualidade presente em nossa sociedade. Por que ainda persiste o discurso de que a família é a única instância propícia para abordar essa temática quando a sexualidade está presente em todos os aspectos da vida e em todos os espaços e relações interpessoais humanas? Será que tudo isso não está relacionado à concepção social histórica da sexualidade ocidental entre os séculos XVII e XX? Portanto, afinal o que é exatamente a sexualidade?

A abordagem da sexualidade que exploraremos aqui será analisada sob a

perspectiva de Michel Foucault (2012), conforme descrita em seu livro *História da sexualidade, a vontade de saber*. Nessa visão, a sexualidade é concebida como um dispositivo histórico de conhecimento, saber-poder, desafiando as ideias tradicionais e demandando uma reflexão mais profunda sobre o tema (Foucault, 2012, pp. 88-143).

Foucault faz uma interseção entre poder, saber e sexualidade, o que torna esse campo complexo, fascinante e intrigante, cujo estudo se desdobra a partir de diversas perspectivas teóricas. Neste sentido, destaca-se o seu pensamento que utiliza o conceito de “dispositivo” como peça fundamental para analisar como o poder e saber se entrelaçam na construção da sexualidade ocidental, e como essa trama tem implicações na educação escolar.

Assim, a partir da caracterização do conceito de sexualidade de Michel Foucault, espera-se ter as bases sólidas para os capítulos subsequentes. Eles tratarão de educação para a sexualidade no contexto das aulas de Filosofia de forma a enfrentar tabus, preconceitos e normas arraigadas sobre esse tema, buscando contribuir com uma concepção filosófica de sexualidade para uma educação mais inclusiva, reflexiva e crítica sobre a sexualidade no ambiente escolar, independente de orientação sexual.

Ao compreender o conceito de dispositivo, estabelecemos um alicerce sólido para desvendar as complexas interações entre poder, saber e sexualidade, que são fundamentais para nossa análise. Agora, exploraremos o conceito de dispositivo conforme Michel Foucault o desenvolveu, o que nos ajudará a lançar luz sobre as teias intrincadas que conectam a sexualidade ao campo da educação.

2.1 DESVENDANDO O CONCEITO DE DISPOSITIVO EM MICHEL FOUCAULT: EXPLORANDO AS TEIAS DA SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO.

À medida que investigamos as interações e teias que envolvem a concepção de sexualidade e sua interseção com o campo educacional, adentramos no universo de Michel Foucault, onde o conceito de dispositivo¹ se destaca. Este conceito nos ajuda a compreender a complexa relação entre poder, saber, sexualidade e escola,

¹ O dispositivo é, portanto, uma estrutura tática que, através da relação dos seus elementos, se inscreve na sociedade, normalizando a vida dos indivíduos e de todo o corpo social, configurando os cidadãos de acordo com os seus objetivos e com padrões adrede definidos por grupos de interesses.

oferecendo um alicerce para melhor desvelar o que caracteriza a sexualidade. Isso nos permitirá explorar o complexo enredamento que envolve a compreensão da sexualidade, especialmente no ambiente educacional (Ribeiro; Goellner, 2009).

Foucault (2021), em sua obra *Microfísica do poder*, define dispositivo como um conjunto heterogêneo, formado por discursos, instituições, estruturas, organizações arquitetônicas, leis, enunciados, proposições filosóficas, o dito e o não dito e a rede entre esses elementos. De modo geral, o que Foucault defende como dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou mais configurações de saberes, dos quais ao mesmo tempo ele nasce e é por ele condicionado. “É um instrumento que tem sua eficácia, seus resultados, que produz alguma coisa na sociedade, que é destinado a ter um efeito” (Carvalho; Sargentini, 2014, p. 25).

Ao explorar a concepção de dispositivo no contexto genealógico de Michel Foucault, encontramos uma conexão crucial entre esse conceito e as noções de “estratégias” e “táticas”.

Essa teia, estabelecida pelos elementos do dispositivo, é dinâmica, uma vez que seus elementos não são estáticos. Elas passam por constantes mudanças de posições e modificações de funções. Conforme Michel Foucault descreve, existe aí “um tipo de jogo” (2021, p. 364) em ação. Todas essas transformações são de natureza estratégica, já que o dispositivo direciona todas as relações no seu interior para a configuração dos sujeitos, produzindo verdades e efeitos sobre os indivíduos.

Para o filósofo Foucault (2021), o dispositivo tem como principal função “em um determinado momento histórico, responder a uma urgência específica da sociedade” (Foucault, 2021, p. 365). Isso ocorre pela dinamicidade da sociedade, o que vem afetar diretamente, por exemplo, a forma de compreensão de sexualidade na educação.

O dispositivo não é fixo, é uma estrutura em transformação, adequando-se às mudanças culturais e sociais, levando-nos a entender que o que é produzido por ele é um produto histórico e cultural, tornando-se discutível e sujeito a regras e normas específicas ao longo do tempo, ficando sujeito a contínuas negociações de poder e significado.

Os efeitos dessa mobilidade do dispositivo incluem a fabricação de conhecimentos, as formas de controle e normatização que influenciam nas

subjetividades dos indivíduos, a modelagem de pensamentos e ações, bem como a regulamentação de comportamentos, normas e valores. Para melhor esclarecimento, em Foucault, dispositivos são “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentada por ele” (2021, p. 366).

No contexto das relações, ele atravessa os nossos corpos transformando-os em objetos de saber dessa rede complexa de práticas, instituições e discursos. E é por meio do conhecimento e do poder que essas configurações do dispositivo são possíveis. Mas, o que exatamente Foucault entende por conhecimento e poder?

Agora, avançaremos para examinar as intrincadas conexões entre saber e poder na visão de Foucault, desvendando como esses elementos se entrelaçam para moldar nossa compreensão da sexualidade e seu impacto na educação.

No entanto, é importante ressaltar que a compreensão do conceito de dispositivo é fundamental para nossa análise posterior, na qual exploraremos a escola como um dispositivo da sexualidade. Ao compreendermos como o dispositivo opera no contexto educacional, seremos capazes de desvendar as complexas dinâmicas que moldam a maneira como a sexualidade é percebida, ensinada e vivenciada nas instituições de ensino.

Devemos lembrar que a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimento acadêmico, mas também desempenha um papel significativo na formação das identidades sexuais, na regulamentação dos comportamentos e valores sociais.

2.2 MICROPODERES NA SOCIEDADE: O ENTRELACAMENTO ENTRE CONHECIMENTO E O PODER

À medida que aprofundarmos nosso estudo sobre as concepções de saber e poder em Michel Foucault, estaremos preparados para analisar de maneira mais abrangente a interação entre a sexualidade e o ambiente escolar.

É relevante observar que, segundo Michel Foucault, as concepções tradicionais de saber e poder não correspondem as suas ideias sobre esses conceitos. Foucault oferece uma visão multifacetada e dinâmica desses conceitos. Em suas obras, ele sustenta que o poder não é uma entidade unitária e monolítica, mas sim uma força

descentralizada, heterogênea e em constante transformação que se manifesta de maneira distinta em diversas instituições e práticas sociais.

Foucault (2021, p. 12) não considera que existe “algo unitário global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, com constante transformação”. O poder, para ele, distribui-se descentralizadamente em diferentes pontos estratégicos da estrutura da sociedade, se manifestando de forma distinta em várias instituições e práticas sociais. Ele enfatiza que “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (Foucault, 2021, p. 12).

Essa abordagem em que o poder é pautado nas relações diverge da ideia convencional de poder centrado na soberania do Estado, revelando um panorama em que o poder permeia todos os níveis da sociedade, desde as instituições políticas até as relações interpessoais². Como Foucault (2021) coloca, não se pode pensar a sociedade sem levar em consideração que há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é ainda preciso dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura do Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder.

O que seria o poder de Estado, aquele que impõe por exemplo o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que enfiou na cabeça tal ou tal ideia? (Foucault, 2006, p. 231).

Para uma melhor compreensão Michel Foucault introduz também o conceito de “micropoderes”³ para descrever as formas localizadas de poder “periféricos e moleculares” que operam de maneira sutil e estão presentes no nosso cotidiano, nas interações sociais, discursos e instituições. Ele discorre que o poder em níveis sociais

² Em oposição ao uma visão de poder institucionalizada, Foucault remete ao fato de que existe uma Microfísica do poder que se manifesta em todas as instancias sociais, às vezes de forma subliminar.

³ O filósofo alegou também que este poder não era apenas exercido pelo Estado e sim por uma complexa rede das chamadas microesferas do poder. Dentro das esferas jazem instituições como escola, hospital, clínicas, presídios, igreja e família. O exercício do poder não está limitado ao estado.

e institucionais influencia nossas percepções, comportamentos e identidades.

Para Foucault, as identidades não são entidades fixas, mas emergem dentro do jogo de modalidades específicas de poder. Para ele, essas identidades são mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica naturalmente constituída de uma identidade em seu significado tradicional.

A perspectiva de Foucault sobre os micropoderes ganha importância quando o autor ressalva que esse “complexo de micropoderes pode existir integrado ou não ao Estado” (2021, p.15). A interseção entre as análises oferecidas por Foucault desvela a dinâmica intricada pela qual os micropoderes, presentes nas esferas cotidianas e nas formas de identidade interagem e moldam as estruturas sociais, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos processos de poder e subjetividade.

Foucault recusa a ideia de identificação entre poder e aparelho de Estado dando ênfase à rede de poderes moleculares que se amplia em toda a sociedade.

Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não possui. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro os aqueles que se encontram alijados dele. rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas e relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura da sociedade. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (Foucault, 2021, p. 17).

É imprescindível entender que para Michel Foucault o poder é exercido e ele atinge “a realidade mais concreta dos indivíduos, o seu corpo” (Foucault, 2021, p. 14). O poder tem estratégias que detalham minuciosamente os corpos dos indivíduos, esculpindo-os, adestrando-os e subjetivando-os de tal modo que transforma o corpo em objeto de saber que regula aspectos da vida do indivíduo, como saúde e reprodução, controlando e normalizando comportamentos considerados aceitáveis e não aceitáveis, produzindo e transformando o corpo social.

Desta maneira, o saber passa a ser uma construção social que reflete as relações de poder e, que entrelaçado a ele, domina e controla os nossos corpos, molda as sociedades e instituições, produz e controla conhecimentos, adaptando-os pelas condições sociais, políticas e culturais de uma determinada época, flexibilizando as verdades.

O filósofo também desafia a noção tradicional de poder como uma entidade que detém e reprime. Ele argumenta que o poder não é uma propriedade, mas sim uma prática que funciona como uma máquina social disseminada por toda a estrutura da sociedade. Essa perspectiva contrasta com a concepção convencional de poder que geralmente se refere à capacidade de influenciar ou controlar o comportamento, as ações e as decisões de outras pessoas ou grupos. Essa forma de poder está frequentemente ligada à autoridade formal exercida por líderes políticos, chefes de Estado, líderes militares, executivos de empresas e outros detentores de cargos de alto escalão. Essa concepção tradicional muitas vezes se baseia em hierarquias claras e estruturas de comando onde o poder é exercido de cima para baixo.

Além disso, Foucault destaca que o poder não se limita à repressão; ele cria normas, categorias e subjetividades, disseminando conhecimentos e moldando identidades. Ele afasta essa ideia de repressão, de recusa, de coerção, de negação, pois o objetivo básico do poder seria “gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações” (Foucault, 2021, p. 20), ou seja, “disciplinar” e “normalizar”.

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos com o uso de jargões tipo: ele “exclui”, ele “reprime”, ele “recalca”, ele “censura”, ele “abstrai”, ele “mascara”, ele “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 1999, p. 218).

Então o que seria o poder para Foucault? Em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (2012) Foucault esclarece que se deve compreender o poder,

Primeiro como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça e inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais [...] Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob uma insaciável unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (Foucault, 2012, p. 102).

Portanto, poder-saber em Foucault refere-se à interdependência entre as relações de conhecimento e os micropoderes que se fazem presentes em uma sociedade. O poder e o saber estão atrelados, trabalhando juntos em rede e em situação estratégica para moldar as práticas sociais, instituições e indivíduos. Sendo o saber estimulado e influenciado pelo poder para que se possa controlá-lo.

No âmbito da sexualidade, Foucault argumenta que ela é um dispositivo histórico de poder e saber que vai além da mera repressão e proibição. A sexualidade é trazida à tona como um elemento de sujeição e controle dos corpos contribuindo para a complexa rede de relações de poder-saber, e tem “como razão de ser não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (Foucault, 2012, p. 118).

No sentido acima, pode-se entender que na concepção de dispositivo de poder-saber, o dispositivo pode assumir várias formas, entre elas a forma de dispositivo da sexualidade. E como todo dispositivo é atravessado por diferentes forças, visto que “Nas relações de poder, sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos mais dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (Foucault, 2012, p. 110). Em outros termos, a sexualidade funciona como um mecanismo eficaz nas relações de poder como elemento de sujeição e controle dos corpos.

O dispositivo saber-poder ainda pode assumir a forma física de estrutura de poder, de prática discursiva e não discursiva, sendo possível sua existência pelo poder, isto é, pelas relações de forças e saber que ocorrem na sociedade. Como exemplo, Foucault usa a escola, o exército, os hospitais, as prisões etc.

Desse modo, embora Foucault não tenha realizado uma análise específica sobre a escola como um dispositivo, sua ideia de dispositivo abrange esta instituição social. A escola não apenas transmite conhecimento, mas também exerce poder ao disciplinar os alunos, moldar suas identidades e reproduzir estruturas de poder e saber na sociedade.

Nas escolas os alunos cumprem horários, regras, são avaliados e

supervisionados, recebem disciplina e rotinas. Nelas, também temos a produção de conhecimentos e a disseminação de saberes, que refletem a sociedade e para a sociedade. Esses saberes, por vezes, chegam através de Currículos Oficiais, livros didáticos, nas relações com os colegas e corpo docente e acabam sendo subjetivados pelos discentes.

Neste seguimento, a escola, através da disciplina, contribui para moldar as identidades e subjetividades dos indivíduos de acordo com suas práticas pedagógicas e ideológicas, buscando criar indivíduos que internalizem suas normas, reproduzindo estruturas de poder e saber da sociedade. Para Foucault, é importante notar que a disciplina nem é um aparelho nem uma instituição, à medida que funciona como uma rede que atravessa sem se limitar a suas fronteiras. Mas, a diferença não é apenas de extensão, é de natureza. Ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder; são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (Foucault, 2021, p. 21).

A disciplina enquanto instrumento de poder tem como um dos principais instrumentos de controle a vigilância, buscando penetrar os lugares mais recônditos do espaço e dos sujeitos para ao mesmo tempo controlá-los e extrair conhecimentos que sirvam de informação para o exercício do poder. A disciplina é um mecanismo de poder que faz um trabalho sobre o corpo numa perspectiva de “manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (Foucault, 1999, p. 164).

Vale salientar que a Escola também é um espaço de vigilância e, desse modo, supervisiona e controla as identidades ali presentes de acordo com os padrões sociais. Destarte, essas configurações acabam operando de forma a colocar a escola como um dispositivo de poder e saber. De poder porque exerce ações que produzem subjetividades e modelam corpos, e de saber porque produz e ensina conhecimentos moldados pelas dinâmicas e relações sociais e de poder, adestrando os corpos e formando cidadãos obedientes. E, nessa conjuntura, a escola se inscreve como um dispositivo e um micro espaço de saber e poder.

O dispositivo é uma força difusa que permeia todas as relações e estruturas sociais, entre elas, a escola (assunto que abordaremos em outro momento). Mas, não é só a instituição Escola que o dispositivo atravessa, como já citamos, o corpo também

é atravessado por ele.

Em suma, as concepções de saber e poder segundo Michel Foucault nos oferecem uma perspectiva profundamente complexa e dinâmica das relações sociais. Institucionais e interpessoais. Ao desafiar a ideia tradicional de poder como uma entidade centralizada e monolítica, Foucault nos lembra que o poder está enraizado nas relações cotidianas e nas pequenas interações, muitas vezes não percebidas, que permeiam nossa sociedade.

Com a introdução do conceito de "micropoderes" Foucault destaca a presença constante do poder em nossa vida diária, moldando nossas percepções, comportamentos e identidades. Esses micropoderes, longe de serem exclusivos do Estado, estão dispersos por toda estrutura da sociedade, formando uma rede intrincada de influências.

Foucault também destaca a interdependência entre poder e saber como fundamental na compreensão do funcionamento das sociedades. Para ele, o saber não é apenas um corpo de conhecimento neutro, mas é moldado e influenciado pelo poder, tornando-se uma ferramenta de controle e normalização. O poder, por sua vez, não se limita à repressão, mas busca gerir a vida das pessoas adestrando corpos e moldando identidades. Ele também se manifesta na produção de discursos e saberes sobre a sexualidade (como veremos na seção seguinte).

Como exemplo concreto do entrelaçamento do poder e saber e do adestramento dos corpos, Foucault cita a escola. A disciplina nas escolas não apenas transmite conhecimento, mas também exerce poder ao moldar os alunos de acordo com normas e práticas pedagógicas específicas. Esse ponto, trataremos em outra seção.

Desse modo, ao analisarmos concepções de Foucault sobre saber e poder podemos concluir que suas ideias nos convidam a repensar as estruturas de poder em nossa sociedade. Elas nos lembram que o poder não é algo monolítico ou distante, mas está presente em nossa vida cotidiana, influenciando sutilmente nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Compreender essas dinâmicas é essencial para uma análise crítica das instituições sociais e das relações de poder que as sustentam.

2.3 A SEXUALIDADE COMO UM DISPOSITIVO DE PODER: O BIOPODER

A noção de biopoder compreendida a partir de Michel Foucault (2012), em seu livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, põe em jogo a questão do biopoder considerado como o poder que é exercido sobre a vida do indivíduo.

Este conceito foi desenvolvido em 1970 após a afirmação sobre governamentalidade e a partir dos estudos sobre o século XVII. Nessa época, em que o cuidado com a vida se tornou uma preocupação de Estado, o biopoder surgiu como uma tecnologia coerente de política. Nesse ponto, Foucault explica que o biopoder “misturou-se a dois polos no início da Época Clássica. Esses polos permaneceram separados até o início do século XIX, quando foram unidos para formar tecnologias de poder que ainda caracterizam a nossa situação atual” (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 177).

Uma das características do biopoder é o que se denomina de *anátomo-política do corpo humano*, cujo elemento principal é o corpo na posição de máquina com ênfase na sua disciplinarização, na ampliação das aptidões físicas com o objetivo de aumentar a produtividade, em se tratando do mundo do trabalho e que também se expressa no âmbito da escola, na dinâmica da constituição da disciplina e do currículo.

Desse modo, construir os corpos para que eles atendam às exigências do capitalismo, em fase de expansão e consolidação, era a grande preocupação do início do século XIX e que se estende na formação escolar, como ainda é até hoje (Monteiro, 2014).

A exigência produtiva demanda uma corporeidade de acordo com as modificações e ajustes permanentes do mercado de serviços e da indústria. Nesse cenário, o “corpo velho” pode configurar suas formas a partir dos processos biotecnológicos e sociais.

Uma segunda característica do biopoder, segundo Monteiro (2014), tem como foco *o corpo – espécie*. Esse segundo modelo tem como procedimentos de controle as políticas sociais relativas à natalidade e à mortalidade associadas ao aumento da longevidade, ao culto do corpo saudável, incluindo práticas esportivas e o estímulo, principalmente da mídia, à busca de técnicas médicas de rejuvenescimento. Dessa forma, as disciplinas do corpo e uma biopolítica da população formam os dois centros

sobre os quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 2012, p. 132).

Assim, Michel Foucault demonstra que a evolução das tecnologias políticas ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento das tecnologias econômicas. Conforme as propostas desse autor, as tecnologias disciplinares, relacionadas ao crescimento e à propagação do Capitalismo, não teriam surtido efeito, caso não houvesse uma disciplinarização dos indivíduos, tornando-os dóceis e ordeiros. Isso implica dizer que as tecnologias disciplinares foram as condições sem as quais o Capitalismo não teria se desenvolvido da maneira que ocorreu.

Entendendo o corpo como “um lugar em que as práticas sociais ínfimas e localizadas se relacionam com a grande relação de poder” (Dreufus; Rabinow, 2010, p. 148), Foucault propõe uma ideia de tecnologia política do corpo, que significa a existência de uma interseção entre saber, poder e corpo, não podendo ser descrita como propriedade de uma única instituição nem como um aparelho de poder, por exemplo, o Estado ou a mídia. Na percepção de Monteiro (2014), a utilização desse modelo tecnológico não produz efeito negativo, mas na execução do poder são centradas na vida, visando a um equilíbrio global.

Nessa perspectiva, pode-se perceber que, ao tratar da relação do biopoder no âmbito da sexualidade, esta não é apenas um alvo da repressão, mas também um domínio complexo em que o poder se manifesta de várias maneiras. Neste sentido, vamos explorar mais profundamente como Foucault concebe a sexualidade como um dispositivo histórico de poder, onde as dinâmicas de saber e controle desempenham um papel fundamental (Foucault, 2012).

Foucault, em sua análise da sexualidade, revela que ela é configurada como um dispositivo histórico de saber/poder. Ele argumenta que o saber, o poder e a sexualidade estão intrinsecamente ligados, contribuindo para moldar corpos, construir identidades e subjetividades de acordo com as vontades do poder, criando assim o dispositivo da sexualidade.

Para Foucault, a sexualidade é produzida pelo saber/poder e controlada pelo

segundo, apresentando uma visão de que o poder não pode ser caracterizado apenas como repressor ou aquele que interdita e censura, pois a vontade de saber desse dispositivo sobre o sexo deve superar qualquer rigor das sociedades europeias dos “últimos três séculos”, colocando o sexo em discurso, num ritmo acelerado, onde os dispositivos sobre ele, isto é, “as técnicas polimorfos do poder” não pararam de proliferar, conseguindo chegar no mais íntimo das condutas individuais dos sujeitos (Foucault, 2012).

Esses dispositivos conseguiram chegar no mais íntimo das condutas individuais dos sujeitos, o que significa que o poder incide sobre o sujeito em nível individual, penetrando sua subjetividade e moldando suas percepções, desejos e comportamentos. Nesse sentido, o poder também influencia a forma como os indivíduos se veem e se relacionam com sua própria sexualidade.

Foucault discorda da concepção tradicional do poder como uma força meramente repressora, ou seja, aquela que proíbe e censura. Ele argumenta que o poder está intrinsecamente ligado à busca por conhecimento sobre o sexo, transcendendo as restrições que existiam nas sociedades europeias. Foucault observa que a vontade de saber sobre o sexo desencadeou a multiplicação de dispositivos e técnicas de poder que se infiltraram nas condutas individuais das pessoas, moldando e normatizando as experiências humanas, construindo sujeitos (Foucault, 2012).

Essa abordagem de Foucault converge com a análise de Judith Butler (2019), que ressalta a categoria do "sexo" como intrinsecamente normativa, representando o "ideal regulatório" desde sua origem. Butler incorpora a perspectiva de Foucault ao afirmar que o sexo não é uma característica natural e preexistente, mas sim um padrão regulatório. Nesse contexto, o sexo transcende sua descrição meramente biológica, transformando-se em uma norma social que orienta e configura as identidades sexuais (Butler, 2019, p. 20)

Alinhada a Foucault, Butler (2019)⁴ sustenta que ‘o sexo não apenas

⁴ A hipótese de um sistema binário de gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino quanto um feminino (Butler, 2019, p. 26).

desempenha o papel de norma, mas é essencial em práticas regulatórias que efetivamente geram e governam os corpos” (Butler, 2019, p. 20). Isso implica dizer que as categorias de sexo são ativamente produzidas e mantidas por meio de práticas culturais, discursos e instituições que regulam os corpos e as identidades, ou seja, essas categorias são construções sociais e discursivas que estão constantemente em processo de formação e transformação. A busca pelo entendimento do sexo, conforme observado por Foucault, constitui uma parte integral dessas práticas regulatórias, as quais, por sua vez, moldam as identidades e subjetividades individuais.

No entanto, é essencial considerar a ressalva feita por Foucault, que esclarece que não está negando a existência de proibições, bloqueios e desconhecimento em relação ao sexo desde a época clássica. Ele destaca que a interdição do sexo não é uma ilusão, mas adverte contra a concepção ilusória que coloca esses elementos negativos, como proibições e censuras, como fundamentais na escrita da história do discurso sobre o sexo na Idade Moderna. Assim, escreve Foucault:

Não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos — proibições, recusas, censuras, negações — que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (Foucault, 2012, p. 18).

Dessa forma, ambos os teóricos convergem na compreensão de que o poder, em suas diversas manifestações, não se limita apenas à repressão, mas se configura como um agente que busca regular e produzir normas e identidades, especialmente no contexto do sexo e das práticas sexuais, contribuindo para a formação das identidades sexuais. Butler destaca que o sexo não é apenas uma condição estática do corpo; é um “constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo” (Butler, 2019, p. 20). “Sexo” não é apenas uma norma, mas também parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. Ela descreve isso como um poder produtivo, um poder de produzir e demarcar os corpos por meio da circulação e

diferenciação (Butler, 2019, p. 20).

Foucault (2012) também deixa claro que não está negando que o sexo tenha sido proibido, reprimido ou mascarado na história, mas que o próprio discurso de uma sociedade europeia ocidental repressiva da sexualidade é em função de um poder local, desse modo, não sendo a única maneira considerada de entender aquela sexualidade, nem a única forma usada pelo poder para construir o dispositivo da sexualidade, tendo em vista que o dispositivo da sexualidade é formado por uma teia de discursos, não sendo a repressão, a censura e as proibições as únicas formas de se entender a sexualidade dos Tempos Modernos, pois “em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” (Foucault, 2012, p. 23).

De acordo com o autor (2012), a intensificação dos discursos sobre o sexo se manifesta em diversos locais e por meio de diferentes abordagens, especialmente nos domínios do exercício do poder institucional. Um exemplo ilustrativo desse fenômeno é observado na prática da Confissão pela Igreja Católica⁵. Foucault destaca como, por meio dessa técnica, os indivíduos são induzidos a discorrer de maneira minuciosa sobre suas experiências sexuais, revelando detalhes sobre seus corpos e almas. Este processo visa submeter os sujeitos a uma análise criteriosa, sob a premissa de que um bom cristão confessaria tudo o que pudesse na busca por uma maior proximidade com Deus.

Essa abordagem foucaultiana reconhece, assim como em Butler, que o poder regulatório não apenas se impõe externamente, mas também atua como um meio normativo e regulador pelo qual os sujeitos são moldados (Butler, 2019, p. 48). A prática da Confissão, nesse contexto, não é apenas uma expressão de controle eclesiástico, mas também uma instância em que o poder opera como um instrumento normativo que contribui para a formação das identidades individuais. Essa compreensão converge com a ideia de que os discursos sobre o sexo não apenas descrevem, mas participam ativamente na construção das ferramentas conceituais

⁵ Segundo Delumeau (1991) a confissão, cujo nascedouro remonta como elemento eclesiástico ao IV Concílio de Latrão em 1215, teve como objetivo inicial a coação, chegando “à introdução de práticas discriminatórias, que levavam em conta, algumas vezes, as considerações sociais” (Delumeau, 1991, p.16). Usada como forma de castigar foi também um meio de arrecadas fundos via indulgências. As questões se voltaram especificamente aos chamados “pecados da carne”, uma vez que a dicotomia ou o dualismo corpo e alma prevalecia no âmbito das práticas religiosas, mesmo depois da Reforma Protestante.

que moldam nossa compreensão da sexualidade, como destacado por Foucault e Butler.

Assim, o sexo foi colocado em discurso de forma minuciosa para fins de dominação, controle e modificação das pessoas na sociedade. E observe-se que Foucault (2012) também destaca a importância da Confissão na produção do saber sobre o sexo, pois tudo o que era confessado contribuía para a construção de verdades sobre o sexo e para a criação do dispositivo da sexualidade. A confissão do sexo permitia um conhecimento detalhado sobre ele e, ao mesmo tempo, criava uma verdade universal sobre o tema.

A partir da Contrarreforma, a Confissão tornou-se elemento chave na produção dos discursos sobre sexo. Esse fato, teria acelerado o ritmo da confissão numa tentativa de a Igreja Católica continuar hegemônica, e teria se tornado uma forma dos indivíduos examinarem a consciência e confessar as verdades de si para que a Igreja pudesse, através do que foi esmiuçado na Confissão sobre o sexo, purificar a alma dos fiéis, mas também fabricar as verdades sobre os desejos e prazeres, o lícito e o ilícito, o permitido e o proibido. Uma colocação do sexo em discurso à nível de detalhamento de si para efeitos de domínio, de controle e de modificações daqueles que eram o corpo da sociedade. Como disse Foucault:

Porque atribui cada vez mais importância, na penitência — em detrimento, talvez, de alguns outros' pecados — a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual. O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos devem ser seguidos até às mais finas ramificações (Foucault, 2012, p. 25).

A confissão do sexo vai permitir um saber sobre ele, um saber que fala do outro, que constrói uma verdade universal sobre ele. Conforme Foucault, “desde a Idade Média, pelo menos, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção da verdade” (Foucault, 2012, p. 66). É na Confissão que todos os detalhes serão expostos de forma ordenada por um saber/poder que produz uma verdade do sexo. Nela aparecem amores, pecados, crimes, desejos, sonhos. Confessa-se tudo. E tudo que se confessa produz as verdades, os sujeitos, a sexualidade enquanto verdade do sexo, enquanto produção

do método da confissão. Assim, quando se fala em sexualidade estamos falando dos vários discursos que estão relacionados à sexualidade, incluindo o sexo.

Para Foucault, essa técnica de Confissão “talvez tivesse ficado ligada ao destino da espiritualidade cristã ou à economia dos prazeres individuais, se não tivesse sido apoiada e relançada por outros mecanismos” (Foucault, 2012, p. 29) de poder que viram no sexo um mecanismo para seu funcionamento, nascendo várias técnicas de se falar sobre e vários lugares de interesse sobre o assunto. “E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob a forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação” (Foucault, 2021, p. 30). O sexo torna-se uma questão política e econômica, uma questão de utilidade pública. Os discursos sobre ele saem do campo específico da moral ganhando espaço na racionalidade, da utilidade pública.

Cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão (Foucault, 2012, p. 30).

Dessa forma, o sexo ganha regulamentação direcionada ao interesse público, fazendo-se necessário investimentos em dispositivos que o insira no gerir sem os rigores da condenação, da proibição.

No seu trabalho, Foucault (2012), ao falar do nascimento da biopolítica, da população enquanto problema econômico e político no século XVIII, questões como natalidade, fecundidade, morbidade, saúde, fizeram do sexo uma questão de saúde pública, uma questão política, onde a felicidade, a saúde, a produtividade e a normalidade da população passaram a ser relacionadas à conduta sexual dos sujeitos, tornando o sexo objeto de saber e de intervenção de forças do Estado.

Inúmeras estratégias de saber e poder a respeito do sexo foram criadas para intervir e gerir a sexualidade “normal” da biopolítica. Daí a escola, a medicina, a justiça penal e a psiquiatria entraram como dispositivos de pedagogização do sexo das crianças, adolescentes e casais. O sexo de todos esses grupos da sociedade fora filtrado em uma grande amplitude para poder obter todas as informações possíveis necessárias à ordem econômica e política para produzir o dispositivo da sexualidade.

Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o

uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram (Foucault, 2012, p. 33).

Em outras palavras, o poder intensifica e multiplica os mecanismos que envolvem discussões sobre sexo, para se falar e escutar sobre ele, registrá-lo e regulá-lo, de modo que as relações de saber/poder aí existentes produzem o dispositivo da sexualidade. Dessa maneira, “O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar a população de modo cada vez mais global” (Foucault, 2012, p. 118).

Para Foucault “as técnicas polimorfas de poder” revelam “a vontade de saber que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento” (Foucault, 2012, p. 18). E, embora proibições, interdições e mascaramentos tenham sido realizados em diversos momentos nas sociedades europeias ocidentais, esse não é o lugar fundamental e exclusivo de se falar sobre o sexo a partir da Idade Moderna.

Foucault se contrapõe a um discurso em que o poder é visto apenas como lugar de repressão. Para ele, mais do que isso, o poder agrupa mecanismos para produzir discursos, saberes, práticas e identidades, questionando o que ele chama de “hipótese repressiva” do poder sobre o sexo, e implanta e dissemina através de suas técnicas a concepção de “sexualidades polimorfas”.

E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva (Foucault, 2012, p. 39).

Em Foucault, quando se fala em sexualidade está se falando em discursos, em modos de pensar e agir que não se reduzem necessariamente ao ato sexual, mas às alterações culturais que mudam conforme o tempo, conforme o espaço. Em outras palavras, ele argumenta que a sexualidade não é uma característica inata e constante dos indivíduos, mas sim um produto das estruturas sociais, das relações de poder e das formas como o conhecimento sobre a sexualidade é produzido e disseminado. Nas palavras de Foucault, a sexualidade não seria algo natural:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 2012, p. 116).

A afirmação acima nos mostra que Foucault questiona a sexualidade como possibilidade de ser algo inato. Ao contrário de colocá-la como algo dado pela natureza, ele a concebe como algo histórico, moldado nas instituições e nas práticas de saber e de poder ao longo do tempo, ou seja, produzida pelas convenções sociais que se fazem presentes na realidade social. O dispositivo da sexualidade em Foucault não se refere apenas à prática sexual em si, mas sim à maneira como as normas, os valores e as estruturas de poder da sociedade moldam a experiência e a compreensão da sexualidade.

Assim, a sexualidade emerge como um produto moldado por forças que atuam na formação de identidades e subjetividades, prescrevendo normas para a expressão do sexo, determinando comportamentos corporais e construindo narrativas sobre a sexualidade – tudo isso constituindo o que Foucault chama de "dispositivo da sexualidade". Butler (2019), alinhada a essa perspectiva, explora a formação do sujeito no contexto do "sexo", enfatizando a complexidade desse processo.

A autora destaca que a formação de um sujeito requer uma identificação com o "fantasma normativo do sexo". No entanto, essa identificação ocorre mediante um repúdio essencial, que não apenas cria um domínio de abjeção, mas também estabelece uma valência ameaçadora. Para Butler (2019), "o repúdio é uma condição indispensável para a emergência do sujeito, criando uma dinâmica na qual a identificação com a abjeção do sexo é persistentemente repudiada" (Butler, 2019, p. 23).

Butler explica que o "fantasma normativo do sexo"⁶ refere-se ao ideal regulador

⁶ A categoria do "sexo" é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de "ideal regulatório". Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o "sexo" é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta

de sexo e sexualidade que permeia a formação dos sujeitos. Esse conceito representa as expectativas normativas sobre o comportamento sexual "adequado", geralmente centrado na heteronormatividade. A heteronormatividade compulsória pressupõe que a heterossexualidade é a norma padrão e natural, estabelecendo uma estrutura na qual a sexualidade é regulada principalmente para fins procriativos. Esse ideal normativo não apenas define o que é considerado aceitável, mas também cria uma categoria de abjeção, rejeitando e marginalizando o que não se conforma a essas expectativas.

No contexto da heteronormatividade compulsória, a sexualidade é normatizada de maneira a privilegiar relações heterossexuais procriativas, enquanto outras formas de sexualidade são estigmatizadas. Butler argumenta que essa normatização produz sujeitos que internalizam essas normas e se definem em relação a elas. Essa internalização requer o repúdio do que é considerado abjeto, criando uma dinâmica complexa na qual a identidade sexual é formada tanto pela aceitação das normas quanto pelo afastamento do "outro" sexual.

Portanto, a normatização estabelece não apenas sexualidades consideradas abjetas, mas também regula aquelas que se enquadram no padrão heteronormativo, performatizando-as dentro de um quadro normativo específico que define e limita a expressão sexual.

Dessa forma, a materialização de um determinado sexo não é apenas uma questão de adesão às normas, mas está intrinsecamente ligada à regulação das práticas identificatórias. Butler (2019) destaca que a identificação com a abjeção do sexo é um processo complexo que envolve exclusão e negação persistentes (Butler, 2019, p. 23). Essa perspectiva enriquece nossa compreensão sobre como as identidades sexuais são construídas, evidenciando as dinâmicas de poder e os processos de repúdio que permeiam a formação do sujeito no âmbito da sexualidade.

A compreensão desse dinamismo nos conduz à percepção de que o dispositivo

materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o "sexo" é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o "sexo" e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. O que, eu espero, se tornará claro no que vem a seguir é que as normas regulatórias do "sexo" trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (Butler, 2024, p. 2).

da sexualidade não é estático, mas sim um criador ativo de categorias, terminologias e discursos. Em outras palavras, o dispositivo não apenas descreve a sexualidade, mas também participa ativamente na criação das próprias ferramentas conceituais que utiliza para interpretar a sexualidade. Essa perspectiva ressalta a interconexão entre poder, prática reguladora e a construção contínua das categorias que moldam nossa compreensão da sexualidade.

Dessa maneira, ao compreender a sexualidade como um dispositivo, como discutido por Foucault, percebemos que este dispositivo desempenha um papel crucial na determinação de normas e regras para a expressão da sexualidade. Foucault (1979) destaca que o dispositivo da sexualidade não apenas diferencia o verdadeiro do falso, mas separa o inqualificável cientificamente do qualificável, operando por meio dos saberes da medicina, psicologia e psiquiatria para criar categorias e classificações dos corpos (Foucault, 2021, p.368).

No entanto, como ressalta Butler (2019), essa operação do dispositivo não ocorre de maneira neutra ou universal. A sociedade, segundo suas análises, exerce uma seletividade nas formas como atribui significado e valor aos corpos, entrelaçando essa seletividade com construções sociais de identidade, sexualidade, gênero, raça, classe e outras categorias. Desta forma, não são todos os corpos que são tratados igualmente; a sociedade, de maneira discernente, seleciona quais corpos são socialmente considerados relevantes (Butler, 2019, p. 17).

Ao unir as perspectivas de Foucault e Butler, compreendemos que o dispositivo da sexualidade não apenas estabelece normas, mas o faz de maneira seletiva, refletindo e reforçando as construções sociais específicas destacadas por Butler. Essa seletividade, por sua vez, influencia diretamente a relevância social atribuída a diferentes corpos, revelando as complexas interseções entre poder, normas sociais e a produção de identidades corporais.

Além disso, é crucial perceber que o dispositivo da sexualidade não opera de maneira isolada, mas em uma rede de relações intrincadas. Ele não apenas determina como o sexo deve ser e como os corpos devem se comportar, mas também desempenha um papel fundamental na formação do conhecimento sobre o sexo. Essa formação de conhecimento não é neutra; ela é um produto do poder que nos constitui como sujeitos.

Nas palavras de Foucault (2012), é a formação de um certo tipo de saber sobre sexo que emerge como resultado do poder que nos atravessa, nos produzindo como sujeitos. Assim, a compreensão do poder do dispositivo da sexualidade é essencial para decifrar não apenas suas manifestações externas, mas também seu papel na construção de quem somos e quem poderíamos ser.

É importante salientar que saber é diferente de poder. O saber produz os discursos sobre sexo, mas faz isso em função do poder. Vejamos:

Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. Entre técnicas de saber e estratégias de poder, nenhuma exterioridade; mesmo que cada uma tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças (Foucault, 2012, p. 108).

Desse modo, saber e poder tem suas especificidades no dispositivo da sexualidade, funcionando em conjunto e de forma estratégica dentro do dispositivo de saber e poder, onde os saberes produzidos fazem parte de uma rede dominante de poder.

Lembrando que, para Foucault, o poder deve ser entendido “como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio de onde exercem”, (Foucault, 2012, p. 102) ou seja, nesse sentido, o dispositivo da sexualidade também faz parte dessa rede de correlações de forças, tendo nas relações sexuais situações de imanente saber e poder. Isso quer dizer que quando nos pronunciamos sobre sexualidade ocidental, estamos reproduzindo os discursos de saber e poder, ou seja, uma verdade do saber e poder dominante, e não sua variedade referente a todas as manifestações de sexualidades. Em Foucault:

Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, às diferentes idades e às classes sociais (Foucault, 2012, p. 114).

No livro *História da Sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (2012) nos traz

quatro dispositivos de saber e poder a respeito do sexo, que fazem parte dos séculos XVIII e XIX, e que produzem a sexualidade: a “histerização do corpo da mulher”, a “pedagogização do sexo da mulher”, a “socialização das condutas de procriação” e a “psiquiatrização do prazer perverso”.

Pela histerização do corpo da mulher, o corpo da mulher foi colocado como corpo “integralmente sexualizado”, patologizado pelos saberes médicos e como lugar de comunicação orgânica com o corpo social, tendo que assegurar sua fecundidade, a funcionalidade da família e educação moral das crianças, sendo a forma mais visível da histerização “a mulher nervosa”.

Sobre a pedagogização do sexo da criança na produção da sexualidade temos um mecanismo de saber focado em evitar a prática do onanismo infantil. A infância é vista como um espaço de perigo físico e moral e, desse modo, todo um campo de discursos, “os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo” (Foucault, 2012, p. 115).

Com relação a socialização das condutas de procriação, o Estado passa a intervir com medidas fiscais de controle da fecundidade, responsabilizando os casais pelo sexo que praticam. O outro ponto da produção da sexualidade, a psiquiatrização do prazer perverso, consiste em colocar o instinto sexual como instinto biológico e psíquico, criando mecanismos de normalização e patologização desse instinto, buscando “uma tecnologia corretiva para tais anomalias” (Foucault, 2012, p. 116).

Essas estratégias, conforme destacadas por Foucault, se tratam da produção da sexualidade. Para o filósofo, ao longo da história, diferentes formas de controle e regulação da sexualidade emergem em resposta às transformações sociais e políticas, assim não podemos entendê-la como um dado da natureza, mas como um dispositivo histórico em que as normas, os valores e as estruturas de poder da sociedade moldam a experiência e a compreensão da sexualidade.

A sexualidade é, então, um dispositivo produzido nas relações de poder e tem a ver com as práticas sexuais e de prazer do corpo. Mas ela não se limita à prática sexual em si, ela está nas relações complexas entre poder, saber e sexualidade, em que os conhecimentos sobre sexo, desejo, prazer, sobre si, fazem parte do dispositivo.

Foucault também chama a atenção na articulação do dispositivo da sexualidade

com o dispositivo de aliança: “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens” (Foucault, 2012, p. 117). O dispositivo de aliança é fundamental no dispositivo da sexualidade, pois o casamento desempenha um papel importante na regulação da sexualidade, definindo o que é normal como a monogamia e heterossexualidade, e denunciando as práticas sexuais consideradas “anormais”.

Destarte, o casamento desempenha um papel chave na definição do que é considerado "normal" em relação à sexualidade, promovendo a monogamia e a heterossexualidade como normas. E nesse contexto, a família ocidental torna-se agente da sexualidade, de modo que observa os comportamentos de seus filhos encaminhando-os para especialistas quando aparecem com comportamentos que divergem da normalização. É elemento tático do dispositivo. É nas relações de família que o dispositivo da sexualidade também vai sendo produzido.

A família é o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo... (Foucault, 2012, p. 122).

Desse modo, para Foucault, a família é um dos principais agentes do dispositivo da sexualidade. E, como podemos observar, o dispositivo da sexualidade é fundamentado através de várias relações de poder/saber, e o dispositivo de aliança, através da família, é mais um ponto na construção desse dispositivo. Outro fator que está relacionado à construção do dispositivo da sexualidade é o corpo. Para Foucault, é por meio do corpo que as normas, os poderes, e as disciplinas sociais são inscritas e reguladas.

Para fundamentar sua concepção, ele mostra como o aparato da medicina foi fundamental na construção da sexualidade “normalizando” e “patologizando” práticas sexuais, criando normas em relação ao corpo e à sexualidade. Para ele, a medicina vai se debruçar de forma muito intensa sobre o sexo como objeto do saber e de regulação da espécie humana, e como poder de normalização dos corpos. As doenças, as taxas de natalidade e de mortalidade passam a ser lugares de investimento da medicina e de controle das práticas sexuais. Logo, o sexo passou a ser visto como fator de “responsabilidade biológica”,

Não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças, mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie. Daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados (Foucault, 2012, p. 129).

No dispositivo da sexualidade a medicina é de suma importância na elaboração de diversos discursos que colocam no sexo o poder da “degenerescência”, das “perversões”, da “hereditariedade”, elaborando discursos como “... de que modo uma perversão sexual induzia um esgotamento da descendência — raquitismo dos filhos, esterilidade das gerações futuras” (Foucault, 2012, p.129), entre outros, que vê no sexo algo temível, perigoso e que precisa ser controlado.

Neste sentido, o corpo passa a ser objeto de controle social, de disciplina, do dispositivo da sexualidade, em que as instituições sociais como família, escola, Igreja serão instituições que ajudarão a moldar as normas e valores que influenciariam nos comportamentos dos indivíduos com relação à sexualidade. O corpo é educado, disciplinado conforme os valores hegemônicos da sociedade, tornando-se central na construção das identidades. E o sexo passa a ser acesso ao corpo e à vida da espécie humana. Ele passa a ser matriz das disciplinas e princípio das regulações dos comportamentos e das populações.

É por isso que, segundo Foucault, nos últimos três séculos,

A sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la (Foucault, 2012, p. 159).

Em síntese, a análise de Michel Foucault sobre a sexualidade como um dispositivo de poder revela a complexidade das relações entre saber e controle, repressão e conhecimento. Ele destaca que nessas relações criam-se categorias de identidade sexual, se estabelecem padrões e se estigmatizam certas práticas e orientações. Foucault reflete que a sexualidade não é apenas uma expressão individual, mas sim um campo de batalha onde diferentes instituições e estruturas de poder exercem influência sobre as vidas das pessoas, moldando-as. Ele explorou como o discurso médico, a religião e o Estado contribuíram para definir o que é

“normal” ou “desviante” em termos de sexualidade. O que resulta em um controle sutil sobre as pessoas.

3 A ESCOLA COMO DISPOSITIVO DE PODER E SABER: A EDUCAÇÃO SEXUAL A PARTIR DA BNCC E DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

Pensar as aulas de Filosofia e o trabalho em sala de aula com a produção filosófica dos estudantes implica na possibilidade de fazer com que os aspectos inerentes à realidade ontológica do ser seja despertada, partindo do pressuposto de que a corporeidade, que implica a sexualidade, os gêneros sempre foram algo perseguido e condenado pela moral cristã, europeia, patriarcalista e machista. Desde o processo de genocídio das culturas ameríndias e africanas pós 1492, a negação do corpo sempre foi uma prerrogativa que transborda do espaço comunitário dos grupos sociais e penetra na escola, como espaço de domesticação do corpo, pelo trabalho com a racionalidade.

Nesse viés, as obras de Foucault desafiam a repensar nossa compreensão da sexualidade e a considerar como as relações de poder continuam a moldar nossas experiências de sexualidade no mundo, especialmente na escola. No livro *História da Sexualidade: a vontade de saber* de Foucault (1988), o autor utiliza a questão da sexualidade como um ponto de partida para uma profunda análise das dinâmicas de poder e conhecimento na sociedade.

Na obra, embora Foucault não aborde explicitamente a Escola como um dispositivo de poder e saber, sua teoria geral sobre como o poder opera por meio das instituições sociais nos permite considerar a educação e a escola como elementos intrinsecamente relacionados a essa discussão. Em vista disso, exploraremos como a instituição escolar pode ser compreendida como um dispositivo de saber e poder que desempenha um papel significativo na vigilância e no controle da formação das identidades dos indivíduos relacionadas à sexualidade.

Foucault argumenta que desde o século XVIII a sociedade moderna europeia ocidental desenvolveu uma crescente preocupação com a sexualidade. Nesse período, houve uma crescente explosão discursiva em torno do sexo e diversos aparelhos foram criados para falar de sexo, incluindo a instituição escolar. Para o filósofo:

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se

exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva. Do singular ao imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou (Foucault, 2012, p. 39).

Em outras palavras, a partir do século XVIII multiplicaram-se as instituições que passaram a falar de sexo e a escola destacou-se como um dispositivo de poder que contribuiu nessa difusão. A escola torna-se um espaço de micropoder designado a disciplinar, normatizar, vigiar e controlar os corpos e a sexualidade dos/das discentes para produzir um tipo de sujeito com um comportamento desejado. Desse modo, houve um grande investimento na disciplina do corpo do indivíduo por meio da instituição escolar.

Um olhar sobre o pensamento de Foucault (1987) conduz à reflexão de que existe uma ênfase de que a instituição escolar, como uma ferramenta de influência, exerce um forte controle sobre os indivíduos que a frequentam, regulando seus gestos e comportamentos. Em sua obra *Vigiar e Punir* o filósofo chama a atenção para o fato de que a escola cria pequenos observatórios sociais que buscam penetrar até mesmo na vida adulta, mantendo um controle constante da criança e de seus pais. O objetivo é estabelecer padrões de identidade e, ao mesmo tempo, controlar os corpos dentro da sociedade, transformando o conhecimento adquirido por meio dessas minuciosas observações em uma forma de poder e exercício do poder.

Foucault também observa que o corpo se tornou objeto de vigilância no ambiente escolar, especialmente porque é frequentado por crianças e adolescentes em processo de formação, ou seja, são facilmente moldadas. Por meio das técnicas de disciplina aplicadas aos corpos, o/a aluno/a, tanto em sua dimensão individual quanto social, era submetido a um campo de visibilidade, resultando na criação de um sujeito moldável e desejável sob uma determinada perspectiva social, onde imperavam a ordem e a obediência. Desse modo,

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que

falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa — tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (Foucault, 2012, p. 36).

Em outras palavras, não há na Escola um mutismo sobre sexualidade, ao falar sobre sexo, a instituição controla o que deve ser falado ou não, o dito e o não dito, a educação moral, intelectual e sexual que se pretende. Para a aplicação desse controle, Foucault enfatiza a importância do poder disciplinar e suas variedades de técnicas. Ele coloca a disciplina como uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições “especializadas” (as penitenciárias ou as casas de correção do século XIX), seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontram maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder (Foucault, 1999, p. 238).

É importante chamar a atenção para a ideia de que as técnicas de controle e disciplina variam de acordo com o tempo, história e cultura. Cada sociedade tem seus mecanismos de inspeção. Desse modo, nesse texto, estamos falando das técnicas de controle e disciplina das sociedades modernas e contemporâneas europeias. Na percepção de Foucault (2012), o controle e disciplina dos corpos foram aplicadas inicialmente nos grupos sociais mais privilegiados. Foi o sexo desses grupos que passaram a ser centro de controle. No século XVIII, a burguesia estava preocupada em “assumir um corpo e uma sexualidade — de garantir para si a força, a perenidade, a proliferação secular deste corpo através da organização de um dispositivo de sexualidade.” (Foucault, 2012, p. 137) Ou seja, foi a burguesia quem problematizou o sexo, em especial o sexo das crianças e adolescentes.

Desde o fim do século XVIII até o fim do século XIX, não era o filho do povo, o futuro operário a quem se deveria ensinar as disciplinas do corpo; era o colegial, a criança cercada de serviços, de preceptores e de governantas, e que corria o risco de comprometer menos uma força física do que capacidades intelectuais, que tinha o dever moral e a obrigação de conservar, para sua família e sua classe, uma descendência sadia. (Foucault, 2012, p. 132).

No entanto, ainda no século XIX o sexo do proletário passou a constituir um

obstáculo na sociedade europeia. Problemas de saúde como epidemias e doenças venéreas, problemas demográficos, de mão-de-obra instauram um controle, vigilância e disciplina dessa parcela da população. A sexualidade periférica também passa a ser alvo do dispositivo de poder e saber. Para Foucault (2012), o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la.

O sexo torna-se uma questão de higiene pública, de reprodução de crescimento demográfico. Multiplicam-se os olhares, a vigilância e controle sobre ele. Médicos, psicólogos, pedagogos dirigem-se a ele de forma meticulosa intervindo sobre o corpo do indivíduo, sobre o corpo social. O controle da sexualidade das crianças e dos jovens passa então a ser visto como uma maneira de regular a procriação e garantir que ela ocorresse dentro das normas aceitáveis naquela sociedade.

Neste sentido, a Escola passa a ser um espaço privilegiado de exercício à disciplina, tão necessário a um determinado modelo de sociedade. Na Europa, os colégios com “o modelo de convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito” (Foucault, 1999, p. 168). A escola torna-se o espaço de captação daqueles que a partir de uma educação corresponderia aos preceitos de moralização da normatização daquela sociedade. Crianças e jovens deveriam ser educados visando um corpo disciplinar, de forma que a educação sexual recebida buscasse estabelecer comportamentos que estivessem alinhados com as normas culturais e éticas de então.

A vigilância e controle da sexualidade daqueles em idade escolar é fundamental também para a formação de sujeitos disciplinados e obedientes, de maneira a consolidar e reforçar um tipo de sexualidade padrão para a sociedade, como também reforçar a ideia de que o poder é construído nas relações, entre elas a instituição da escola. Desse modo, “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula, o recompõe” (Foucault, 1999, p. 164). No decorrer do século XVIII, na Europa, o sexo do colegial passa a ser um problema público.

Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo (Foucault, 2013, p. 34).

Nos séculos XVIII e XIX, as escolas europeias também são instrumentos de uma sexualidade normatizada. A heterossexualidade, a monogamia, a reprodução eram o modelo considerado normal. A reprodução da “família tradicional” era o alvo da educação sexual nas escolas. “Diz-se, frequentemente, que a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal — ao casal heterossexual e, se possível, legítimo” (Foucault, 2012, p. 53).

A burguesia estava preocupada em assegurar a sua dominação, por isso, também a preocupação em controlar, vigiar e disciplinar o sexo daqueles que estavam com a mente aberta para aceitar esse investimento educacional. Havia uma ênfase em preservar a ordem moral burguesa. Logo, as instituições educacionais, através da disciplina, promoviam, ensinavam valores morais e normas sociais que regulavam a expressão de sexualidade dos estudantes.

Essa moralização da sexualidade nas escolas refletia a ideologia burguesa da época que valorizava a moral, a família nuclear (formada por um casal de homem e mulher), a monogamia e a heterossexualidade. Aqueles que não seguiam esse padrão eram considerados uma ameaça à estabilidade social burguesa, por isso deveriam ser reprimidos e punidos. “Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam, de qualquer modo, condenação” (Foucault, 2012, p. 45). Ou seja, as escolas não reconheciam comportamentos de uma sexualidade diferente da heterossexualidade, reprimindo outras formas de sexualidade.

Desse modo, as escolas desse período desempenharam um papel importante na imposição de padrões de um modelo de sexualidade, contribuindo para a formação de identidades sexuais que estivessem alinhadas com os valores e normas da sociedade burguesa, emergindo como uma instituição chave nesse processo. Através da vigilância, controle e disciplina, a escola não apenas moldou os corpos dos indivíduos, mas também orientou suas identidades sexuais de acordo com as normas

culturais da época.

A instituição Escola tornou-se um mecanismo de regulamentação que reforçava a moralidade e os valores burgueses predominantes, enquanto reprimia outras formas de expressão sexual. Neste contexto, a prática higienista europeia, com suas implicações sobre o corpo social, disciplina e vigilância, chega ao Brasil, como mostra Jurandir Freire Costa (1989, p. 12):

Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, “a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos da época. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares.

A abordagem higienista desempenhou um papel significativo na influência sobre as crianças, com o objetivo de moldar tanto o corpo individual quanto o contexto social de acordo com seus próprios ideais. Isso teve um impacto profundo no sistema educacional brasileiro e na construção das identidades sexuais em nossa sociedade. Nota-se que a família brasileira higienicamente tratada, tornou-se sinônimo da família europeia burguesa, na qual o “corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programados e usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe” (Costa, 1989, p. 13).

Ao considerarmos a dinâmica desse processo, é possível destacar de maneira mais clara os efeitos da política higienista no Brasil por meio do sistema educacional, tornando mais evidente como as relações de poder exercem um papel central na vida dos indivíduos, especialmente daqueles que estão na fase escolar.

Refletindo sobre as ideias de Foucault relacionadas à intrincada rede de poder, conhecimento e sexualidade, bem como aos conceitos de corpo, controle e disciplina que influenciaram as instituições educacionais na Europa durante os séculos XVIII e XIX, torna-se evidente que as escolas brasileiras também se inserem nesse intrincado contexto de relações de poder, profundamente marcado pelo processo de disciplinamento e controle do corpo.

Da mesma forma como observou Foucault (1999) na Europa, no Brasil a arquitetura das escolas também foi projetada de modo a desencorajar comportamentos indesejados, como a prática do onanismo. Este vício era considerado prejudicial ao desenvolvimento físico, intelectual e moral das crianças.

Na contemporaneidade, como analisa Costa Ribeiro (2013, p. 18) em seu trabalho "Corpos, Gênero e Sexualidade: Questões Prováveis para o Currículo Escolar", "a escola, como uma das instituições responsáveis pela transmissão e generalização do conhecimento e do sujeito científicos na sociedade", tem utilizado referências dos conhecimentos biológicos e médicos no ensino do corpo. No entanto, sob esse ponto de vista, a educação escolarizada tem restringido os processos de ensino e aprendizagem sobre o corpo aos conteúdos e metodologias propostos no ensino de ciências ou nas aulas de educação física.

O corpo que vem sendo apresentado aos alunos em sala de aula é um corpo atemporal, sem história, sem rosto, pés, mãos, sexo, fragmentado em órgãos, funcionalistas, deslocado do ambiente. Um corpo universal, um corpo que tem um padrão, que se repete independentemente de classe, raça, etnia, credo, língua, geração. Ao trabalharmos dessa forma, excluimos outras abordagens que são tão importantes quanto os aspectos biológicos. Apesar disso, as diferenças são marcadas a todo tempo: "saudável/doente, bonito/feio, puro/impuro, heterossexual/homossexual, branco/negro, entre outras" (Ribeiro, 2013, p. 19).

Dessa forma, os conhecimentos sobre o corpo que surgem das experiências individuais pouco recebem a devida atenção no contexto educacional, sendo priorizadas as informações respaldadas pela ciência, notadamente aquelas de natureza biológica e médica. Nesse processo, os aspectos culturais que contribuem para a construção de nossa percepção corporal muitas vezes são negligenciados, resultando na desconexão das informações apresentadas na sala de aula em relação à realidade do cotidiano dos estudantes. Ou seja, "as práticas escolares têm atuado mais no ordenamento e controle das condutas, produzindo corpos submetidos do que propriamente na produção de saberes relevantes acerca do próprio corpo" (Ribeiro, 2013, p. 18) e, embora a higienização não seja suficiente para controlar os corpos, mas serve de subsídio em um contexto de uma escola preocupada mais com os aspectos intelectuais do que os psicossociais.

Não se pode duvidar que houve uma contribuição significativa pelo qual os higienistas promoveram a ideia de corpo saudável no Brasil, através da prevenção de doenças. Eles promoveram práticas de higiene pessoal como a manutenção da higiene do corpo como forma de evitar doenças e assim promover a saúde pública.

Em nome da saúde e do bem-estar do indivíduo, o corpo passou a ser

alvo de diferentes métodos disciplinares, entendidos como um conjunto de saberes e poderes que investiram no corpo e nele se instauraram: as aparelhagens para corrigir as anatomias defeituosas, os banhos de mar, as medicações e classificações dos segmentos corporais, a modelagem do corpo pela atividade física, a classificação das paixões, a definição do que seriam desvios sexuais, por exemplo, compunham um conjunto de saberes e práticas voltadas para a educação da gestualidade, a correção do corpo, sua limpeza e higienização (Louro, 2007, p. 35).

Nessa perspectiva, conforme Costa (1989), os higienistas deram ênfase a uma alimentação saudável, como parte integrante da manutenção da saúde, incentivando uma alimentação sem excessos. Também ajudaram a promover a ideia de que a beleza física estava relacionada à saúde e ao bem-estar. Isso influenciou a percepção da sociedade em relação aos padrões de beleza e à busca por corpos saudáveis.

Ou seja, as ideias higienistas, ao instrumentalizarem o corpo, deixaram ideias duradouras sobre saúde, bem-estar e comportamento físico na sociedade ocidental. Entretanto, esse ideal de corpo saudável acabou sendo instrumentalizado para perpetuar preconceitos sociais associados a ele. Nesse contexto, as instituições educacionais desempenharam um papel fundamental na moldagem das identidades sexuais e na promoção de normas sexuais, amplificando e consolidando as ideologias dominantes da época.

A política higienista desempenhou um papel crucial ao moldar a orientação da educação moral, intelectual e sexual, contribuindo para a formação de indivíduos que, por meio da disciplina, eram direcionados para alcançar um desenvolvimento intelectual de qualidade, assim como para cultivar um comportamento "contido", "polido", "refinado", "controlado". Esse processo incluiu a amplificação e a consolidação das ideologias predominantes da época, ao mesmo tempo em que perpetuaram preconceitos sociais associados ao ideal de corpo saudável.

Ademais, essa abordagem exerceu um papel fundamental na definição e na internalização dos papéis sociais/sexuais e de gênero, tanto para homens como para mulheres. Isso se refletiu nas expectativas socialmente impostas em relação ao que era considerado apropriado para cada gênero, contribuindo para a formação das identidades e comportamentos de acordo com os padrões vigentes.

Para uma compreensão do significado hoje da orientação sexual a partir da Base Nacional Curricular do Ensino Médio e do Referencial Curricular do Estado de Pernambuco, se faz necessário compreender como o currículo escolar se transforma

em um instrumento de poder e de controle social que implica o controle sobre a corporeidade e, conseqüentemente, sobre a sexualidade.

3.1 O CURRÍCULO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE PODER E CONTROLE SOCIAL

Como visto, os higienistas colaboraram no processo de hierarquização social da inteligência, criando a ideia de que o indivíduo culto era superior ao inculto. Difundiram, simultaneamente, o preconceito de que o cérebro do homem o capacitava para profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas (Costa, 1989, p. 14).

Em síntese, no Brasil do século XIX, a condução da educação moral, intelectual e sexual, juntamente com a percepção do corpo, passaram a ser utilizadas como ferramentas para exercer o poder e estabelecer distinções sociais. Como observa Costa (1989, p.144) em *Ordem Médica e Norma Familiar*, "os menores movimentos do corpo, da mente e da moral passaram a ser meticulosamente observados, registrados e controlados". O objetivo desse controle era a formação de futuros cidadãos que se adequassem às normas higiênicas estabelecidas.

Nessa perspectiva, no Brasil, a medicina higienista encontrou no ambiente escolar um meio eficaz para alcançar seus objetivos. De maneira semelhante à Europa do século XIX, ela viu nesse contexto uma oportunidade adequada e eficaz para disciplinar e normalizar o corpo físico e moral de crianças e adolescentes. Como aponta Costa (1989, p. 179),

Os internatos podem ser considerados protótipos desse espaço disciplinar dedicado ao corpo. Neles, as crianças eram educadas com o propósito de desenvolver não apenas sua moral e intelecto, mas também um corpo saudável, ou seja, de se ajustarem a uma estrutura disciplinar higienista.

Como já explorado, as ideias de Foucault revelam a intrincada relação entre poder, conhecimento e instituições sociais, destacando a escola como um dispositivo fundamental de vigilância e controle na formação de identidades. No entanto, o alcance desse poder está também intrinsecamente relacionado ao currículo. Este, desempenha um papel vital na construção e disseminação das normas e valores sociais.

Conforme Silva (1999), o Currículo Escolar transcende a mera especificação

de objetivos, procedimentos e metodologias para alcançar resultados. Ele é um dispositivo de poder que não apenas guia o processo educacional, mas também influencia a escolha e a ênfase dada a certos conhecimentos e métodos em detrimento de outros. Nas palavras do autor: “O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo.” (Silva, 1999, p. 15)

O Currículo, portanto, é uma ferramenta interessada na formação de um tipo específico de ser humano desejado para uma sociedade determinada. Assim, ele não se limita a transmitir conhecimento. Ele também desempenha um papel fundamental na construção de identidades. Ou seja:

O conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade (Silva, 1999, p. 16).

Saviani (2011), em confluência com as ideias de Silva (1999) ao descrever uma definição sobre currículo, afirma que ele não é simplesmente um conjunto de disciplinas ou matérias a serem ensinadas em uma escola, mas sim um componente central e estruturante do processo educacional, que organiza “o conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolar”. (2011, p. 17)

As duas perspectivas curriculares acima descritas ajudam a compreensão de que o currículo não é neutro, mas reflete as escolhas políticas, culturais e sociais da sociedade. Por não ser neutro, ele produz identidades e nesse processo seleciona determinados conhecimentos e valores para serem transmitidos. Essas seleções podem ser influenciadas por interesses políticos e ideológicos.

Portanto, o currículo pode ser visto tanto como uma ferramenta para a transformação social e a superação das desigualdades, quanto como um mecanismo ideológico a serviço do poder e das elites dominantes. Dessa forma, o currículo escolar se transforma em um instrumento de poder e de controle social, implicando o controle sobre a corporeidade e, conseqüentemente, sobre a sexualidade.

O currículo escolar está em constante disputa. Forças políticas, com maior ou menor poder, influenciam a elaboração de propostas curriculares, moldando a história de cada instituição educacional conforme necessidades ideológicas de grupos de

interesses e poder (Nascimento, 2023, p. 65). Essas influências incidem sobre o pedagógico e, conseqüentemente, a experiência de aprendizado dos estudantes. Silva (1999) afirma que “o currículo desempenha um papel fundamental na construção das identidades dos alunos” (1999, p. 15). Dessa forma, o currículo se revela como um artefato multifacetado, exercendo, entre outras funções, uma influência marcante na construção das identidades sexuais, corporificando-as e simultaneamente contribuindo para sua produção.

Conforme apontado por Silva (1999), a epistemologia nunca se apresenta neutra, mas sempre espelha a experiência daquele que busca o conhecimento. Para o teórico, o atual desenho curricular, de forma evidente, projeta uma perspectiva marcadamente masculina, promovendo a dicotomia entre sujeito e conhecimento, domínio e controle, racionalidade e lógica, individualismo e competição (Silva, 1999, p. 94).

Pode-se afirmar que o currículo é mais do que uma simples estrutura educacional; é uma ferramenta de influência poderosa que configura, simultaneamente, poder, controle social e a formação de identidades. Funcionando como um dispositivo de poder, o currículo não apenas reflete, mas também reforça as normas e valores da sociedade, operando como um instrumento de controle que exerce um impacto profundo na construção das identidades individuais, nas identidades sexuais.

Isso se deve, em parte, à compreensão de que a identidade sexual não é simplesmente determinada pela biologia; ela carece de qualquer fixidez ou estabilidade definitiva. A identidade sexual é, em grande medida, uma construção social e cultural, intrinsecamente ligada às significações que lhe são atribuídas. Em Silva,

A identidade não é uma coisa da natureza; ela é definida num processo de significação: é preciso que, socialmente, lhe seja atribuído um significado. Como um ato social, essa atribuição de significado está, fundamentalmente, sujeita ao poder. Alguns grupos sociais estão em posição de impor seus significados sobre os outros. Não existe identidade sem significação. Não existe significação sem poder” (Silva, 1999, p. 106).

Isso denota que a identidade de um indivíduo não é inerentemente determinada pela biologia, mas sim construída socialmente. Ademais, a atribuição de significado à

identidade não ocorre de maneira isolada; trata-se de um fenômeno intrinsecamente social. Esse processo implica que a sociedade, por meio de interações, normas e valores compartilhados, confere significado tanto às identidades individuais quanto coletivas.

Silva (1999) ressalta que a atribuição de significado está entrelaçada ao exercício do poder, em que determinados grupos sociais detêm a capacidade de impor seus próprios significados sobre outros. Nesse contexto, a construção de significados em torno das identidades não se dá de maneira imparcial, mas sim sob a influência das dinâmicas de poder presentes na sociedade.

Essa dinâmica relacional ocorre na construção do currículo escolar quando se quer negar que no contexto de sala de aula não exista conflitos entre uma definição da heterossexualidade inteiramente dependente da definição de seu outro, a homossexualidade. No processo, a homossexualidade é percebida como um desvio da sexualidade dominante, hegemônica e considerada normal, ou seja, vai em contramão da heterossexualidade. Portanto, a forma como o enfoque é oferecido em sala de aula com um atenuante de preconceitos e homofobia, por exemplo, demonstrado nas atitudes dos pais ou mesmo de alguns estudantes, demonstra o receio da escola e dos professores trabalharem a temática com naturalidade.

Nas escolas, a sexualidade está presente de diversas formas, seja nas interações sociais entre os estudantes, nas curiosidades e questionamentos que eles trazem ou nas situações de discriminação e preconceito que podem surgir. No entanto, raramente essa presença se traduz em uma incorporação ao currículo. Quando isso acontece, geralmente é restrito a aspectos biológicos, deixando de lado as dimensões mais amplas e sociais da sexualidade. Cabe à pedagogia desafiar essa abordagem limitada, buscando integrar discussões sobre sexualidade de maneira mais holística no currículo, abordando não apenas aspectos biológicos, mas também considerando as complexidades culturais, sociais e identitárias envolvidas na experiência sexual.

Essa perspectiva vai além da mera inclusão de conteúdos, pois reconhece que o currículo não apenas molda o que os alunos aprendem, mas também influencia como eles se percebem no contexto social mais amplo. Desse modo, o currículo desempenha um papel significativo na consolidação de normas e valores relacionados ao corpo e à sexualidade. Através da seleção cuidadosa de materiais, abordagens e

discursos no currículo, a sociedade e as instituições educacionais participam ativamente da produção de corpos e identidades sexuais, exercendo uma influência profunda e duradoura na formação e desenvolvimento dos estudantes. Dessa forma, o currículo escolar emerge como um agente ativo na construção das identidades sexuais.

Na prática cotidiana, Ribeiro (2013) revela que o currículo adotado por várias escolas tem imposto limitações significativas na abordagem dos conhecimentos relacionados ao corpo e à sexualidade, bem como é limitado quanto a discussão no âmbito do pensamento filosófico e nas metodologias pedagógicas empregadas, se restringindo às abordagens proporcionadas pelo ensino das Ciências Humanas em todas as disciplinas diluídas e pelas aulas de Educação Física.

Essa abordagem, em sua essência, tende a favorecer uma perspectiva cientificista, que reduz o corpo a sua dimensão meramente orgânica e médica e, conforme Louro (2007) não reconhece o corpo como “uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais” (Louro, 2007, p. 28) e ignora as complexas relações de poder que o permeiam. Como apontado por Ribeiro (2013a, p.20):

O currículo vigente na maioria das escolas caracteriza-se pela fragmentação, pela descontextualização e pela irrelevância. Trabalha-se com fenômenos isolados e apresentados fora de um contexto histórico, social, político, cultural e fora da realidade dos estudantes. De modo geral, esse currículo desconsidera a diversidade cultural, privilegiando visões de mundo hegemônicas.

Dessa forma, o Currículo acaba moldando, produzindo, delimitando os corpos, ditando o que os/as estudantes devem ser. Em outras palavras, ele não adota uma abordagem neutra, mas, ao contrário, exerce influência por meio de suas concepções e pressupostos, guiando e instruindo os corpos dos/das alunas. Como destacado por Ribeiro (2013a, p.21):

O currículo escolar é organizado segundo uma visão biologizante/medicalizada, enfatizando aspectos anatomofisiológicos e discursos de saúde e doença, desconsiderando outras abordagens e instâncias educativas que têm participação ativa na produção dos corpos, tais como revistas, jornais, anúncios publicitários, músicas, entre outros artefatos culturais [...]. Em função disso, é natural que os alunos não se identifiquem com os corpos que são apresentados na escola, uma vez que as abordagens silenciadas por esta instituição podem ser encontradas em inúmeros outros espaços e com um apelo muito mais forte.

O currículo parece reforçar ideologias hegemônicas sobre o corpo na construção das identidades dos/das estudantes, atuando enfaticamente com o discurso biológico, revelando um viés atravessado pelas relações de poder. Em particular, o poder da biologia e da medicina.

Além de seu papel na construção das identidades corpóreas, o currículo também desempenha um papel de poder normativo na maneira como aborda as identidades sexuais dos/as estudantes. Com frequência, a abordagem do currículo em relação às identidades sexuais é limitada e reflete normas médico-higienistas, heteronormativas, que tendem a marginalizar ou ignorar identidades não conformes. Isso pode criar um ambiente educacional que não reconhece a diversidade de experiências e identidades sexuais presentes na sociedade. Ademais, segundo Ribeiro (2013b, p.35):

Nas práticas escolares, o discurso biológico tem ocupado um espaço privilegiado em relação a outros, visto que em muitos programas de educação sexual, manuais, livros, guias de educação sexual, [...] a sexualidade está prioritariamente vinculada ao conhecimento anátomo-fisiológico dos sistemas reprodutores, ao uso dos métodos anticoncepcionais, aos mecanismos e à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da Aids.

Na perspectiva de Ribeiro (2013b), um discurso com essa dimensão biológica se traduz numa perspectiva dominante nas instituições de ensino. No entanto, questionar a ideia de que a sexualidade é inerentemente ligada à biologia e que ela seja universal é fundamental para promover uma visão mais ampla e inclusiva da diversidade sexual. Quando o currículo não aborda essa diversidade, ele pode contribuir para estigmatizar ou deslegitimar identidades sexuais não normativas, levando a um impacto negativo na saúde mental, no bem-estar dos/as estudantes LGBTQ+ e nos esforços da promoção da inclusão e do respeito.

Em vez de oferecer uma educação inclusiva que respeita e valoriza a diversidade das identidades sexuais, o currículo frequentemente perpetua estereótipos e preconceitos. A perspectiva predominante tem se concentrado na sexualidade anátomo-fisiológica, tratando essa sexualidade como um problema de saúde sexual e reprodutiva. Essa abordagem coloca a medicina e a biologia no centro das discussões sobre sexualidade, frequentemente vinculando o funcionamento do corpo e as questões de saúde a uma visão restrita e unidimensional da sexualidade.

A ênfase no sistema reprodutor como o epicentro da sexualidade frequentemente reduz a riqueza e complexidade dessa experiência humana a uma natureza puramente biológica. Esse enfoque anátomo-fisiológico perpetua a ideia de que a sexualidade é estritamente determinada por características anatômicas internas e externas do corpo, perpetuando uma noção binária e limitada de gênero.

Portanto, é fundamental (re)pensar a forma como o currículo aborda a questão da sexualidade, reconhecendo que ela tem uma dimensão social, é moldada nas práticas culturais que se inscrevem nos corpos e é fruto das relações de poder. Esse quadro é fundamental para uma abordagem educacional mais inclusiva, sensível e respeitosa. Isso requer a incorporação de perspectivas e vozes diversas, bem como a desconstrução de discursos hegemônicos e normativos que restringem a autenticidade e a expressão das identidades. Sendo crucial aprofundar nossa análise sobre como o currículo pode ser transformado para abraçar a diversidade e respeitar as experiências individuais.

A seguir, iremos explorar a orientação que a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oferece aos currículos em relação à sexualidade. Vamos analisar o papel da BNCC na promoção de uma abordagem mais inclusiva das identidades sexuais e como o currículo do Estado de Pernambuco viabiliza uma educação para a sexualidade no Ensino Médio por meio do componente curricular de Filosofia e bem-estar. Também pretende-se destacar as possíveis implicações das normas e regulamentos institucionais nesse contexto específico.

3.2 SEXUALIDADE: O QUE DIZ A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

A análise da concepção de sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é fundamental para compreender como essa dimensão da vida humana é tratada no atual contexto educacional brasileiro. A sexualidade é uma área frequentemente sujeita a normas e valores sociais, sendo, portanto, influenciada por relações de poder que moldam sua representação e abordagem. A BNCC, embora não seja um documento explícito sobre teoria do poder, pode ser interpretada à luz de diversos elementos que revelam como o poder opera em sua concepção de sexualidade.

Um dos aspectos mais significativos do trabalho curricular em sala de aula, seja

de Filosofia ou de Educação Sexual, como um tema transversal é a influência da BNCC na definição do que é considerado conteúdo educacional válido e relevante. Essa influência, por si só, é uma manifestação do poder, que determina quais tópicos devem ser abordados e como devem ser apresentados. A seleção e apresentação de conteúdos sobre sexualidade refletem normas sociais e valores predominantes, estabelecendo o que é aceitável na educação sexual e o que é excluído, demonstrando o poder nas decisões educacionais (Brasil, 2017).

A BNCC (Brasil, 2017) não se constitui no currículo em si, mas é considerada a base para seu desenvolvimento. Neste caso, por ter força de lei, esse documento necessita assegurar certo grau de concisão e clareza, mas não pode ser desvinculado ao objetivo principal de um currículo, que apesar dos acordos de sentidos parciais e localizados para essa acepção, se refere à ideia de qual conhecimento deve ser ensinado e que tipo de pessoa você deseja cultivar para a sociedade.

O que se percebe, entretanto, é que a Filosofia que perpassa o discurso óbvio de incorporação de uma abordagem inclusiva que considera a diversidade, numa tentativa de equilibrar o poder ao dar voz e reconhecimento a grupos historicamente marginalizados, é muito tímida e não enfoca o problema com profundidade.

Outro fator relevante é o contexto político e social que influenciou e ainda influencia a BNCC, refletindo pressões políticas, religiosas e sociais que podem afetar as decisões sobre a inclusão ou omissão de conteúdos na educação sexual, e especialmente no trabalho com Filosofia, no enfoque foucaultiano do cuidado de si e do cuidado do outro. O poder de instituições e grupos de interesse também exerce uma influência significativa sobre a abordagem da sexualidade na BNCC (Frigotto, 2017).

A implementação das diretrizes da BNCC nos currículos escolares e nas escolas também é impactada pelo poder, pois os professores, diretores, coordenadores escolares têm alguma margem de manobra na interpretação e execução das diretrizes desses documentos oficiais, bem como de sua interpretação hermenêutica e sua práxis, influenciando a maneira como a educação sexual é efetivamente ensinada e como pode ser trabalhada em disciplinas como a Filosofia. Para Medeiros (2020), o poder se manifesta na tradução dessas diretrizes para a prática com diferentes interpretações nas dinâmicas sociais, políticas e culturais em jogo.

Na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino fundamental (Brasil, 2017), é possível identificar aspectos que indicam a regulação dos discursos e dos comportamentos dos corpos, delineando normativas que moldam as expressões e identidades conforme a dinâmica de poder vigente. Os paralelos entre a BNCC, os currículos escolares e a teoria do dispositivo de sexualidade de Foucault são aglutinadores e/ou excludentes em múltiplos pontos. Tais conexões permeiam a abordagem da regulação e normatização da sexualidade com a BNCC delineando diretrizes para os currículos e instituições de ensino sobre o que deve ser abordado acerca dessa temática. Esse enfoque encontra espelho na análise foucaultiana da regulação da sexualidade na sociedade contemporânea, destacando a imbricação entre poder, conhecimento e práticas disciplinares (Foucault, 2012).

Um estudo aprofundado da concepção de sexualidade na BNCC e no Currículo de Pernambuco, levando em conta os elementos de poder como disciplina, vigilância, norma e subjetividades, junto com a abordagem da diversidade e o contexto político e social, pode fornecer uma base sólida para uma análise crítica da forma como a sexualidade é tratada no âmbito educacional, especialmente em relação à teoria foucaultiana.

Para se chegar ao universo da BNCC, tivemos como ponto de partida uma das primeiras menções sobre o assunto sexualidade na legislação educacional brasileira, especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa lei, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, aborda a questão da inclusão da saúde como tema transversal nos currículos escolares. A saúde, nesse contexto, abrange também a educação sexual.

No entanto, foi nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento superado nos dias atuais, elaborado em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), que a orientação sexual foi explicitamente mencionada como um dos temas transversais a serem abordados nas escolas. Os PCNs forneceram orientações aos professores sobre como integrar temas como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, trabalho e consumo, entre outros, em todas as disciplinas do currículo escolar. A inclusão da orientação sexual nos PCNs foi uma medida importante para promover uma educação mais abrangente e inclusiva, abordando questões fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes. De acordo

com o PCN, a Orientação Sexual e a sexualidade são:

Algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos, ainda que arraigados no contexto sociocultural brasileiro (Brasil, 1997, p. 287).

Embora haja menção ao respeito e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais, é notável que a abordagem inicial dos PCNs tinha uma ênfase na saúde, reprodução e prevenção de DSTs. Isso reflete um enfoque centrado nos aspectos biológicos da sexualidade, abordando principalmente questões relacionadas à saúde e higiene. Tal abordagem pedagógica, embora crucial para a compreensão dos aspectos fisiológicos, pode também sugerir uma certa disciplinaridade na forma como o tema era apresentado. Nesse ponto, aspectos como opção por gênero, feminismo, racialidade passam a ser considerados temas polêmicos que não devem ser tratados em sala de aula.

Pensando sobre um viés filosófico, a educação sexual deve transcender a anatomia, abordar as dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas da sexualidade, deve combater a violência, a discriminação e o preconceito, promovendo a inclusão, reduzindo desigualdades, incentivando a cidadania e respeitando valores éticos. Infelizmente, os PCNs não cumprem com esse padrão.

Como exemplo da realidade social na qual estão inseridas nossas escolas, e de acordo com dados da Câmara Legislativa, o Brasil lidera em números de assassinatos da população LGBTQIA+. Segundo o Grupo GAY da Bahia (GGB), com informações de 2021, ocorre uma morte a cada 29 horas, embora esse número possa ser ainda mais elevado⁷. Portanto, torna-se crucial e urgente enfatizar uma compreensão abrangente da sexualidade no ambiente escolar, que transcenda a concepção biologizante e de saúde.

É fundamental também considerar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive que ocorrem dentro do lar. De acordo com dados da UNICEF entre 2017 e 2020 foram registrados 197.277 casos de estupros ou estupro de

⁷ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 21 de fev. 2024.

vulnerável com vítimas de até 19 anos. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas. A grande maioria das vítimas de violência sexual é menina – quase 80%. Para elas, um número muito alto de vítimas envolve vítimas entre 10 e 14 anos, sendo 13 anos a idade mais frequente. Para os meninos, o crime se concentra na infância, especialmente entre 3 e 9 anos de idade. A maioria dos casos de violência sexual contra meninas e meninos acontece dentro da residência da vítima e reflete no processo de aprendizado na escola, e para os casos que há informação sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos⁸.

Relacionando essa realidade com a perspectiva de Judith Butler, a segregação dos que não se enquadram na heteronormatividade compulsória pode ser entendida através do conceito de abjeção. Butler argumenta que a heteronormatividade compulsória cria um "fantasma normativo do sexo" que define a heterossexualidade como a norma e marginaliza todas as outras formas de sexualidade. Aqueles que não se conformam a essa norma são considerados abjetos e são sistematicamente excluídos e estigmatizados.

Essa abjeção não é apenas uma exclusão simbólica, mas também se materializa em formas de violência e discriminação, como os altos índices de assassinatos da população LGBTQIA+ no Brasil. A violência contra essas comunidades é uma manifestação extrema da abjeção, em que a sociedade tenta reafirmar as normas heteronormativas através da exclusão e eliminação daqueles que as desafiam. Portanto, combater essa violência e promover uma educação sexual inclusiva e abrangente é fundamental para reduzir as desigualdades e combater a discriminação, respeitando a dignidade e os direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da "abjeção" — e seu status para o sujeito — como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada. E, contudo, essa abjeção negada ameaçará denunciar as presunções auto fundantes do sujeito sexuado, fundado como está aquele sujeito num repúdio cujas

⁸ Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>, Acesso em 22 de fev. 2024.

consequências não pode plenamente controlar. A tarefa consistirá em considerar essa ameaça e perturbação não como um questionamento permanente das normas sociais, condenado ao *pathos* do fracasso perpétuo, mas, ao invés disso, como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas (Butler, 2024, p.3).

Segundo Dewey (2002) o ambiente escolar é um microsomo da nossa sociedade, muitas vezes reproduzido desigualdades e padrões sistêmicos de exclusão. Essa perspectiva é corroborada pela pesquisa do Observatório de Educação do Instituto Unibanco (2024)⁹, que destaca como tais padrões segregam os sujeitos e comunidades que não se adequam aos padrões de identidade de gênero e orientação sexual predominantes. Nesse contexto, a discriminação enfrentada pela orientação sexual de jovens emerge como um dos motivos para o abandono escolar de pessoas LGBTQIAP+.

Além disso, segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto citado acima, no ano de 2022, no pós pandemia de Covid, as motivações para abandonar os estudos seguem um padrão. Para meninas, ter um filho pode ser considerado um fator decisivo na hora de evadir do ensino médio. Das adolescentes fora do ambiente escolar, 29,6% são mães, enquanto 13,7% estão fora, mas não tiveram filhos. No caso de meninos, o maior índice de evasão pode ser associado ao mercado de trabalho: 39,3% saíram da escola para trabalhar. Das meninas que estão fora da escola, 15,8% ingressaram no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado retrocessos na discussão sobre educação sexual devido à oposição de políticos conservadores, especialmente da “denominada bancada da Bíblia”. Eles argumentam que as escolas promovem a “ideologia de gênero”, violando princípios cristãos e buscando limitar ou eliminar a inclusão desses conteúdos nos currículos escolares. Com a Constituição promulgada em 1988, a questão dos direitos civis e da defesa dos direitos humanos, especialmente dos grupos minoritários, ganharam ênfase e força na construção de uma sociedade democrática. Na década de 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a LDB 9394/1996 já traziam à tona temas como turismo sexual de crianças e adolescentes, abuso sexual e pedofilia, enfatizando a importância da educação na disseminação de valores fundamentais de interesse social.

⁹ Disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar>. Acesso em 20 de abr. 2024.

Contudo, na atualidade, observa-se a existência de movimentos contrários à discussão dessa temática nas escolas. Grupos conservadores, de forma deliberada, empreendem esforços para obstruir essa abordagem, buscando silenciar essa perspectiva no contexto educacional.

Como observa Junqueira (2009, p. 168):

Parlamentares vinculados às igrejas católicas e evangélicas têm aparecido frequentemente nos debates parlamentares a respeito de direitos civis de homossexuais, representando o combustível ideológico que legitima discursos homofóbicos, preconceituosos e discriminatórios contra gays, lésbicas e transgêneros e suas famílias.

Isso significa que parlamentares com ligações a grupos religiosos fundamentalistas, malgrado já se ter legislação sobre o tema que se inicia, no atual contexto político social, têm desempenhado um papel ativo nos debates parlamentares relacionados aos direitos civis de homossexuais. Eles são descritos como representantes do "defensores de Deus, pátria e família " que dá legitimidade a discursos homofóbicos, preconceituosos e discriminatórios direcionados a gays, lésbicas, transgêneros e suas famílias, na oposição a direitos e igualdade para indivíduos, perpetuando atitudes discriminatórias.

Embora movimentos reacionários e conservadores sempre tenham existido, houve um significativo aumento de força a partir de 2015. Este período marcou o início de uma onda de conservadorismo que se manifestou em um discurso antissexual e contrário às liberdades conquistadas. O conservadorismo passou a associar igualdade de gênero, diversidade sexual, combate à homofobia, cidadania e liberdade de expressão às ideias de esquerda, ao comunismo e ao Partido dos Trabalhadores, tornando-se uma oposição destacada, conforme podemos ver em Monteiro e Ribeiro (2023, p. 125):

A partir principalmente 2015, um discurso antissexual e contrário às liberdades conquistadas assola o Brasil de norte a sul. Uma onda de conservadorismo estimulada por um fundamentalismo cristão exacerbado inicia uma cruzada contra atitudes, manifestações e discursos considerados contrários aos princípios ditos cristãos. Igualdades entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo, à esquerda e ao petismo e passaram a ser execrados por setores da sociedade que, até então ofuscados pela democracia, ganham força fazendo oposição ao então Partido dos Trabalhadores.

Com o aumento da chamada "bancada evangélica" no Congresso Nacional e o crescente número de políticos alinhados às políticas conservadoras e restritivas, a

resistência à introdução da educação sexual nas escolas brasileiras tem se tornado uma ocorrência comum. Professores que ousam abordar o tema da sexualidade enfrentam frequentes rótulos de comunistas, ateus, promotores da homossexualidade, e são acusados de doutrinadores e, em alguns casos, ameaçados com a possibilidade de prisão. Toda essa hostilidade emerge simplesmente porque esses educadores estão abordando uma temática essencial para a formação cidadã, liberdade e desenvolvimento do pensamento crítico. Entretanto, essa abordagem difere das convenções da moral e dos bons costumes da sociedade conservadora, o que acirra os conflitos em torno desse assunto educacional crucial.

A “bancada religiosa” composta por deputados (maioria) evangélicos e católicos tendenciosamente chamados de conservadores tendem a negar as diversas formas de expressão de sexualidade, caracterizando um movimento negacionista, de ataque, inclusive, aos direitos humanos. Limitam-se a não enxergar que práticas de exclusão, violência física e falta de respeito estimulam e encorajam preconceitos arraigados, provocando inclusive evasão escolar.

Em face do exposto, surge a necessidade de compreender qual é a orientação da legislação dos currículos escolares a respeito desse tema. Qual é a posição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em relação à educação para a sexualidade? E como o currículo adotado pelo estado de Pernambuco reflete os princípios da BNCC no que diz respeito à questão da sexualidade? Importa ainda investigar como esses documentos orientadores influenciam as percepções, atitudes e comportamentos dos adolescentes em relação à sua própria sexualidade, assim como em relação à diversidade sexual.

Ao investigarmos as influências desses documentos na formação dos alunos, surge a necessidade de explorar o que uma análise detalhada da BNCC na área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas (CHSA), especificamente no componente curricular de Filosofia, juntamente com o currículo adotado por Pernambuco para o Ensino Médio, também na disciplina de Filosofia, pode revelar sobre a viabilidade de adaptação do currículo escolar e das práticas educacionais filosóficas para promover uma compreensão mais inclusiva e informada da sexualidade entre os adolescentes. Essa investigação pode fornecer insights valiosos sobre como assegurar que a educação sexual nas escolas seja abrangente, respeitosa e capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente.

3.2.1 Sexualidade no currículo escolar: análise da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento normativo que estabelece os direitos de aprendizagem dos estudantes em todo o Brasil. Essa diretriz lista as competências e habilidades essenciais para os currículos do Ensino Básico nos estados e municípios. Por ser de caráter obrigatório e base, é fundamental que todos os estudantes do país adquiram as mesmas competências e habilidades, visando seu “desenvolvimento integral, [...] formação humana integral e à construção de sociedade justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2018, p. 7).

Como documento de referência nacional para a elaboração dos currículos locais, espera-se que a BNCC forneça subsídios suficientes que assegurem conhecimentos que contribuam gradualmente para uma formação escolar das/dos estudantes pautada no pensamento crítico, reflexivo e questionador, além de ideias que ajudem combater desigualdades. Teoricamente, a BNCC é um documento que:

Expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral, voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos estudantes, com respeito as diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito [...], este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos, como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros (Brasil, 2018, p. 5).

Inicialmente, percebe-se que a BNCC, de maneira geral, destaca a importância do respeito às diferenças e do combate à discriminação e preconceito, porém, de forma bastante genérica. O documento não ressalta o respeito às diferentes identidades e orientações sexuais, deixando uma lacuna em relação ao combate à discriminação de diversas expressões da sexualidade. Fala sobre respeito ao outro, mas não especifica quem é esse 'outro'. Como resultado, não contribui efetivamente para a inclusão da temática da sexualidade nos currículos.

Embora, conforme cita Nascimento (2023, p.53):

O autoatendimento na formação curricular, respeitando as mais variadas juventudes e preferências individuais, ganha relevância maior com a incorporação do conceito de projeto de vida, que (*sic*) um dos principais elementos norteadores do Novo Ensino Médio. Espera-se que o jovem, ao exercer seu protagonismo juvenil, faça as escolhas de acordo com sua perspectiva de vida. Para tanto, a flexibilização curricular, as competências e habilidades contidas na BNCC e os

itinerários formativos devem adaptar-se ao que lhe for mais apropriado, consolidar os conhecimentos, valores e representações que incidirão ao longo da vida. Nesse contexto, a função da escola é auxiliar os estudantes a se reconhecerem como cidadãos dotados de capacidade e aptos a intervirem na sociedade de forma ética, crítica, autônoma e reflexiva.

Considerando a complexidade do documento da BNCC, que estabelece competências e habilidades a serem desenvolvidos ao longo da escolaridade, torna-se crucial discutir de forma mais aprofundada a temática da sexualidade, especialmente no Ensino Médio.

À vista disso, é pertinente, antes, mencionar que, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), o artigo 6º define competências como a “mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 2).

Além disso, o artigo 6º também define habilidades como “conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados” (Brasil, 2018, p. 3).

Ao revisar as dez competências gerais da educação básica apontadas no documento da BNCC, que se desdobram para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), observa-se que o termo “sexualidade” não é mencionado em momento algum. No entanto, de maneira genérica, há algumas referências à temática.

Vejamos a seguir:

Quadro 1 - Competências gerais da Educação Básica

<p>1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p>2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.</p> <p>3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.</p> <p>4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p> <p>5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p> <p>6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p> <p>7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p> <p>8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p> <p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p> <p>10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>
--

Fonte: Brasil (2018, p. 9).

De modo mais específico, a competência número 1, destaca a necessidade de os estudantes desenvolverem conhecimentos para colaborar na construção de uma “sociedade justa, democrática e inclusiva”. Isso implica a formação de habilidades e valores que promovam o respeito a todos, sem exclusão, no ambiente escolar.

No entanto, para efetivar essa prática, a escola precisa promover estudos que direcionem a prática da democracia e da inclusão. Este enfoque possibilita a abordagem da diversidade cultural, social e inclusiva, abrindo espaço para discutir

também a diversidade sexual. Essa abordagem pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Entretanto, o fato de não ser explicitamente mencionado não impede que os currículos escolares abordem a sexualidade, permitindo, assim, sua inclusão de maneira contextualizada e pertinente no ambiente educacional.

A competência geral 7, que trata dos “pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos”, suscita a importância da promoção e do estudo efetivo dos direitos humanos no contexto educacional. Embora a BNCC faça menção aos direitos humanos, o documento não aprofunda o conceito, deixando de reconhecer que a “sexualidade integra a própria condição humana” e que o respeito ao exercício da sexualidade é essencial para a formação humana.

Embora a BNCC aborde os direitos humanos de maneira habitual, não enfatiza a ligação intrínseca entre sexualidade e a condição humana. No entanto, essa competência oferece uma abertura para discutir e promover o respeito aos direitos humanos, reconhecendo a diversidade de identidades, e aqui podemos incluir a diversidade sexual como parte fundamental dos direitos humanos.

Portanto, é importante ressaltar que, embora a competência geral 7 aborde a promoção dos direitos humanos, ela não garante o conhecimento científico sobre os direitos humanos no contexto da sexualidade para os estudantes em ambiente escolar.

A competência geral 8 da BNCC ressalta a importância de conhecer, apreciar e cuidar da saúde física e emocional, abrangendo a compreensão da diversidade humana e o reconhecimento das emoções, tanto pessoais quanto alheias, com capacidade crítica para lidar com elas. Este domínio, embora essencial para o bem-estar global dos indivíduos, não explora de forma explícita a temática da sexualidade dentro do ambiente escolar.

No entanto, ao considerar a amplitude da saúde física e emocional, emerge a noção de que a saúde sexual é uma parte intrínseca e significativa desse cuidado. É crucial reconhecer que as relações sexuais estão associadas a várias doenças e infecções, tornando fundamental que os jovens, durante sua educação escolar, adquiram conhecimentos para prevenir tais problemas, compreendam a higiene pessoal e saibam utilizar contraceptivos.

A competência geral 9 incita e recomenda o exercício do processo de comunicação e interação através da prática da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos. Para que isso aconteça se faz necessário experimentar o acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, evitando os preconceitos de qualquer natureza. Essa vaguidade semântica permite interpretar e discutir a diversidade de maneira ampla, incluindo a diversidade sexual.

Embora não haja menção à diversidade sexual, essa competência oferece uma brecha para a abordagem desse tema na escola. É uma competência que abrange o respeito à diversidade e à valorização de diferentes identidades, culturas, saberes, diálogo e resolução de conflitos, sendo possível integrar discussões sobre respeito às diversas identidades sexuais, contribuindo para a promoção do respeito e da inclusão.

Segundo Fiorini (2020), é perceptível a ausência de um enfoque claro sobre a questão da Educação Sexual, e menos ainda uma posição que oriente professores e coordenadores, bem como a direção da escola a desenvolverem em suas formações e na própria dinâmica curricular em sala de aula uma crítica filosófica, sociológica e antropológica ao que passou a ser a dinâmica dos currículos escolares, muitas vezes de um “currículo oculto” que deixa perpassar na sua práxis pedagógica uma “abordagem biológico- higienista”, que atribui ênfase ao caráter preventivo da educação sexual; ou quando não uma abordagem moral-tradicionista, assim como a abordagem religioso-radical sob a influência dos radicais religiosos, especialmente evangélicos; ou mesmo uma espécie de abordagem que pode ser considerada de terapêutica, considerando o diferente como portador de uma conduta desviante ou doença e que, por meio do tratamento terapêutico, pode ser curado.

Conforme acentua Fiorini (2020), a ausência de um enfoque direto sobre Educação Sexual como encontro ao outro, respeito às diferenças, promoção da equidade e dos valores individuais e coletivos das mulheres e dos outros grupos não heterossexuais, no currículo pela BNCC, deixa espaço para surgirem projetos como o projeto “cura gay”. Tais iniciativas tratam e estimulam comportamentos homofóbicos ao relacionar a homossexualidade como doença.

Para Fiorini, a BNCC deixa margem para que a educação sobre sexualidade seja influenciada por valores baseados em crenças religiosas ou em concepções

médicas-higienistas. A ausência de uma abordagem clara sobre sexualidade na BNCC permite que outras abordagens limitem a educação sexual e, por vezes, promovam a repressão da sexualidade, levando a práticas preconceituosas.

No entanto, por ser um documento normativo, a BNCC oferece brechas para a inclusão da temática sexualidade, mesmo que o termo sexualidade não esteja evidentemente declarado. Conforme análise e interpretação, é possível trabalhar a educação sexual de forma contextualizada e pertinente no ambiente educacional.

Além das competências, a BNCC (BNCC, 2018) assume o compromisso com a educação integral, definindo-a como “a construção intencional de processos educativos” que considerem as necessidades, possibilidades e desafios da sociedade contemporânea. A violência sexual contra crianças e adolescentes é um desafio significativo da sociedade atual. Logo, discutir a sexualidade em sala de aula é crucial para erradicar essa forma de violência. A informação, quando compartilhada de maneira apropriada, pode ser uma ferramenta para combater a violência sexual.

A BNCC (Brasil, 2018, p.15) também enfatiza que “as escolas devem elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes, [...] com foco na equidade”, reconhecendo que as necessidades dos estudantes são diversas. Isso implica que nenhum grupo da sociedade deve ser marginalizado, inclusive no acesso à educação, permitindo que todos completem seus estudos de forma inclusiva.

Apesar de a BNCC não mencionar a sexualidade como parte essencial da formação escolar, as competências gerais abordam valores como respeito à diversidade, valorização dos direitos humanos e cuidado com a saúde física e emocional, deixando espaço para interpretações que permitem sua integração ao currículo escolar. Essa ausência de uma menção direta pode representar um desafio na prática educacional, exigindo uma interpretação mais abrangente e inclusiva por parte dos educadores. No entanto, esse enfoque indireto oferece referências que possibilitam discussões sobre diversidade e direitos humanos, permitindo assim a abordagem da sexualidade de maneira contextualizada e pertinente no ambiente escolar.

Assim, é reconhecido que existe um embasamento sólido para a inclusão da educação sexual no ambiente escolar, não apenas como uma questão de saúde e

bem-estar, mas também como um meio de combater a violência sexual e garantir a inclusão de todos os grupos na sociedade.

Portanto, reforça-se a importância de abordar a sexualidade como parte integral da educação. As competências destacadas ressaltam a interligação entre saúde física e emocional, incluindo a saúde sexual, destacando a necessidade de uma abordagem mais explícita sobre a educação sexual dentro do contexto educacional.

Isso é fundamental para o bem-estar dos alunos, embora possa representar um desafio considerável na implementação, dada a falta de diretrizes explícitas da BNCC para o ensino da sexualidade. Nesse contexto da pesquisa, o foco se volta para um dos pilares essenciais do currículo do Ensino Médio: a esfera das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O estudo se concentra na minuciosa exploração das competências e habilidades inerentes a essa área curricular, buscando investigar seu potencial como ferramenta efetiva para promover uma educação mais inclusiva e sensível, especialmente no que concerne à compreensão da sexualidade.

Essa análise não se limita apenas a identificar oportunidades para introduzir a discussão sobre sexualidade, mas também procura compreender se essa abordagem representa um avanço ou ampliação de uma educação sexual multidisciplinar e contextualizada. Busca-se integrá-la ao amplo contexto da cidadania, direitos humanos e diversidade. O cerne deste estudo reside em explorar estrategicamente como o ensino de Filosofia no Ensino Médio pode fomentar debates e reflexões sobre temáticas relacionadas à sexualidade

Nesse contexto, o Movimento LGBTQIA+, bem como o Movimento Feminista, entre outros, têm reivindicado mudanças em relação à subordinação das identidades sexuais, conquistando seus direitos e chamando a atenção de grupos conservadores que se empenham na tentativa de bloquear essas conquistas desde a década de 1980 (Fiorini, 2020).

Neste cenário, também, é relevante destacar que a liberdade do professor para ensinar é respaldada pela legislação, e a diversidade de ideias e abordagens pedagógicas é um pilar essencial dos princípios da profissão, conforme expresso na Constituição Federal nos Artigos 206, Incisos II e III. Estes princípios garantem a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o conhecimento, bem como a multiplicidade de ideias e concepções pedagógicas, além

da coexistência de instituições de ensino públicas e privadas.

Desse modo, o que se depreende é que, mesmo que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não aborde diretamente a sexualidade, existem documentos legais respaldados pelo Estado que legitimam a discussão desse tópico no âmbito escolar, alinhando-se ao princípio da BNCC que reconhece as diferenças e respeita os direitos humanos.

Dentro do texto da BNCC, destacamos as competências específicas da área denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) para o Ensino Médio, conforme a seguir, no Quadro 2:

Quadro 2 - Competências Ciências Humanas e Sociais aplicadas

<p>1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.</p> <p>2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.</p> <p>3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.</p> <p>4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.</p> <p>5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.</p> <p>6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>

Fonte: Brasil (2018, p. 570).

É possível estabelecer uma relação de interação com o tema sexualidade, destacando as competências 5 e 6? A Competência 5 destaca a importância crucial de identificar e combater uma gama diversificada de injustiças, preconceitos e violências, enfatizando os princípios éticos, democráticos, inclusivos, solidários e o respeito aos Direitos Humanos.

Dentro deste âmbito, as questões relacionadas à sexualidade emergem como temas pertinentes, considerando que muitas formas de preconceito e violência estão intrinsecamente ligadas à orientação sexual, identidade de gênero e outros aspectos

da sexualidade.

A discussão desses temas desempenha um papel crucial na identificação das injustiças e preconceitos, fomentando uma compreensão mais profunda sobre a diversidade humana e os direitos fundamentais de cada indivíduo. Neste contexto, a análise das teorias filosóficas sobre a natureza da sexualidade humana, incluindo debates sobre a moralidade do comportamento sexual, construções sociais de gênero e sexualidade, e a interseção entre sexualidade e identidade pessoal, oferece uma base teórica essencial para compreender as questões éticas e políticas associadas à sexualidade na sociedade.

Ao explorar esses conceitos, os estudantes podem não apenas desenvolver uma compreensão mais abrangente das questões relacionadas à sexualidade, mas também pode ser uma possibilidade de adquirir ferramentas conceituais e críticas para identificar e enfrentar formas de injustiça, preconceito e violência, em consonância com os princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e respeitando os direitos humanos.

A Competência 6, embora não traga o tema sexualidade, por sua vez, alguns conteúdos filosóficos podem ser mobilizados de forma a levar os/as estudantes a participarem do debate público de maneira crítica, respeitando diferentes perspectivas e tomando decisões alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida. Isso inclui a capacidade de refletir sobre questões éticas, sociais e políticas, o que abre espaço para discutir questões de sexualidade de maneira crítica e reflexiva, levando em conta diferentes posicionamentos, valores e princípios éticos.

As Competências delineadas buscam orientar os Currículos, grosso modo, incentivando a educação a combater ativamente todas as formas de ódio, intolerância, discriminação e preconceito. Este direcionamento visa assegurar a inclusão e igualdade social, respeitando a diversidade em todas as suas manifestações e promovendo o respeito individual. Isso implica dizer que essa área do Ensino Médio tem um papel crucial de oferecer à juventude ferramentas para uma reflexão crítica sobre si mesma e sobre o mundo, desafiando estereótipos, questionando crenças arraigadas e analisando valores e costumes de maneira construtiva.

Considerando a perspectiva filosófica que postula a existência de uma natureza intrínseca ao ser e ao existir, e reconhecendo que a reflexão é fundamental para a

construção do pensamento filosófico, essas Competências proporcionam um espaço de reflexão sobre a condição humana, especialmente aquelas marcadas por preconceito e violência, incluindo os relacionados à sexualidade.

É relevante explorar os motivos que levam o ser humano a adotar práticas que desrespeitam as normas sociais, em particular aquelas ligadas à sexualidade. A reflexão nos convida a examinar profundamente as razões que orientam tais comportamentos e a questionar as justificativas subjacentes a essas atitudes, as quais frequentemente desconsideram os princípios fundamentais do convívio social.

Ao empreender a reflexão, nos deparamos com a oportunidade de explorar, identificar e analisar as trilhas das práticas sociais que perpetuam a "injustiça, preconceito e violência" ligados à sexualidade. Nessa jornada, desdobram-se possibilidades de examinar os valores e princípios morais que sustentam tais comportamentos, enriquecendo nossa compreensão de maneira mais profunda e crítica diante das complexidades envolvidas.

Diante dessa análise, fica evidente que a sexualidade emerge como um tema relevante e pertinente ao contexto educacional. Embora não seja abordada de forma direta em todas as competências específicas, a presença da discussão sobre injustiça, preconceito e violência, aliada à reflexão filosófica sobre ética, direitos humanos e democracia, oferece uma base sólida para a integração da educação para a sexualidade no currículo escolar.

A partir dessas competências, os educadores têm a oportunidade de promover debates críticos e reflexões profundas sobre questões relacionadas à sexualidade, contribuindo não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para a formação de cidadãos conscientes, éticos e responsáveis.

Ao analisar a habilidade EM13CHS501 percebe-se que é possível explorar as diversas perspectivas éticas sobre a sexualidade ao longo da história e em diferentes culturas, como também discutir como concepções éticas moldam a compreensão das práticas sexuais, relacionamentos e identidades.

Quadro 3 - Competência 5 – combate as injustiças, preconceitos e violência.

<p>Competência 5: Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.</p>
<p>Habilidades</p>
<p>(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.</p> <p>(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.</p> <p>(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.</p> <p>(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.</p>

Fonte: Brasil (2018, p. 577).

Na habilidade EM13CHS502 temos espaço para questionar as normas sociais em torno da sexualidade, desafiando pressupostos e examinando como as atitudes sociais moldam as experiências individuais. Nesta habilidade, ainda é possível analisar criticamente a relação entre valores culturais, discriminação e liberdade sexual.

Já na habilidade EM13CHS503 encontramos abertura para examinar a violência simbólica e psicológica relacionada à sexualidade, analisando as raízes éticas dessas formas de violência. Através dessa habilidade há a possibilidade de propor soluções fundamentadas em princípios éticos para combater a discriminação e promover o respeito aos direitos sexuais.

Sobre a habilidade EM13CHS504, os estudantes podem examinar criticamente como as transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas influenciam as atitudes e valores em relação à sexualidade. Eles podem explorar

questões: Como as mudanças ao longo do tempo têm moldado as concepções de sexualidade e as normas sociais associadas a ela? Como os avanços científicos e tecnológicos afetam a compreensão e prática da sexualidade? Os estudantes podem explorar questões relacionadas à reprodução assistida, contracepção, identidade de gênero e sexualidade na era digital.

Com base na competência específica 6, veja o mapeamento a seguir:

Quadro 4 - Competência 6 - criticidade

<p>Competência 6: Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade</p>
<p>Habilidades</p>
<p>(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.</p>
<p>(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.</p>
<p>(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).</p>
<p>(EM13CHS604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.</p>
<p>(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.</p>
<p>(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.</p>

Fonte: Brasil (2018, p. 579).

Para esse cenário da competência 6, em que a criticidade está em sintonia com um projeto de vida que respeite as diferenças e construa a cidadania destacam-se aqui as habilidades (EM13CHS602), (EM13CHS605) e (EM13CHS606). Embora, elas

não tragam em si o termo sexualidade, é possível explorar conexões com os temas relacionados a sexualidade e a Filosofia.

Sobre a habilidade EM13CHS602, ao discutir autoritarismo e paternalismo na política, os alunos podem analisar como essas formas de poder podem se manifestar em questões relacionadas à legislação e políticas públicas sobre sexualidade, como restrições aos direitos reprodutivos, criminalização da homossexualidade ou tratamento discriminatório de minorias sexuais.

Além disso, ao abordar o populismo, os estudantes podem explorar como os discursos populistas podem influenciar atitudes e políticas em relação à sexualidade, como a manipulação de questões de gênero e sexualidade para promover agendas políticas específicas.

Ao relacionar esses temas com as formas de organização e articulação das sociedades em defesa da autonomia, liberdade, diálogo e promoção da democracia, os alunos podem examinar como o reconhecimento e respeito à diversidade sexual são fundamentais para uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

Portanto, há espaço para abordar questões relacionadas à sexualidade na filosofia dentro desse contexto, especialmente considerando a interseccionalidade entre política, sociedade e direitos humanos.

A habilidade EM13CHS605 pode ser usada para explorar como os princípios dos Direitos Humanos se aplicam à sexualidade, considerando justiça, igualdade e fraternidade. Ela também, possibilita avaliar criticamente os desafios na concretização desses direitos no contexto da diversidade sexual e de gênero, promovendo ações éticas para enfrentar as violações.

Ao explorar essa habilidade, os alunos podem examinar como os princípios dos Direitos Humanos se aplicam aos direitos sexuais e reprodutivos, à igualdade de gênero, à não discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, entre outros aspectos relacionados à sexualidade. Eles podem investigar como as noções de justiça, igualdade e fraternidade são relevantes para promover o respeito à diversidade sexual e para combater a discriminação e violência baseadas na orientação sexual e identidade de gênero.

Além disso, os estudantes podem analisar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas, identificando

desafios específicos enfrentados por diferentes grupos e comunidades em relação à sexualidade. Isso pode incluir a discussão sobre políticas públicas, legislação, práticas culturais e normas sociais que impactam os direitos sexuais e reprodutivos em diferentes contextos sociais e culturais.

Por fim, a habilidade também enfatiza a promoção de ações concretas diante da desigualdade e das violações dos direitos humanos, respeitando a identidade de cada grupo e indivíduo. Os alunos podem ser incentivados a desenvolver propostas de ação que visem promover a igualdade e o respeito à diversidade sexual em suas comunidades locais, escolas ou outros espaços de convivência.

Neste detalhado universo de competências e habilidades específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a BNCC fornece um sólido arcabouço que possibilita à Filosofia abordar o tema da sexualidade no contexto do ensino.

Embora o termo 'sexualidade' não seja mencionado diretamente, as competências e habilidades destacadas oferecem, entre várias possibilidades, uma ampla gama de ferramentas que capacitam os estudantes a explorar, refletir e compreender criticamente as questões complexas relacionadas a esse tema, podendo contribuir para uma educação mais inclusiva, informada e respeitosa.

Os temas de injustiça, preconceito, violência, ética, direitos humanos, debate público e autonomia estão intrinsecamente ligados à sexualidade, identidade de gênero e diversidade sexual.

A discussão sobre ética, democracia, direitos humanos e justiça social fornece um terreno fértil para explorar questões filosóficas relacionadas à sexualidade, como a moralidade do comportamento sexual, a construção social de gênero e sexualidade, e a interseção entre sexualidade e identidade pessoal.

As habilidades destacadas na BNCC incentivam os alunos a identificar e combater formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos, o que inclui a promoção da igualdade, respeito à diversidade sexual e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como parte integrante dos direitos humanos fundamentais.

Tal abordagem pode proporcionar uma oportunidade para os alunos desenvolverem uma compreensão crítica e reflexiva das questões relacionadas à sexualidade, questionando estereótipos, examinando valores e normas sociais e

promovendo o respeito pela diversidade sexual. Dessa forma, o trabalho com essas competência e habilidades podem contribuir para uma educação mais inclusiva e empática, que reconhece e valoriza a diversidade humana em todas as suas manifestações.

Ao desnaturalizar a moral e os valores associados às formas de ser e existir, esse pensamento amplia a igualdade social, assegurando um direito universal. Desnaturalizar implica questionar e desconstruir a concepção de que certas normas morais e valores são inerentes ou inevitáveis, mostrando que podem ser analisados, contestados e modificados. Isso se alinha ao princípio fundamental da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009, p. 4): "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos".

Diante desse cenário, todos os aspectos acima citados podem ser relacionados a sexualidade no ensino de Filosofia visto que permite a juventude “compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas estimulando respeito às diferenças (linguísticas, culturais, religiosas, étnico-racial etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos.” (Brasil, 2018, p. 577)

Com isso, os direitos humanos podem ser pensados e refletidos para a proteção das liberdades, da cidadania, da justiça e garantias individuais.

A reflexão sobre valores e moral como construções sociais torna-se fundamental para contrapor as violências política, física, simbólica e psicológica que muitas pessoas sofrem por não se enquadrarem em uma concepção culturalmente considerada certa ou errada, boa ou má. Essa reflexão é também crucial para uma vivência da sexualidade responsável, democrática e emancipadora, dado que a própria ideia de sexualidade é dinâmica, múltipla e fruto da construção do comportamento humano.

Valorizar a pluralidade de sujeitos é uma estratégia para eliminar preconceitos e prevenir atitudes que vão contra os direitos humanos. Constitui-se como um mecanismo para alcançar o respeito à sexualidade e aos direitos a ela associados. Como destaca Junqueira (2009, p.302):

os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos. Uma vez que a saúde sexual é um direito fundamental, então a saúde sexual deve ser um direito humano básico.

Desse modo, considerando a saúde sexual como um direito fundamental, é imperativo que ela seja reconhecida, promovida, respeitada e defendida por todas as sociedades, de todas as maneiras.

Assim, a análise das competências específicas e habilidades da área CHSA na BNCC revela um espaço potencial para a inclusão da sexualidade como parte integral da educação, reforçando a importância de uma abordagem holística e sensível às necessidades dos alunos no ambiente escolar. Embora a BNCC não aborde diretamente o termo "sexualidade" na área analisada, algumas competências e habilidades fornecem uma base sólida para o debate sobre sexualidade no currículo escolar de Filosofia.

Por outro lado, considerando as variações nos currículos de acordo com cada federação, o próximo passo é confrontar o currículo de Pernambuco como uma possibilidade para estabelecer um parâmetro dos efeitos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) na área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas (CHSA), especialmente no que se refere ao ensino de Filosofia e sexualidade.

3.3 REFERENCIAL CURRICULAR DE PERNAMBUCO: ONDE SE ENCONTRA A ORIENTAÇÃO SEXUAL?

A BNCC é o documento normativo nacional para o currículo do Ensino Médio, que prevê que os Estados, junto aos municípios, estabeleçam suas orientações curriculares alinhados à política federal.

O Referencial Curricular do Estado de Pernambuco foi construído numa parceria entre Estado e UNDIME (União dos Dirigentes Municipais da Educação), com amplo debate de professores das escolas estaduais e municipais que ofertam ensino médio, além da participação de professores das instituições de ensino superior públicas do Estado, Conselho Estadual de Educação, Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado de Pernambuco, entre outras instituições (Pernambuco, 2021).

Em sua apresentação, a Secretaria de Educação de Pernambuco afirma que:

Este Currículo também responde aos anseios das juventudes em ter um ensino médio mais sintonizado com as demandas atuais dos jovens, articulando-se aos pilares da pesquisa, do trabalho, da inovação e tecnologia, da cidadania crítica e do engajamento social, tão caros para a formação dos jovens. Sabemos que o Novo Ensino Médio traz grandes mudanças e inovações, desafiantes para toda

comunidade educacional, que repercutem na arquitetura, na formação geral básica e, especialmente, na inclusão dos itinerários formativos na formação dos jovens (Pernambuco, 2021, p. 11).

E acrescenta que o próximo desafio será o processo de formação continuada dos profissionais da educação, com a finalidade de promover e assegurar a implementação do currículo construído para essa etapa: “de forma a fortalecer a formação dos estudantes pernambucanos, garantindo-lhes oportunidades para que possam seguir com seus projetos de vida, contribuindo para uma sociedade mais justa, solidária e fraterna” (Pernambuco, 2021, p. 11).

Nesse contexto do Referencial de Pernambuco, o foco se volta para um dos pilares essenciais do currículo do Ensino Médio: a esfera das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a estrutura dos itinerários formativos no processo de construção da realidade escolar e do currículo. O estudo se concentra na minuciosa exploração das competências e habilidades inerentes a essa área curricular, buscando investigar seu potencial como ferramenta efetiva para promover uma educação mais inclusiva e sensível, especialmente no que concerne à compreensão da sexualidade.

Essa análise não se limita apenas a identificar oportunidades para introduzir a discussão sobre sexualidade, mas também procura compreender se essa abordagem representa um avanço ou ampliação de uma educação sexual multidisciplinar e contextualizada. Busca-se integrá-la ao amplo contexto da cidadania, direitos humanos e diversidade, já delineados no Ensino Fundamental. O cerne deste estudo reside em explorar estrategicamente como o ensino de Filosofia no Ensino Médio pode fomentar debates e reflexões sobre temáticas relacionadas à sexualidade.

Alinhado à Base Nacional Comum Curricular, o Currículo de Pernambuco visa promover uma formação integral dos estudantes, desenvolvendo competências, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida em sociedade. Dessa forma, ele busca oferecer uma educação que permita aos alunos e professores compreenderem diferentes aspectos da vida e do ser social, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo.

Sobre os princípios norteadores, o Currículo de Pernambuco Ensino Médio reconhece a educação como um direito humano e tem como eixo norteador o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa, adotando os princípios orientadores de equidade e excelência, formação integral,

educação em direitos humanos e inclusão.

Esses princípios fundamentam todas as práticas educativas da educação para o Novo Ensino Médio em Pernambuco, indicando para a sociedade a formação de indivíduos éticos, conscientes de seus direitos e responsabilidades, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, intervindo na realidade e promovendo o desenvolvimento humano.

O currículo de Pernambuco, ao retomar as competências gerais da BNCC, sugere uma base comum de conhecimentos e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos. No que diz respeito à sexualidade, podemos perceber, a princípio, que o currículo possivelmente abordará esse tema de maneira indireta, respeitando os princípios éticos, os direitos humanos e cidadania propostos pela BNCC.

Seguindo nossa investigação no Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio, constatou-se que a concepção de ensino e aprendizagem destacada é que o ensino é entendido como um processo centrado no/na estudante, no qual ele/ela é incentivado/a a encontrar e usar informações com autonomia. Nessa perspectiva, a aprendizagem é concebida como um processo ativo de construção do conhecimento, no qual os/as alunos/as são encorajados/as a relacionar conhecimentos prévios com novos conteúdos, desenvolver competências e habilidades e monitorar seu próprio progresso (Pernambuco, 2021).

Na sua estruturação e edição, o Referencial Curricular de Pernambuco inicia com um processo de discussão e compreensão do que significa currículo, considerando que a elaboração do mesmo “está sujeita a uma multiplicidade de interpretações, visto que não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, bem como sobre sua finalidade, pois não há uma definição que seja neutra” (Pernambuco, 2021, p. 16).

Considera-o como uma construção social que reflete um momento político, histórico, econômico, cultural e de projetos da sociedade, consolidando formas diversificadas de pensar e fazer o processo educativo, as indagações existentes nas escolas e as necessidades das práticas educativas. “O currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir” (Pernambuco, 2021, p. 16).

Para sua construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Atualizadas Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018), Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio (2018), e dos Referenciais para Elaboração dos Itinerários Formativos (Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018).

Dessa maneira, considerando os conceitos já adotados por esses documentos, o currículo é aqui compreendido como fruto de uma construção coletiva que envolve diversas etapas, instâncias, sujeitos, intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar (Pernambuco, 2021, p. 17).

Para a elaboração do documento, a BNCC foi uma referência imprescindível pelo fato de definir uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Pernambuco. Assim, a Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo de referência que teve por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes.

Assim sendo, o Currículo de Pernambuco se apresenta como um elemento que integra a dimensão humana aos requisitos necessários para a vida em sociedade, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo, possibilitando a estudantes e professores compreenderem diferentes dimensões da vida e do ser social. Reconhecendo o cenário de uma sociedade em permanente processo de mudança e sujeita a rápidas transformações, o Currículo de Pernambuco tem como perspectiva estar atrelado às práticas sociais dos estudantes, de modo a permitir-lhes (re)significar seus próprios saberes, a partir do diálogo com aqueles socialmente construídos pela humanidade; e garantir a todos a igualdade de acesso aos conhecimentos no espaço escolar (Pernambuco, 2021, p. 18).

Nessa ordem de pensamento, o documento estabelece como uma das missões do Referencial curricular atingir práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes e sua preparação para a vida, para o trabalho e para a cidadania, a fim de que se tornem, progressivamente, sujeitos sociais e protagonistas aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

O documento apresenta como seus princípios norteadores/orientadores:

equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão. Especialmente quando se refere ao processo de inclusão, o documento afirma que:

Pressupõe-se o respeito às diversidades, a valorização das diferenças e, portanto, a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas, considerando as especificidades de cada estudante e seu projeto de vida, possibilitando o acolhimento e a aprendizagem de todos no espaço plural escolar (Lei no. 13.146/2015) (Pernambuco, 2021, p. 19).

Ao retomar todas as competências gerais da BNCC, o currículo pernambucano visa promover habilidades e conhecimentos essenciais para a vida em sociedade, como o pensamento crítico, a empatia, a responsabilidade socioambiental e a cultura digital. Essa abordagem busca garantir uma formação holística dos estudantes, integrando aspectos cognitivos e socioemocionais, e considerando as especificidades individuais e os diversos contextos socioculturais dos alunos. Dessa forma, o currículo de Pernambuco busca alinhar-se à BNCC, contribuindo para uma educação inclusiva e de qualidade para todos, enquanto reforça seu compromisso com a equidade e a excelência educativa.

Para organizar suas diretrizes, o documento Currículo de Pernambuco – Ensino Médio está organizado em quatro sessões. Inicialmente, são explicitadas as concepções de currículo, formação de professores/as, avaliação e aprendizagem para essa etapa de ensino. Na sequência, são abordadas questões relacionadas à identidade e aos sujeitos do ensino médio, a trajetória dessa etapa no estado e os desafios que se apresentam para o Novo Ensino Médio. As duas últimas sessões são dedicadas aos aspectos estruturadores do currículo, suas definições e referenciais normativos, como: a Formação Geral Básica – FGB e os Itinerários Formativos – IF com suas áreas de conhecimento. Por último, nos anexos, o documento apresenta as Trilhas Formativas – TF para a implementação na prática (Pernambuco, 2021).

Cada uma das áreas traz competências e habilidades que envolvem conhecimentos relativos aos componentes curriculares que as compõem. Contudo, uma análise mais aguçada ajuda a perceber que a proposta produz uma redução dos conteúdos a serem ensinados/aprendidos ao longo do ensino médio, que são submetidos a uma (re)distribuição na parte dedicada ao aprofundamento do percurso formativo de cada estudante, chamados de Itinerários Formativos – IFs.

Isso significa que uma parte flexível do currículo fica por conta da implementação desses IFs, destinados ao aprofundamento dos conhecimentos em

determinada área de acordo com a escolha feita pelos/as estudantes, mas que, na verdade, são propostos pelas escolas.

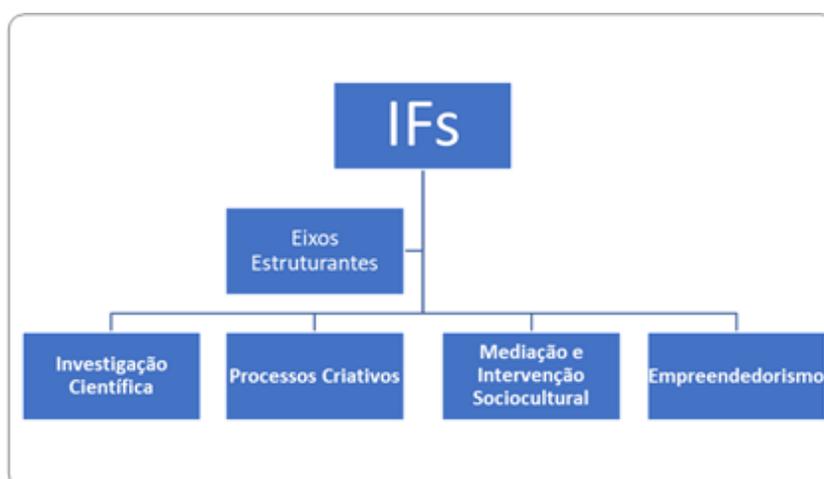
Krawczyk e João Ferretti (2017) alertam sobre o termo flexibilização, que tende a ter uma conotação de autonomia, liberdade de escolha, espaço de criatividade e inovação, mas que, na verdade, tende a representar, em certo nível, desregulamentação, instabilidade, precarização e exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social.

Observe-se que o Currículo de Pernambuco estabelece cinco IFs, de acordo com as respectivas áreas de conhecimento, mais um de Formação Técnica Profissional, totalizando cinco:

- ✓ Linguagens e suas Tecnologias;
- ✓ Matemática e suas Tecnologias;
- ✓ Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- ✓ Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- ✓ Formação Técnica Profissional.

Os itinerários são formados por conjuntos de unidades curriculares oferecidas semestralmente, tendo por finalidade promover a ampliação das aprendizagens em relação à FGB. As unidades podem ser: obrigatórias (para todos/as os/as estudantes de determinada Trilha), optativas (dependem da oferta de cada escola para aprofundamentos em dada Trilha), eletivas (são mais amplas e não relacionadas diretamente à Trilha escolhida) e, por fim, o projeto de vida (obrigatória para todos/as os/as estudantes durante os três anos).

Figura 1 - Itinerários formativos



Fonte: Pernambuco, 2021.

Segue-se as chamadas Trilhas Formativas que irão direcionar o trabalho com os itinerários.

Figura 2 - Trilhas Formativas



Fonte: Pernambuco, 2021.

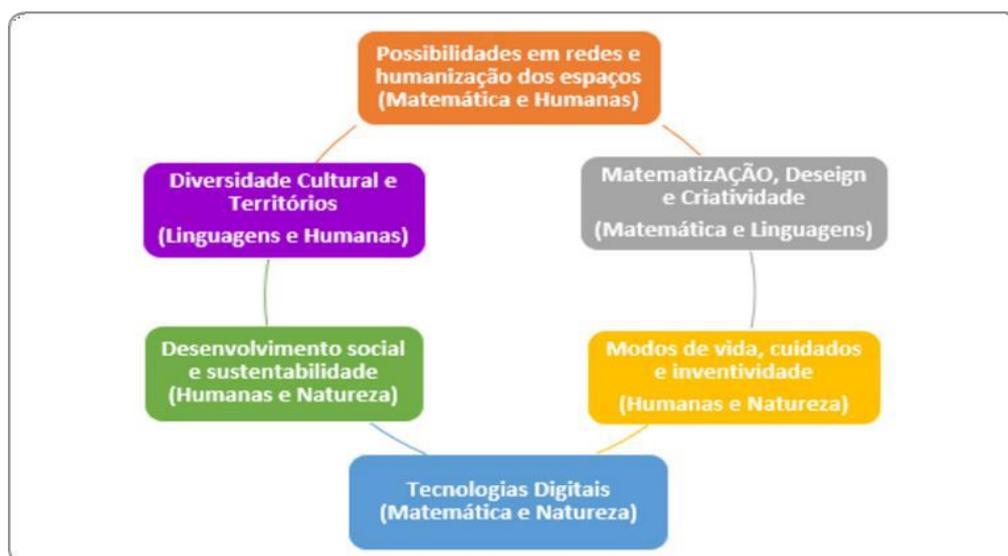
Segundo Lima e Gomes (2022) as Trilhas de Aprofundamento são ofertadas, exclusivamente, a partir do 2º ano. Embora podem ser introduzidas ainda no 1º, por meio das unidades curriculares eletivas. Conforme o documento, a oferta por parte da escola deve ser de, ao menos, duas Trilhas, e tal organização precisa possibilitar ao/à estudante uma escolha mais consciente e articulada com suas aptidões (Pernambuco, 2021). A responsabilidade de escolha das Trilhas a serem oferecidas é da escola, o que deixa uma interrogação de qual escolha se está falando?

O marco regulatório do NEM determina que os sistemas de ensino ofereçam os IFs conforme suas reais condições. Desse modo, em Pernambuco, dois processos de escolha se apresentam: o *primeiro* por parte da escola, que, no 'cardápio' de IFs e Trilhas elencadas no documento curricular, selecionará os percursos (ao menos dois IFs) que melhor se adequem a sua realidade concreta (estrutura física, equipamentos e espaços pedagógicos, corpo docente etc). Dessa seleção, inicia-se o *segundo* processo de escolha, agora dos/as estudantes, que deverão, ainda no ato da matrícula, indicar o percurso formativo mais próximo de suas aptidões e interesses (Lima; Gomes, 2022, p. 327).

Dois aspectos são relevantes nesse processo do marco regulatório que culmina nas condições reais: o exercício do poder das escolhas dos itinerários formativos, uma instância de micropoder institucionalizado (Foucault, 2021), ou seja, professores e coordenadores escolhem e os estudantes fazem a escolha de opções, sem opção de

escolhas; segundo, não se percebe em nenhum momento um enfoque direto nas questões de natureza da orientação/educação sexual, que envolve questões de gênero, etnia, diversidade cultural, entre outras temáticas e que pode ser observado na imagem 3, abaixo.

Figura 3 - Trilhas Formativas Integradas por Área de Conhecimento



Fonte: Pernambuco, 2021.

Acreditamos que o conhecimento das estruturas políticas, pedagógicas, econômicas e sociais presentes numa proposta curricular oportuniza um embasamento melhor, em termos de sua implementação, mas o documento em si não transparece objetivos claros e concisos e estabelece limites que oportunizem que os estudantes realmente sejam capazes de fazer escolhas que interesse ao seu projeto de vida e sua vida cotidiana.

Segundo o Referencial Curricular (Pernambuco, 2021), as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, enquanto área do Ensino Médio, contribuem para que os estudantes acessem, compreendam e interpretem, de maneira ética, autônoma e responsável, os valores, as narrativas e as relações sócio-históricas em diversos contextos geográficos. Tem como elemento fundamental a construção de uma sociedade mais justa e tolerante, ao mesmo tempo que se preocupa com a formação de cidadãos mais solidários, identificados com sua sociedade e conscientes de sua responsabilidade na realização das mudanças que lhes pareçam necessárias para a concretização de um espaço público de respeito e dignidade humana no qual as

diferenças sejam reconhecidas e acolhidas.

A área das *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (CHSA) se fundamenta no pressuposto de que seu objeto de estudo, as ações humanas, não pode ser explicado por meio de sua manifestação mais evidente e, portanto, externa. É somente pela interpretação e compreensão que pode ser explicado e reconstruído dada sua manifestação notadamente subjetiva. A realidade social, compreendida como a ação de indivíduos movidos por seus interesses e desejos, é apreendida pelo observador por meio da compreensão dos valores e normas que apoiam e fundamentam as ações (Pernambuco, 2021, p. 249).

Neste sentido, o currículo de Pernambuco negligencia o tratamento das questões que dizem respeito a uma educação sexual ampla, deixando lacunas tanto nos Itinerários Formativos quanto nas Trilhas de Formação. É como se a escola, espaço de poder, retirasse dos seus sujeitos a capacidade de sexualização do corpo (Foucault, 2012), reduzindo-os a instrumentos materiais de realização da racionalidade ou apenas a corpos biológicos que se fazem presentes.

À vista disso, observemos a seguir os objetivos dos Itinerários Formativos para cada ano do Ensino Médio:

Quadro 5 - 1º ano do Ensino Médio: Explorações Filosóficas sobre Autoconhecimento e Diversidade no Ensino Médio

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Autoconhecimento e diversidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perceber-se como protagonista na construção de seu projeto de vida, considerando o contexto social. 2. Produzir individualmente projetos de vida baseados no autoconhecimento, valendo-se de estratégias que envolvam a formação integral do estudante, considerando a multidimensionalidade dos sujeitos. 3. Perceber necessidades individuais e coletivas do presente imediato como ponto de partida para o desenvolvimento de projetos de vida dos estudantes. 4. Desenvolver estratégias de planejamento de Projetos de Vida numa perspectiva de permanente construção, baseada no planejamento, ação e avaliações constantes e simultâneas, considerando as necessidades de cada etapa da vida.

Fonte: Pernambuco (2020, p. 9)

A unidade temática "Autoconhecimento e diversidade" pode ser diretamente relacionada à sexualidade, pois a compreensão e aceitação da diversidade sexual e de gênero são partes importantes do processo de autoconhecimento. Entender-se como protagonista na construção do projeto de vida também envolve reconhecer e respeitar a própria identidade sexual e de gênero, bem como as diferenças presentes na sociedade. Além disso, a discussão sobre as necessidades individuais e coletivas no contexto do planejamento de projetos de vida pode incluir considerações sobre relacionamentos afetivos, escolhas sexuais e a influência social na formação da identidade sexual.

Neste sentido, o objetivo que se destaca para essa finalidade é o 2, 'Produzir individualmente projetos de vida baseados no autoconhecimento, valendo-se de estratégias que envolvam a formação integral do estudante, considerando a multidimensionalidade dos sujeitos'. Dessa forma, ao trabalhar esse objetivo, os estudantes têm a oportunidade de refletir criticamente sobre a sexualidade dentro de

um contexto filosófico, promovendo o diálogo, a reflexão ética e o desenvolvimento pessoal.

Para o 2º ano do Ensino Médio encontramos o seguinte quadro:

Quadro 6 - Filosofia: Vínculos Sociais e Sexualidade no Ensino Médio

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Vínculo Social e historicidade	<ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="855 584 1461 712">1. Respeitar e valorizar projetos individuais e coletivos, numa perspectiva ética e democrática. <li data-bbox="855 719 1461 875">2. Reconhecer-se como integrante de diferentes grupos, percebendo que suas escolhas repercutem em si, no outro e no entorno social. <li data-bbox="855 882 1461 1070">3. Conhecer diferentes projetos individuais e de sociedade das juventudes de diferentes grupos sociais, políticos, regionais, espirituais, culturais, de relações étnico-raciais, gênero, sexualidade, entre outros. <li data-bbox="855 1077 1461 1265">4. Produzir coletivamente projetos de vida e de sociedade baseados nos referenciais da juventude a qual faz parte, tendo como princípio os valores da ética e da justiça. <li data-bbox="855 1272 1461 1460">5. Desenvolver projetos de vida baseados em valores considerados universais que contribuam para o estabelecimento de vínculos sociais pautados na convivência, no respeito e no diálogo. <li data-bbox="855 1467 1461 1677">6. Compreender que todo projeto de vida individual está em conexão com projetos de vida de outros sujeitos na medida em que se compreende o humano enquanto um ser de cuidado de si e cuidado do outro. <li data-bbox="855 1684 1461 1812">7. Realizar escolhas profissionais a partir do reconhecimento e análise das transformações técnicas, tecnológicas recentes. <li data-bbox="855 1818 1461 2024">8. Compreender os contextos políticos, econômicos e sociais que justificaram as escolhas de trabalho de juventudes de diferentes tempos históricos.

Fonte: Pernambuco (2020, p. 90).

No contexto da Filosofia, é possível explorar a temática da sexualidade ao abordar o objetivo específico 3 da unidade temática "Vínculo Social e historicidade", que visa "Respeitar e valorizar projetos individuais e coletivos, numa perspectiva ética e democrática". Essa abordagem permite uma análise aprofundada sobre o respeito, valorização e compreensão dos projetos individuais e coletivos, sob uma perspectiva ética e democrática. Inclui-se nessa análise o reconhecimento e respeito às diversas identidades, incluindo aquelas relacionadas à sexualidade e ao gênero. A Filosofia proporciona um espaço de reflexão crítica, onde questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero podem ser discutidas à luz de princípios éticos e democráticos, contribuindo para uma compreensão mais profunda e inclusiva das complexidades do mundo contemporâneo.

Para o 3º ano do Ensino Médio temos o seguinte:

Quadro 7 - Filosofia do Trabalho e Desenvolvimento Pessoal

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Trabalho	<p>1. Compreender significados e dar sentidos aos conceitos de trabalho e empreendedorismo no contexto atual.</p> <p>2. Estruturar escolhas profissionais articuladas com o conhecimento de si, considerando os contextos sociais, econômicos e culturais.</p> <p>3. Reconhecer fragilidades e ser capaz de dispor de qualidades pessoais para enfrentar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo ativamente na superação de situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>4. Planejar, organizar e empreender projetos pessoais e produtivos com base na identificação de metas, caminhos, apoios e recursos disponíveis.</p> <p>5. Examinar seu próprio desenvolvimento de modo a, eventualmente, rever objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades que (re)orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>

Fonte: Pernambuco (2020, p. 91).

Contudo, é importante lembrar que na reestruturação do Ensino Médio, no Currículo de Pernambuco, algumas escolas colocam duas horas aulas no primeiro ano como síntese dos três anos, outras no segundo ano do Ensino Médio.

Pode-se perceber que o terceiro objetivo específico contempla o tema da sexualidade na filosofia indiretamente, ao abordar o reconhecimento das fragilidades e a capacidade de lidar com desafios e adversidades. A sexualidade e a identidade de gênero são aspectos importantes da vida pessoal dos indivíduos e podem representar fontes de desafios e adversidades devido à discriminação, estigma e falta de aceitação em alguns contextos sociais.

Portanto, ao desenvolver a capacidade de lidar ativamente com situações de estresse, frustração e adversidade, os estudantes podem estar preparados para

enfrentar questões relacionadas à sua sexualidade e identidade de gênero de forma mais assertiva e saudável. Isso pode envolver o fortalecimento da autoestima, o desenvolvimento de habilidades de comunicação e o estabelecimento de relações interpessoais positivas, que são fundamentais para o bem-estar emocional e o desenvolvimento pessoal em geral, incluindo a esfera da sexualidade.

Neste sentido, os Itinerários Formativos em suas unidades temáticas e objetivos específicos podem possibilitar uma oportunidade de explorar a temática sexualidade na Filosofia. No entanto, a falta de clareza e consistência nos objetivos dos documentos curriculares pode resultar em lacunas que impedem uma abordagem abrangente e significativa dessas questões. É fundamental que os gestores públicos e educadores reconheçam a importância de incluir a educação sexual de forma explícita e abrangente nos currículos, proporcionando aos estudantes um ambiente seguro e instrutivo para explorar sua identidade, compreender a diversidade e desenvolver habilidades de vida essenciais. Através de uma abordagem reflexiva e ética, os Itinerários Formativos podem se tornar uma ferramenta para promover o autoconhecimento, o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

O ensino de Filosofia se faz imprescindível na formação do jovem aluno do Ensino Médio (na sua educação sexual que envolva os questionamentos relativos a uma sociedade machista, patriarcal, de gênero, de pobres e de mulheres) para que tenha domínio do pensar de modo analítico, através do domínio de um acervo conceitual e de determinadas competências/capacidades intelectuais próprias da Educação Filosófica, tais como:

- ✓ Compreensão da Condição Humana (que se refere ao sentimento de existir do homem no mundo; a origem de possibilidade de toda pergunta, particularmente a pergunta pelo Ser, pelo seu modo de Ser ou a sua situação, marcada pela finitude);
- ✓ Problematização da Racionalidade Teórica (que se refere ao problema do conhecimento, suas formas e possibilidades, sobre as incertezas e limites da racionalidade humana);
- ✓ Articulação da Racionalidade Prática, Comunicativa e Emancipatória (que se refere ao aprendizado e saberes éticos e políticos que

remetem à sobrevivência do homem, condição de existência da pessoa e da cidadania).

O trabalho filosófico, assim como a Educação Sexual na escola, se traduz em uma abordagem interdisciplinar, conforme destacado por Fazenda (1994), que considera a interdisciplinaridade uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea. No entanto, é importante entender que a interdisciplinaridade envolve a integração de componentes distintos de duas ou mais disciplinas na pesquisa ou educação, resultando em novos conhecimentos que não seriam possíveis sem essa integração.

Ao examinar o Currículo de Pernambuco, ressalta-se também os aspectos transversais e integradores. Estes elementos se conectam a diversos componentes curriculares, assegurando uma abordagem interdisciplinar abrangente e integrada. Eles oferecem aos alunos a chance de unir distintas áreas do conhecimento e aplicá-las em situações do mundo real, capacitando-os para enfrentar os diversos desafios da vida moderna.

Ao priorizar esses temas, o Currículo de Pernambuco promove a integração de questões específicas em diferentes áreas do currículo, permeando várias disciplinas, abordando diversas dimensões sociais, históricas, culturais, éticas e econômicas. Alguns desses temas são definidos por legislações específicas, enquanto outros são sugeridos por diretrizes curriculares ou demandados pela comunidade educativa. Ao priorizar esses tópicos, isso pode ajudar os alunos a desenvolver habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas e empatia, fundamentais para uma participação cidadã ativa na sociedade.

Os temas transversais abordados incluem a Educação em Direitos Humanos, os Direitos da Criança e do Adolescente, o Processo de Envelhecimento e Valorização do Idoso, a Educação Ambiental, a Educação para o Consumo e Financeira, a Educação das Relações Étnico-raciais, a Relação de Gênero, a Educação para o Trânsito, o Trabalho, Ciência e Tecnologia, e a Saúde, Vida Familiar e Social. Cada um desses temas possui legislação específica e demanda uma abordagem educacional que promova a reflexão, o respeito às diferenças e a participação cidadã, visando à formação de indivíduos mais conscientes, críticos e responsáveis.

Entre os temas transversais destaca-se: a Educação em Direitos Humanos-

EDH, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a discussão dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Relação de Gênero. Eles podem ser incorporados ao ensino de Filosofia do Ensino Médio relacionados à sexualidade de várias maneiras, promovendo reflexões críticas e ampliando a compreensão dos estudantes sobre questões éticas, sociais e políticas.

Quando se fala em Direitos da Criança e do Adolescente, temos:

Quadro 8 - Direitos da Criança e do Adolescente nas Políticas Públicas

No campo da discussão dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 12.852/2013 – Estatuto da Juventude, Lei nº 13.257/2016-Marco Legal da Primeira Infância, de 08 de março de 2016), o direito de brincar da criança e também o direito de ser cuidada por profissionais qualificados, na primeira infância, devem ser prioridade nas políticas públicas. A criança tem, sobretudo, o direito a ter a presença da mãe, pai e/ou cuidador em casa nos primeiros meses por meio da licença-maternidade e paternidade concedida para cumprimento dos cuidados. Por sua vez, o direito à educação deve ser garantido a todas as crianças adolescentes, observando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades por meio de uma preparação cultural qualificada, uma base científica e humana na perspectiva de contribuir para a superação das desvantagens decorrentes das condições socioeconômicas e culturais adversas. Nessa direção, situamos também o Estatuto da Juventude, que vem corroborar a inserção social qualificada do jovem como lei complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir direitos de quem tem entre 15 e 29 anos de idade. O Estatuto da Juventude propõe expansão das garantias dadas à infância e à adolescência, além da compreensão de que o jovem deve ser visto nas suas necessidades no momento presente e não a posteriori.

Fonte: Pernambuco (2020, p. 29).

Para integrar o tema transversal dos Direitos da Criança e do Adolescente em uma aula de Filosofia focada no tema da sexualidade, pode-se explorar como os princípios filosóficos e éticos estão intrinsecamente ligados aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, incluindo seu direito à educação, proteção e dignidade.

O debate pode vir sobre o direito à educação sexual nas escolas e sua importância para o desenvolvimento saudável dos adolescentes; trazer discussão sobre os direitos à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e as políticas públicas voltadas para esse fim; reflexão sobre os desafios enfrentados por crianças e adolescentes em relação à sua sexualidade, incluindo o enfrentamento do preconceito e da discriminação.

Na Relação de Gênero, estabelece-se:

Quadro 9 - Gênero e Sexualidade: Perspectivas Filosóficas no Currículo Escolar

A Relação de Gênero (Parecer CNE/ CEB nº 07/2010, Resolução CNE/CEB nº 02/2012, Lei nº 11.340/2006 Lei Maria da Penha, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, instrução Normativa da SEE nº 007/ 2017 e Portaria MEC nº 33/2018) é entendida como uma categoria de análise que ajuda a pensar a maneira como as ações e posturas dos homens e das mulheres são determinados pela cultura em que estão inseridos (SCOTT, 1990). Deve ser também compreendida como um conceito baseado em parâmetros científicos de produção de saberes que transversaliza diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de identificar processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino, essencial para o desenvolvimento de um olhar referente à reprodução de desigualdades no contexto escolar. A perspectiva da 'igualdade de gênero', no currículo, é pauta para um sistema escolar inclusivo que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Não se trata, portanto, de anular as diferenças percebidas entre as pessoas, mas sim de fortalecer a democracia à medida que tais diferenças não se desdobrem em desigualdades.

Fonte: Pernambuco (2020, p. 32).

Para trabalhar o tema transversal da Relação de Gênero na disciplina de Filosofia com foco no tema sexualidade, é fundamental explorar como as construções sociais de gênero influenciam as percepções e práticas relacionadas à sexualidade e aos direitos humanos.

Com o tema A Relação de Gênero, pode-se:

- Discutir o conceito de gênero como uma categoria de análise que ajuda a entender como as ações e posturas das pessoas são influenciadas pela cultura em que estão inseridas; explorar como as normas de gênero são socialmente construídas e como podem impactar a experiência de indivíduos de diferentes identidades de gênero;
- Analisar as desigualdades de gênero presentes na sociedade, incluindo no contexto escolar; debater como as normas de gênero podem levar à discriminação, violência e exclusão, especialmente para indivíduos que fogem das expectativas tradicionais de gênero;
- Analisar como as normas de gênero influenciam as percepções e práticas relacionadas à sexualidade; debater questões como identidade de gênero, orientação sexual, estereótipos de gênero e padrões de comportamento sexual;
- Pensar sobre a necessidade de criar ações específicas de combate às discriminações e de não contribuir para a reprodução das desigualdades de gênero na sociedade, são algumas questões que podem ser trabalhadas com esse tema transversal;

- Realizar uma análise crítica das construções sociais de gênero e sua influência na sexualidade e nas relações interpessoais;
- Explorar as questões de poder, hierarquia e dominação presentes nas relações de gênero e sua relação com a sexualidade e discutir sobre o papel da educação e da conscientização de gênero na promoção da igualdade e no combate à violência de gênero e à discriminação sexual.

Dessa forma, os temas transversais destacados no Currículo de Pernambuco, quando relacionados ao ensino de Filosofia e sexualidade, ressaltam a importância da sexualidade como tema transversal no currículo, capacitando os estudantes do Ensino Médio a refletirem criticamente sobre questões éticas, morais e políticas relacionadas à sexualidade. A Filosofia pode proporcionar ferramentas conceituais e analíticas para compreender as mudanças sociais e os dilemas éticos envolvendo a sexualidade.

Para tanto, a abordagem de Michel Foucault, que analisa a sexualidade através do poder e das práticas discursivas é uma das perspectivas filosóficas, entre outras que podem ser exploradas. A escola precisa estar atenta às diversidades que são próprias de sua realidade social, econômica, cultural, de gênero, de sexualidade. “Essas diversidades permitem à escola ser um dos melhores lugares para o desenvolvimento da democracia, da alteridade, do respeito às diferenças” (Pernambuco, 2020, p. 52).

O Currículo de Pernambuco, assim como a BNCC, também apresenta 6 competências específicas para Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nesse contexto, a Competência 5, que trata de "Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos", destaca a possibilidade de explorar questões filosóficas relacionadas à construção social da sexualidade, às normas de gênero, à violência de gênero e à luta pelos direitos humanos dos LGBTQIA+. Esta competência não apenas oferece uma oportunidade para exercitar e desenvolver uma consciência crítica sobre as injustiças sociais relacionadas à sexualidade, mas também para promover uma cultura de respeito às diferenças e de maior inclusão social.

Observa-se que além dos aspectos didáticos e curriculares, elementos como as condições físicas e a falta de informações mais concretas sobre a maneira pela

qual as mudanças encontrariam materialidade nas distintas condições operacionais das escolas, dos sujeitos enquanto seres sexuados, das relações de poder, foram tidas como dificultadores da articulação entre teoria e prática, a impressão é que ninguém sabe como vai funcionar o obscuro. Inadequado para as condições estruturais dos espaços das escolas (Sforzini, 2023).

Desse modo, a análise do organizador curricular de Filosofia se faz imprescindível.

Quadro 10 - Organizador Curricular Filosofia

FILOSOFIA		
1º ANO		
HABILIDADES DE ÁREA DA BNCC	HABILIDADES ESPECÍFICAS DOS COMPONENTES	OBJETOS DO CONHECIMENTO
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).	(EM13CHS103F103PE) Compreender e articular conhecimentos filosóficos de diferentes linguagens, estruturas/conteúdos e modos discursivos, associando-os às possíveis soluções para situações-problema da sociedade contemporânea.	Filosofia: origem e contexto histórico, conceitos/características/problemas filosóficos. Os Pré-Socráticos e a Filosofia da natureza. Filosofia Grega: Sócrates, Platão e Aristóteles.
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.	(EM13CHS101F101PE) Analisar de modo crítico, textos escritos e imagens de diferentes estruturas, fazendo articulação com as correntes filosóficas, considerando suas relações com o contexto sócio-político, econômico e religioso contemporâneo.	Filosofia, Mito, Ciência e Senso Comum. O Renascimento: Filosofia, paradigmas rupturas. O Empirismo (Locke) e o Racionalismo (Descartes): Pensamento e Rupturas.
(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizam a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.	(EM13CHS501F17PE) Analisar os conceitos de diversidade, identidade e alteridade identificando suas relações com elementos constitutivos do campo ético, tais como liberdade, autonomia e responsabilidade, tendo como referências as correntes filosóficas da Idade Moderna e Contemporânea.	Ética e Valores Morais: o problema da liberdade. Ética da Diferença: Diversidade, Identidade e Alteridade. Elementos da Ação Ética: Liberdade, Autonomia e Responsabilidade.
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.	(EM13CHS502F18PE) Problematizar, de modo reflexivo, a construção das dimensões éticas do sujeito na contemporaneidade, tendo em vista a promoção dos Direitos Humanos.	Ética, Democracia e Cidadania. Mídias, Sociedade e Cidadania. Dilemas Ético-políticos na Contemporaneidade.
(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.	(EM13CHS601F121PE) Reconhecer a importância do papel da cultura na formação de valores e suas implicações nos processos sociais como norteadores da dinâmica de inclusão/exclusão social.	Cultura, Valores e Exclusão Social. Identidade, autonomia e ancestralidade/encantamentos. Capitalismo: os novos processos produtivos e as desigualdades sociais.
(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.	(EM13CHS602F122PE) Compreender, criticamente, o conceito de cidadania e suas implicações fundamentais com as relações de poder, tanto de regimes políticos democráticos como ditatoriais.	Poder, Democracia e Cidadania. Regimes Políticos Autoritários X Democráticos: os Desafios da Democracia Hoje. Estado X Sociedade Civil: movimentos e organizações sociais.
(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc)	(EM13CHS603F123PE) Compreender, de modo crítico, a relação entre cidadania, democracia e poder político e suas implicações nos processos que legitimam os sistemas de organização política, tendo em vista a promoção do Estado Democrático de Direito.	Cidadania, Democracia e Liberdade. Estado, Sistemas de Governo e finalidades da vida política. Filosofia Moderna: Locke, Rousseau e Hegel.
(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneas (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.	(EM13CHS202F106PE) Identificar/analisar, criticamente, através de leituras de textos e debates, as principais mudanças nos discursos e práticas políticas e socioculturais em decorrência das repercussões da ciência e tecnologia no mundo contemporâneo.	Positivismo: ideias, paradigmas e rupturas. Iluminismo: ideias, paradigmas e rupturas. Marxismo: ideias, paradigmas e rupturas.
(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).	(EM13CHS306F113PE) Identificar textos filosóficos sobre a importância no papel da ciência e da tecnologia nos diferentes processos econômicos e sua influência no mundo contemporâneo.	Trabalho, Ideologia e Alienação. Riqueza, Pobreza e Cidadania. Escola de Frankfurt/Teoria Crítica: origem, conceitos e problemas
(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.	(EM13CHS303F10PE) Compreender o conceito de cultura, analisando de modo filosófico o papel da Indústria Cultural, identificando as suas principais repercussões éticas, políticas, ideológicas e estéticas na sociedade contemporânea.	Cultura: Indústria Cultural e Cultura de Massa. Mídias Digitais e Produção de Verdades (Fake News). Ética do Discurso e Razão Comunicativa X Cientificismo e Razão Instrumental.
(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.	(EM13CHS301F108PE) Analisar criticamente os principais valores da sociedade de consumo e seus impactos na política, sociedade e economia do mundo contemporâneo.	Ética, Valores e Sociedade. Trabalho, Cultura e Natureza: dilemas ético socioambientais na contemporaneidade.
(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).	(EM13CHS404F116PE) Compreender, através de análise crítica, a importância da ciência e da tecnologia e seus impactos na nova organização do mundo do trabalho na atualidade.	Ciência, Tecnologia/Informação e Mundo do Trabalho. Neoliberalismo, Globalização e Cidadania. Dilemas Econômicos Contemporâneos.

Fonte: Pernambuco (2020, p. 274).

Ao analisar as habilidades de Filosofia no Referencial Curricular de Pernambuco e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seus objetos de conhecimento, para verificar a possibilidade de trabalhar o tema da sexualidade dentro da disciplina, destaco que:

Na habilidade da BNCC EM13CHS501 que trata sobre fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, há a possibilidade de trabalhar a sexualidade. A ética envolve a reflexão sobre o comportamento humano, os valores morais e as normas sociais em diferentes contextos culturais e históricos. A sexualidade é uma área onde esses valores éticos são frequentemente debatidos, especialmente em relação à liberdade individual, à autonomia e à responsabilidade em questões de identidade sexual e gênero.

Com o código da BNCC EM13CHS502 que versa sobre situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., a análise das situações cotidianas e dos valores presentes na sociedade pode incluir questões relacionadas à sexualidade, como desigualdades de gênero, preconceitos contra pessoas LGBTQIA+ e a promoção dos direitos humanos em relação à diversidade sexual.

A habilidade EM13CHS501FI17PE do Currículo de Pernambuco que faz referência aos conceitos de diversidade, identidade e alteridade também dá possibilidade de trabalhar com o tema sexualidade. A diversidade sexual e as questões de identidade de gênero são temas intrinsecamente ligados à diversidade, identidade e alteridade. A reflexão filosófica sobre esses conceitos pode incluir discussões sobre a aceitação da diversidade sexual e o respeito à identidade de gênero de cada indivíduo.

Ainda sobre o Currículo de Pernambuco temos a habilidade EM13CHS502FI18PE que trata sobre a problematização das dimensões éticas do sujeito na contemporaneidade. Nessa habilidade o tema sexualidade pode ser incluído, pois ela é uma dimensão importante da vida humana que envolve questões éticas, como a liberdade, a autonomia e a responsabilidade em relação às escolhas sexuais e afetivas. Problematizar essas dimensões éticas pode incluir discussões sobre os direitos sexuais e reprodutivos, a não discriminação com base na orientação sexual, entre outros temas relacionados à sexualidade.

Portanto, com base nas habilidades específicas de Filosofia na base curricular de Pernambuco e seus objetos de conhecimento, é viável e relevante trabalhar o tema da sexualidade dentro da disciplina, proporcionando aos estudantes reflexões éticas e filosóficas sobre essa questão tão presente na sociedade contemporânea.

Neste contexto, é pertinente destacar que no Currículo de Pernambuco não se

faz menção explícita ao termo "sexualidade". As Habilidades (EM13CHS501FI17PE) e (EM13CHS502FI18PE) apresentam uma abordagem geral semelhante às Habilidades da BNCC, abordando temas como diversidade e dimensões éticas do sujeito, bem como a promoção dos direitos humanos de forma genérica. No entanto, não há uma abordagem específica que contemple as questões éticas relacionadas à sexualidade, tais como diversidade de identidade sexual, liberdade sexual, construção social da sexualidade, direitos sexuais e igualdade.

Os Objetos do Conhecimento dessas Habilidades conversam com valores morais, ética, diversidade, identidade, liberdade, autonomia, responsabilidade, democracia e cidadania, todos conceitos filosóficos que naturalmente podem orientar uma abordagem filosófica sobre sexualidade.

Concluindo-se que, embora ambas habilidades não mencionem diretamente o termo sexualidade, os objetos de conhecimento apresentados no quadro constituem uma base sólida para abordar a temática da sexualidade no componente curricular de Filosofia. A análise ética proposta, aliada à reflexão sobre diversidade, identidade, autonomia e direitos humanos, proporciona oportunidades para explorar criticamente questões ligadas à sexualidade, desafiando preconceitos e promovendo uma compreensão mais abrangente e inclusiva.

Assim, notamos uma abertura implícita na BNCC e no Currículo de Pernambuco para abordar a sexualidade de maneira filosófica. No entanto, a ausência de uma orientação explícita acaba por criar obstáculos na implementação dessa abordagem nos ambientes escolares.

Entretanto, entendendo a complexidade inerente às mudanças curriculares, é preciso que existam momentos de aprofundamento de discussões teóricas e reflexões na e sobre a prática das distintas realidades educacionais para haver uma adaptação dos programas propostos às condições das escolas e das redes. Observa-se no quadro 10, acima, que em nenhum momento o sujeito estudante é percebido como "corpo", todas as dimensões que se disponibiliza a partir de uma visão ética, da cidadania, da liberdade, do respeito às diferenças, não são construídos senão sob o enfoque epistemológico e racionalista de formação da consciência, sem, contudo, penetrar de maneira mais aprofundada na desconstrução do sujeito enquanto ser sexuado, com diferenças binárias de gêneros, superando um "corpo" suscitado e fabricado pela dinâmica histórico-política, pelas normas e pelos discursos que

exercem sobre ele (Foucault, 2012; Sforzini, 2023).

Existe uma certa desconfiança decorrente do desconhecimento da forma como se pode ou não inserir as questões de Educação Sexual na prática pedagógica em sala de aula, especialmente no que se refere ao trabalho com o currículo de Filosofia, haja vista que os conteúdos propriamente ditos não contemplam a corporeidade e a sexualidade como construções culturais.

Dado que o currículo escolar está sujeito a contínuas disputas políticas durante sua elaboração, é possível que o conservadorismo e o receio em relação às reações de setores mais tradicionais da sociedade influenciem na ausência direta da temática da sexualidade nesses documentos oficiais de educação.

Surpreendentemente, tanto a BNCC quanto o Currículo de Pernambuco omitem explicitamente a discussão sobre a sexualidade, revelando um contexto de conservadorismo e retrocesso na educação brasileira nos últimos seis anos. Essa lacuna nos faz refletir sobre as dimensões de poder presentes nos documentos normativos da educação, influenciando diretamente a construção da sociedade almejada. Isso é perceptível pela reestruturação das ciências humanas que, com menos ênfase que temas tecnológicos, permeia a realidade do novo ensino médio.

Esses documentos, ao se tornarem instrumentos nas práticas pedagógicas, acabam por exercer controle e regulamentação sobre a conduta daqueles em formação, moldando a concepção de sexualidade que se pretende promover na sociedade. Em vez de ser uma ferramenta de combate a estereótipos, preconceitos e discriminação relacionados à sexualidade, o Currículo de Pernambuco, ao omitir essa temática, pode inadvertidamente contribuir para a reprodução de ideias preconcebidas, julgamentos e intolerância.

Nessa perspectiva, a responsabilidade recai sobre o professor, que muitas vezes se vê desafiado a tratar de uma temática delicada sem orientações claras. A ausência direta do termo "sexualidade" nas diretrizes curriculares pode enfraquecer a capacidade do professor de abordar o tema de maneira eficaz. Isso levanta questionamentos sobre se a BNCC e o Currículo de Pernambuco estão verdadeiramente direcionados para uma educação democrática, emancipadora e inclusiva.

Essa falta de ênfase nas pluralidades da sexualidade, embora essencial para

combater preconceitos, coloca em destaque a responsabilidade da escola na reprodução de estruturas de poder. Nas palavras de Louro (1997, p. 57), a escola não apenas compreende, mas também produz diferenças, distinções e desigualdades.

Ao delimitar espaços e utilizar símbolos e códigos, a escola, conforme Louro (1997, p. 58), estabelece o que cada indivíduo pode ou não fazer, criando separações e instituindo normas. Esse contexto levanta a necessidade de questionarmos se os princípios éticos, políticos e estéticos orientadores da BNCC realmente estão contribuindo para uma formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como preconiza o Plano Nacional de Educação. (BRASIL, 2018).

4 ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: PROJETO DE INTERVENÇÃO

Este capítulo tem como finalidade processar um trabalho de intervenção que busca refletir a realidade do ensino de Filosofia em sala de aula fundamentado em uma concepção de filosofia que não apenas busca o entendimento teórico, mas também reflexivo e que promova a transformação social através da crítica às estruturas de poder, da promoção da justiça e da inclusão.

Sabemos que Foucault não trabalhou diretamente com as relações que ocorrem dentro do sistema escolar, mas sua análise do biopoder, das relações micro e macro de poder que permeiam as relações sociais, incluindo as que dizem respeito à sexualidade, é relevante para nossa reflexão filosófica sobre a educação sexual na comunidade escolar.

Por conseguinte, nossa abordagem filosófica visa desenvolver nos alunos e alunas uma consciência reflexiva, crítica e a possibilidade de despertar para um compromisso ético com a diversidade e a igualdade. Em especial, buscamos abordar as relações de poder dentro e fora do contexto escolar, promovendo uma cultura de respeito à diversidade sexual, considerando como referente Branco (2020) em sua obra *Michel Foucault: biopolítica e estética da existência*, somente é possível o enfrentamento das disparidades que ocorrem no espaço existencial da escola pela resistência prática e pelas ações éticas.

Dessa forma, a filosofia se torna uma ferramenta para a promoção da justiça social, incentivando o pensamento crítico sobre as construções sociais da sexualidade e os sistemas de poder que as influenciam. Em linha com a concepção de ensino de filosofia de Cerletti (2009), enfatizamos a prática reflexiva, o diálogo filosófico e a contextualização histórica e cultural, encorajando os estudantes a participarem ativamente e a desenvolverem habilidades de questionamento, análise e avaliação crítica. Além disso, promovemos a inclusão de diversas perspectivas filosóficas, valorizando a diversidade de experiências e tradições para enriquecer o debate e fortalecer o entendimento crítico.

4.1 CONTEXTO SOCIAL, HISTÓRICO E CULTURAL

A presente pesquisa realizou intervenções em nove encontros presenciais com uma turma do 1º ano do Ensino Médio vespertino na Escola Estadual Professora Jesuína Pereira Rêgo, situada no Bairro do Salgado, em Caruaru, região agreste de Pernambuco. A turma é composta por 41 estudantes, sendo 13 do sexo feminino e 28 do sexo masculino. O Bairro do Salgado é um dos mais populosos e economicamente ativos de Caruaru, conhecido por sua história e cultura distintas. Dados do IBGE, Condepe/Fidem, SEDETEC, SEFAZ e Asces-Unita indicam que o bairro possui uma renda familiar considerável, ultrapassando R\$ 38 milhões. Além disso, há uma presença significativa de empresas na região, totalizando 3.114 estabelecimentos, abrangendo uma variedade de tipos e portes. Essa concentração empresarial sugere uma dinâmica econômica vibrante com potencial para influenciar diversos aspectos do ambiente educacional e social da comunidade escolar.

Atualmente, a escola oferece a modalidade regular do Ensino Médio em três turnos, além do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno. Seu corpo docente é diversificado, provindo de diferentes níveis socioeconômicos, com uma predominância das classes média e baixa. É notável que os professores possuem formação superior e especializações em suas áreas, refletindo o compromisso da instituição em oferecer uma educação de qualidade que busca aprimorar ainda mais o processo de ensino e aprendizagem. Parte dos docentes mantém dois vínculos efetivos, atuando tanto na rede estadual de ensino quanto no município de Caruaru, evidenciando um comprometimento significativo com a educação local.

Durante o período de aplicação do projeto, fui informada por profissionais da secretaria da escola que havia problemas de falta de professores, além de uma equipe de coordenação que se apresentava com dificuldades de material humano. De modo geral, a escola conta com um total de 53 funcionários, distribuídos entre professores, merendeiras, porteiros, equipe de gestão, secretaria, vigilância e coordenação. Na biblioteca, havia dois professores readaptados.

A escola, objeto de análise, foi fundada em 27 de agosto de 1987 e possui aproximadamente 6 dependências climatizadas, distribuídas estrategicamente entre salas de aula, direção, coordenação e professores, laboratórios de informática e Ciências, auditório, espaço de leitura, biblioteca, banheiros, almoxarifado, cozinha,

duas quadras, entre outros espaços essenciais. Além disso, a escola possui algumas áreas adaptadas para acessibilidade, promovendo inclusão para todos os estudantes.

No que diz respeito aos serviços, a instituição dispõe de água tratada fornecida pela rede pública, energia elétrica, sistema de esgoto e coleta de lixo periódica. Na área de tecnologia, a escola oferece internet de banda larga, impressora, copiadora, projetor, TV, microfone e caixa de som, visando facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

Quanto aos índices educacionais, a última taxa de rendimento escolar revela uma reprovação de 7,2%, um abandono escolar de 11,8% e uma aprovação de 81%. No que concerne à distorção idade-série, constata-se que 53,1% dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio estão com idade distorcida, enquanto esse número diminui para 29,9% no 2º ano e para 25,4% no 3º ano. Esses dados fornecem uma visão abrangente do panorama educacional da instituição, destacando tanto suas conquistas quanto os desafios a serem enfrentados.

É importante ressaltar que a escola recebe uma variedade de recursos provenientes de programas do Governo Federal e do Estadual. Esses recursos são advindos de programas importantes de políticas públicas (Dinheiro Direto na Escola, PDE, PDDE e PNAE por exemplo) que têm como objetivo fortalecer a educação básica no Brasil. Além de proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem, essas iniciativas visam promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

4.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INTERVENÇÃO

A Investigação sobre a possibilidade de uma prática filosófica com o tema da sexualidade é crucial por várias razões interligadas que envolvem questões sociais, culturais e educacionais. Entre elas, podemos destacar normas e preconceitos que moldam a compreensão da sexualidade de maneira limitada e opressiva e as influências culturais e sociais na formação das concepções de sexualidade. Uma prática filosófica pode ajudar a desconstrução dessas normas, estereótipos e preconceitos, promovendo uma visão mais crítica e libertadora da sexualidade, como também pode ajudar a revelar e questionar estruturas de poder e opressão relacionadas à sexualidade, promovendo mudanças sociais.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com o objetivo de investigar a possibilidade de uma prática filosófica com o tema da sexualidade no contexto educacional do ensino médio. A investigação tem como ponto de referência os princípios teóricos de Michel Foucault, especialmente suas obras sobre sexualidade, biopoder e disciplina, aplicando esses conceitos na prática educativa.

Para contextualizar a pesquisa, foram analisados dois documentos curriculares importantes: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Pernambuco para o ensino médio. A análise focou em identificar como a sexualidade é abordada nesses documentos, verificando sua presença e a maneira como o tema é tratado no currículo oficial. A base teórica da pesquisa é sustentada pelas obras de Michel Foucault, especificamente seus textos que tratam da sexualidade, biopoder e disciplina. Os conceitos foucaultianos foram fundamentais para a compreensão das relações de poder, normas sociais e práticas discursivas que influenciam a percepção da sexualidade entre os jovens.

Diante do exposto, a intervenção sobre o ensino de Filosofia e Sexualidade teve como objetivos:

1. Promover o entendimento crítico sobre a relação entre filosofia e sexualidade, utilizando como referência os conceitos de Foucault;
2. Estimular o pensamento crítico dos e das discentes sobre as construções sociais da sexualidade e os sistemas de poder que as influenciam;
3. Fomentar um diálogo aberto e inclusivo sobre sexualidade, respeitando a diversidade de orientações sexuais e identidades;
4. Desenvolver a empatia, tolerância e respeito mútuo entre os alunos, promovendo uma cultura de respeito à diversidade humana.

As aulas da intervenção foram realizadas em nove sessões, em diferentes datas: 03/04/2024, 05/04/2024, 12/04/2024, 19/04/2024, 26/04/2024, 03/05/2024, 10/05/2024, 17/05/2024 e 24/05/2024. A turma escolhida para a intervenção foi um 1º ano do Ensino Médio, no período vespertino, da Escola Estadual Professora Jesuína Rêgo, Caruaru-PE.

Essa escolha foi baseada no currículo de Pernambuco, que disponibiliza a disciplina apenas para o 1º ano do Ensino Médio. Cada encontro teve a duração de 50 minutos. O principal referencial teórico das aulas foi o filósofo Michel Foucault, com trechos dos livros *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, *Vigiar e Punir* e *Microfísica do Poder*.

Para os encontros da intervenção, foram elaborados textos digitalizados e planejamentos/roteiros de aulas que contemplaram dois momentos distintos (planejamentos em anexos), com exceção do último planejamento/roteiro que foi aplicado em único dia. Os textos foram desenvolvidos como material estruturado para guiar as aulas, contendo resumos e explicações dos conceitos principais, bem como sugestões de atividades escritas e uso do *Google Forms*. Os temas abordados foram:

1. Explorando a Filosofia e a Sexualidade: Introdução à Perspectiva de Michel Foucault.
2. Conceito de Sexualidade e Biopoder segundo Michel Foucault.
3. Conceito de Biopoder e Disciplina segundo Michel Foucault.
4. Desconstrução de Estereótipos e Preconceitos, Ética Sexual e Relações de Poder, Educação Sexual e Inclusão.
5. Avaliação do Projeto, Discussão sobre Aprendizagens e Coleta de Feedbacks.

Os dados foram coletados por meio de várias técnicas qualitativas, incluindo:

- **Análise de Respostas Escritas e pelo Google Forms:** Coleta e análise das respostas dos alunos a questionários e atividades escritas que exploravam suas compreensões sobre filosofia, sexualidade, norma e disciplina.
- **Observação Participante:** Observação direta das interações em sala de aula durante as discussões e debates, registrando a participação e as reações dos alunos.
- **Fotografias:** Registro das aulas para documentar o ambiente, as interações e a dinâmica das atividades.

A análise dos dados seguiu uma abordagem de análise de conteúdo, onde as respostas e interações dos alunos foram examinadas para identificar padrões, temas

recorrentes e significados atribuídos pelos estudantes aos conceitos discutidos. A interpretação dos dados foi orientada pelos conceitos foucaultianos de sexualidade, poder, norma e disciplina, buscando entender como esses influenciam a percepção da sexualidade entre aqueles jovens e como eles reagem.

A pesquisa seguiu rigorosos princípios éticos, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes. Todos os alunos e responsáveis pela escola foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e o consentimento dos responsáveis foi obtido antes da coleta de dados. A participação foi voluntária, e os alunos tiveram a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento.

O primeiro planejamento teve como tema: *Explorando a Filosofia e a Sexualidade: Introdução à Perspectiva de Michel Foucault*. A escolha desse tema se deu por abranger o objetivo geral da aula que é apresentar-se aos alunos e introduzir o tema do projeto de mestrado, incentivando a reflexão sobre as concepções de filosofia e sexualidade. Utilizamos os conceitos de Michel Foucault como base para a discussão, buscando proporcionar aos alunos uma compreensão mais aprofundada desses temas complexos e estimular sua capacidade de análise crítica. Acreditamos que essa abordagem contribuiu para uma maior conscientização e reflexão sobre as questões filosóficas e sexuais presentes em nossa sociedade, ou seja, um despertar à curiosidade filosófica e existencial.

O segundo planejamento teve como tema: *Conceito de Sexualidade e Biopoder segundo Michel Foucault*. O objetivo foi proporcionar aos alunos uma compreensão crítica sobre a sexualidade e introduzi-los ao conceito de biopoder de Foucault. No trabalho procurou-se estimular um diálogo aberto sobre o tema e desafiá-los a questionar as normas sociais e os mecanismos de controle da sexualidade na sociedade contemporânea a partir da compreensão (pela pesquisa) de “fatos e fofocas” que surgem nas redes sociais. A introdução ao conceito do biopoder permite uma análise mais ampla das práticas de normalização da vida sexual, revelando como esses mecanismos se manifestam no controle dos corpos e comportamentos individuais. Essa abordagem procurou promover uma reflexão sobre as implicações éticas e políticas das práticas de poder em relação à sexualidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica diante das questões sociais e culturais.

No terceiro planejamento tivemos o tema: *Conceito de Biopoder e Disciplina segundo Michel Foucault*. A escolha do tema se deu pela importância de se ter uma

compreensão das dinâmicas de poder e de controle na sociedade contemporânea, especialmente em relação à regulação dos corpos e comportamentos individuais e que se expressam tanto nas redes sociais, nos espaços escolares e da comunidade, como na mídia, de modo geral. Considerando o contexto educacional e social da pesquisa é fundamental abordar questões que promovam uma reflexão crítica sobre os mecanismos de poder e disciplina presentes nas instituições e nas relações sociais. Foucault (1999) oferece uma perspectiva teórica rica para analisar esses fenômenos em sua obra *Vigiar e punir*. Ao introduzir esses conceitos, os alunos são incentivados a questionar como o poder se manifesta em suas vidas cotidianas, permitindo uma compreensão mais ampla das estratégias de controle social e das implicações éticas e políticas desses mecanismos de poder. Essa abordagem desafia os e as estudantes a refletir sobre a relação entre poder, saber e práticas de normalização, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica diante das questões sociais, culturais e educacionais e da valorização de um *ethos* que possa se expressar em práticas de tolerância, respeito ao diferente, valorização dos gêneros e do ser humano enquanto pessoa.

Para o quarto planejamento, o tema escolhido foi: *Desconstrução de Estereótipos e Preconceitos, Ética Sexual e Relações de Poder, Educação Sexual e Inclusão*. A escolha deste tema se justificou pela necessidade de uma abordagem nas questões centrais para a formação ética e crítica dos alunos em relação à sexualidade e às dinâmicas de poder na sociedade contemporânea. É essencial debater temas que afetam diretamente suas vidas e experiências, promovendo uma visão inclusiva e respeitosa da diversidade humana.

Abordar estereótipos e preconceitos visa desconstruir visões discriminatórias que permeiam as relações sociais, como afirma Branco (2020) é assumir uma resistência diante da violência institucional e institucionalizada. Discutir a ética sexual e as relações de poder é crucial para o desenvolvimento de uma consciência crítica, ajudando os alunos a compreender as implicações éticas de suas atitudes e como as relações de poder influenciam a construção da sexualidade, bem como das normas sociais. A educação sexual é vital para o desenvolvimento saudável e informado dos jovens e, uma vez integrada com temas de inclusão, concorre à promoção de um ambiente escolar que valorize a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, fortalecendo o respeito mútuo e a empatia. Ao abordar esses temas, os/as

discentes são desafiados(as) a refletir criticamente sobre suas crenças e atitudes, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

Essa escolha está alinhada com a perspectiva de Michel Foucault, que enfatiza a importância de analisar como as estruturas de poder e os discursos sociais moldam nossas percepções e comportamentos. Através dessa lente teórica, os alunos podem compreender melhor como os estereótipos e preconceitos são construídos e perpetuados, e como a educação pode ser uma ferramenta poderosa para promover a inclusão e a equidade.

Por fim, o quinto planejamento com o tema *Avaliação do Projeto, Discussão sobre Aprendizados e Coleta de Feedbacks* se justifica pela importância de refletir sobre o impacto do projeto e garantir um processo de aprendizagem contínuo. Esta etapa foi crucial para avaliar quanto os alunos absorveram e internalizaram os conceitos discutidos, como sexualidade, biopoder, disciplina, estereótipos e inclusão. Foi o momento de se estabelecer uma avaliação qualitativa de todo o processo experimentado até o momento. Também visou promover a reflexão crítica, permitindo que os alunos considerem o que aprenderam e como isso afetou suas percepções e atitudes, ao mesmo tempo que promoveu a liberdade para a responsabilidade de uma autoavaliação. A coleta de feedbacks sobre conteúdo, metodologia e relevância das aulas é essencial para identificar pontos fortes e áreas de melhoria. Além disso, fomentou o diálogo, criando um espaço para os alunos compartilharem suas experiências e sentimentos, fortalecendo o senso de comunidade. Confirmar a eficácia da abordagem pedagógica, especialmente a integração dos conceitos de Michel Foucault, assegura que os objetivos educacionais foram atingidos. Encerrar o projeto desta forma destaca a importância da continuidade do pensamento crítico e da discussão sobre temas sociais e culturais, mesmo após o término das aulas.

4.3 AULA 1 e 2: EXPLORANDO A FILOSOFIA E A SEXUALIDADE: INTRODUÇÃO À PERSPECTIVA DE MICHEL FOUCAULT

O objetivo central do primeiro encontro (conforme planejamento anexo 1) foi apresentar-me aos alunos e introduzir o tema do projeto de mestrado, incentivando-os à reflexão sobre as concepções de filosofia e sexualidade.

Conforme calendário programado, a intervenção teve início no dia 03 de abril

de 2024. Nesse dia, no universo de 41 discentes matriculados, estavam presentes na aula 36.

Ao adentrar a sala, apresentei-me à turma, explicando minha presença e mencionando que estava em fase de readaptação profissional devido a problemas de saúde, o que me privou de uma sala de aula própria. Também foi avisado que solicitei antecipadamente ao gestor da escola e a um colega professor de Filosofia a permissão para conduzir minha pesquisa naquela turma.

Após a apresentação, conduziu-se uma dinâmica de integração com o objetivo de identificar o nível de conhecimento e as percepções dos alunos sobre filosofia e sexualidade. Para essa atividade, os discentes foram organizados em círculo e foi proposto que cada um, ao se apresentar, associasse uma palavra à filosofia e outra à sexualidade. No entanto, a maioria dos alunos limitou-se a dizer seus nomes, optando por não compartilhar as palavras associadas.

Entre as 6 respostas obtidas, as palavras associadas à Filosofia foram Sócrates, Platão, coisas antigas, Grécia, pensar e questionamento. Em relação à sexualidade, a palavra mencionada 8 vezes foi sexo, o que provocou risos entre os presentes. Após a conclusão dessa atividade, expliquei minuciosamente o propósito da minha pesquisa, incentivando os e as estudantes a se envolverem e contribuírem, caso desejassem. Em seguida, sugeri que fornecessem seus nomes e números de telefone para formarmos um grupo no WhatsApp, visando facilitar a comunicação e o compartilhamento de materiais de leitura relevantes ao nosso estudo. Um aluno, entretanto, sugeriu que utilizássemos o grupo já existente da turma para essa finalidade, o que aceitei prontamente.

Realizado o primeiro objetivo, a aula prosseguiu com uma reflexão oral sobre as seguintes perguntas: O que vocês entendem por Filosofia? O que vocês entendem por sexualidade? Vocês acham que a escola deve discutir temas relacionados à sexualidade? Por quê?

Na discussão oral, 5 estudantes expressaram suas ideias de forma distinta sobre Filosofia: Filosofia é questionamento, Filosofia é estudar os filósofos antigos como Aristóteles, Filosofia é uma disciplina para pensar e Professora, é tudo isso aí que já falaram. Em relação à pergunta: O que vocês entendem por sexualidade?, também 5 discentes deram respostas: É uma relação entre um homem e uma mulher; É sexo; É

como a gente se identifica; É como a gente se percebe e o quinto respondeu: É namorar mais profundamente, professora, o que provocou risos entre os presentes. Sobre a pergunta: Vocês acham que a escola deve discutir temas relacionados a sexualidade? Por quê?, a maioria dos(as) alunos responderam simultaneamente que sim, com exceção de duas pessoas que falaram: sei lá. Ao serem questionados sobre esse sei lá, uma estudante respondeu: é que tem gente que quer ser muito santo, aí pode não gostar, e uma colega acompanhou a resposta: é por conta disso mesmo, professora. Então mudei a pergunta, quando vocês escutam a palavra sexualidade, o que primeiro vem a cabeça? Em um coro, responderam: sexo.

Após essa discussão, distribuí um questionário impresso (anexo 6) para colher as informações iniciais da reflexão e avaliar de forma escrita a percepção do grupo sobre a disciplina de Filosofia e sexualidade. Essa atividade foi previamente pensada, antecipando que durante a discussão oral, poucos alunos participariam ativamente, visto que eu era uma professora desconhecida para eles. No questionário, os alunos foram convidados a refletir e responder às seguintes perguntas: Qual é a sua concepção de Filosofia? O que você entende por sexualidade?

Os alunos tiveram 6 minutos para responder a atividade. Ao término desse período, pedi aos que desejassem que compartilhassem suas respostas com a turma. 5 alunos compartilharam suas respostas. Essa iniciativa foi concebida para criar um ambiente de confiança e diálogo entre os alunos, permitindo a introdução do meu projeto de pesquisa e sua relevância. Além disso, ofereceu aos alunos a oportunidade de expressar suas próprias compreensões sobre os conceitos de filosofia e sexualidade.

Das respostas escritas recebidas sobre a concepção de filosofia, emergiram percepções distintas, refletindo uma variedade de entendimentos dentro da turma. Observe o quadro a seguir:

Quadro 11 - Atividade 1

Público alvo		Alunos do 1º ano E da escola Professora Jesuína Pereira Rêgo
Número de participantes		36 alunos
Indagações	Respostas recorrentes	Respostas múltiplas
Qual é a sua concepção de Filosofia?	<p>* 8 alunos: A palavra Filosofia é de origem grega, que significa amor e sabedora.</p> <p>* 4 alunos: São pensamentos de grandes sábios que provavelmente queria que seus pensamentos sejam levados adiante.</p> <p>*5 alunos: Uma forma de pensar e ver o mundo.</p> <p>* 4 alunos: É algo que nos faz refletir, se questionar e nos faz pensar sobre a existência humana.</p> <p>* 3 alunos: Uma forma de questionar a forma como que as coisas funcionam.</p> <p>* 2 alunos: Filosofia é o campo do conhecimento que estuda a existência humana e o saber por meio da análise racional.</p> <p>*4 alunos responderam: Não sei definir o que é filosofia, porque eu não gosto da matéria.</p> <p>*2 alunos: A filosofia é para pensar, reflexão, pensar sobre sua própria existência e começar a se questionar até achar sua resposta para seu questionamento.</p>	<p>*1 aluno: A filosofia fala sobre a desigualdade, fala as histórias.</p> <p>*1 aluno: Eu definiria que o mundo precisa saber mais um pouco sobre igualdade.</p> <p>*1 aluno: A filosofia age com liberdade moral e intelectual.</p> <p>*1aluno: O filósofo é considerado um sábio, sendo aquele que reflete sobre essa questão.</p>

Fonte: elaboração própria.

A partir desta atividade, observa-se que 10 estudantes apresentaram uma variação em suas concepções sobre Filosofia, abrangendo desde o conhecimento acadêmico até definições técnicas. Entre eles, 8 alunos destacam que a palavra Filosofia é de origem grega, significando amor e sabedoria, revelando um entendimento básico da etimologia da palavra e indicando uma certa familiaridade com seu significado fundamental. No entanto, é possível inferir que essa resposta pode ter sido memorizada ou copiada de alguma fonte externa.

Por outro lado, 2 estudantes ofereceram uma definição mais elaborada, ao

afirmarem que Filosofia é o campo do conhecimento que investiga a existência humana e o saber através da análise racional. Esta resposta denota uma compreensão mais profunda e estruturada do âmbito filosófico.

Além disso, foi possível identificar diferentes percepções sobre a Filosofia e sua finalidade entre 18 alunos. 4 alunos expressam a visão de que a Filosofia consiste em pensamentos de grandes sábios que provavelmente desejavam que suas ideias fossem preservadas. Essa resposta reflete uma abordagem histórica e autoritária da Filosofia, enxergando-a como um legado de grandes pensadores cujo objetivo era perpetuar suas ideias.

De outra perspectiva, 5 alunos descreveram a Filosofia como uma forma de pensar e enxergar o mundo. Esses alunos a compreenderam como uma perspectiva ampla e interpretativa, sugerindo que veem a Filosofia como uma ferramenta para compreender a realidade.

Outros 4 alunos reconheceram a Filosofia como algo que nos faz refletir, questionar e ponderar sobre a existência humana. Eles destacaram a função crítica e reflexiva da Filosofia, ressaltando seu papel na autorreflexão e no questionamento existencial.

Três alunos descreveram a Filosofia como uma forma de questionar a maneira como as coisas funcionam. Essa resposta indica uma compreensão da Filosofia como uma atividade analítica e crítica, voltada para questionar e entender os processos e sistemas.

Finalmente, dois alunos descreveram a Filosofia como um meio de pensar, refletir sobre a própria existência e iniciar uma jornada de autoquestionamento até encontrar respostas pessoais. Essa resposta combina elementos reflexivos e existenciais, destacando a Filosofia como uma ferramenta para a exploração pessoal e para a busca de respostas.

Adicionalmente, percebe-se entre 4 alunos desinteresse e desconhecimento sobre a Filosofia quando respondem que não sabem definir o que é Filosofia, porque não gosta da matéria. Estas respostas revelam uma falta de interesse e engajamento com a disciplina, possivelmente indicando que as abordagens pedagógicas atuais não estão sendo eficazes para todos os alunos.

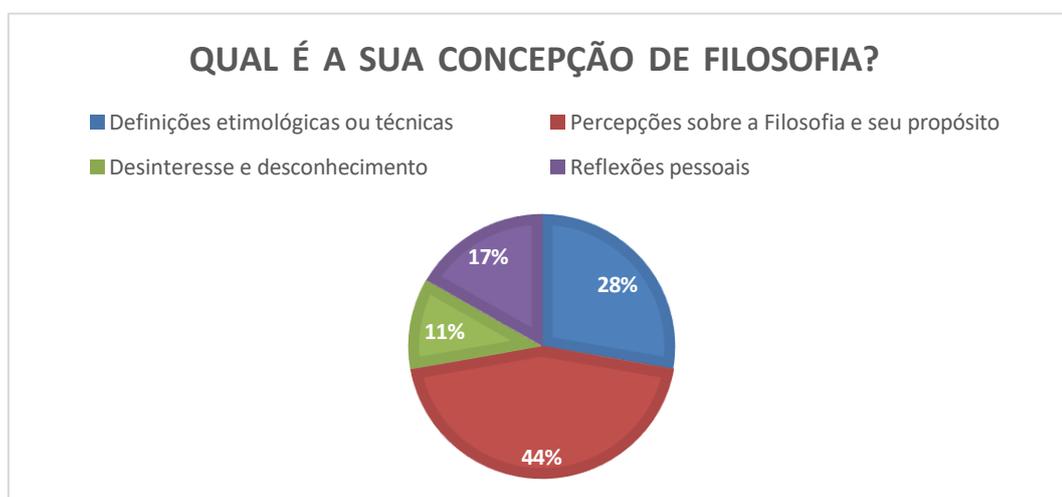
Também pode-se considerar que 4 respostas refletem as perspectivas

pessoais dos estudantes. O estudante A destaca que a filosofia fala sobre a desigualdade, fala as histórias. Esta resposta indica uma percepção pessoal sobre os temas abordados pela Filosofia, com foco na desigualdade e na análise histórica. Já o estudante B expressa a importância de disseminar conhecimentos filosóficos relacionados à igualdade para melhorar o mundo. O estudante C revela que a filosofia atua com liberdade moral e intelectual, enquanto o estudante D caracteriza o filósofo como um sábio que reflete sobre questões importantes na sociedade. Essas diferentes perspectivas destacam a diversidade de interpretações e a amplitude de temas dentro do campo da Filosofia.

Essa diversidade de respostas tem implicações para a Prática Pedagógica. Isso sugere que os alunos estão em diferentes níveis de compreensão e engajamento com a Filosofia. Dado que alguns alunos têm uma compreensão mais técnica e outros uma visão mais pessoal ou superficial, é importante diversificar as abordagens de ensino para atender a todos os níveis de entendimento. Quanto a resposta dos alunos que não gostam da matéria indica uma área de melhoria significativa. Métodos mais interativos e relevantes, que conectem a Filosofia ao cotidiano dos alunos, podem aumentar o interesse e a participação.

Desse modo, a análise qualitativa das respostas destaca a importância de adaptar as práticas pedagógicas para melhor atender as necessidades dos alunos. Ao reconhecer a diversidade de entendimentos e interesses, os educadores podem desenvolver estratégias mais eficazes para engajar todos os alunos na aprendizagem da Filosofia. Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Concepção de Filosofia



Fonte: elaboração própria.

Esses percentuais ajudam a visualizar como os alunos estão distribuídos em termos de compreensão e interesse pela Filosofia, destacando áreas para foco pedagógico. Sobre a pergunta “O que você entende por sexualidade?” obteve-se as seguintes respostas:

Quadro 12 - O que você entende por sexualidade?

Público alvo		Alunos do 1º ano E da escola Professora Jesuína Pereira Rêgo	
Número de participantes		36 estudantes	
Indagações	Respostas recorrentes	Respostas múltiplas	
O que você entende por sexualidade?	<p>*10 estudantes: É uma relação entre um casal.</p> <p>*20 estudantes: É sexo.</p> <p>*2 estudantes: Não quero responder.</p>	<p>* 1 estudante: Tenho vergonha de responder.</p> <p>* 1 estudante: É como a gente se percebe.</p> <p>* 1 estudantes: É como a gente se identifica.</p> <p>* 1 estudante: É desejar o outro.</p>	

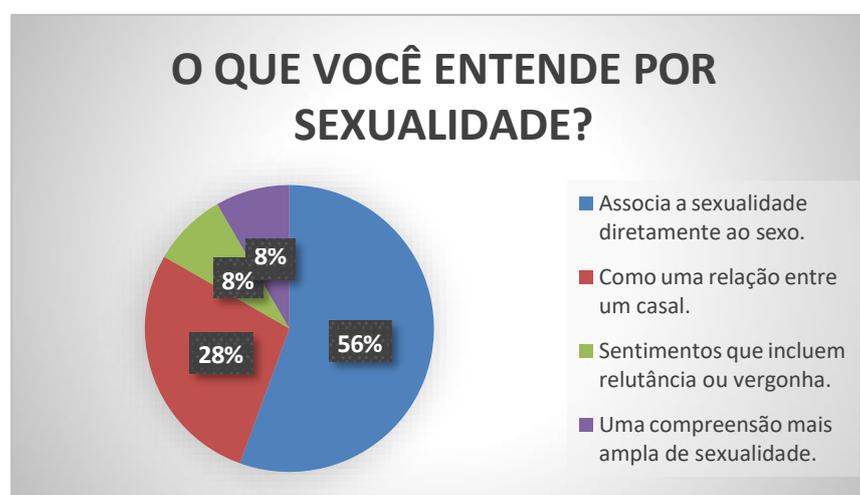
Fonte: elaboração própria.

Nessa questão, percebe-se que ao responder que sexualidade é uma relação entre um casal, 10 estudantes tem a concepção tradicional e relacional da sexualidade, possivelmente influenciada por normas sociais e educacionais que enfatizam a sexualidade no contexto de relacionamentos estáveis e heteronormativos. Outros 20 estudantes com a resposta de que sexualidade é sexo associam o termo diretamente a sexo, demonstrando que a maioria dos estudantes tem uma visão restrita e física da sexualidade, limitando o conceito ao ato sexual em si. Isso pode refletir uma falta de educação abrangente sobre sexualidade, que inclui aspectos emocionais, sociais e psicológicos além do físico. 5 estudantes escreveram não querer responder, mas 3 voltaram atrás na atividade e pediram para refazer a resposta e eu aceitei. Desses

foram obtidas respostas de forma diversa, onde 2 demonstram uma compreensão mais ampla e moderna da sexualidade, que vai além do ato sexual ou da relação entre casais, considerando aspectos de identidade pessoal e percepção de si mesmo. Isso alinha-se mais com as discussões contemporâneas sobre sexualidade, que incluem identidade de gênero e orientação sexual, enquanto 1 mencionou o desejo, que é um componente crucial da sexualidade.

Ainda obtivemos as respostas que podem ser consideradas como omissas, quando 2 estudantes respondem não querer responder e 1 estudante expressou vergonha de responder. Sobre essas últimas respostas a relutância em responder ou a vergonha pode indicar um desconforto ou falta de familiaridade com o tema. Isso também pode sugerir que a sexualidade é um tópico sensível e possivelmente estigmatizado entre os estudantes, refletindo uma necessidade de um ambiente mais seguro e inclusivo para discussões sobre sexualidade. Vejamos o gráfico:

Gráfico 2 - entendimento sobre sexualidade



Fonte: elaboração própria.

Nesse quadro sobre sexualidade percebe-se que a visão predominantemente física da sexualidade entre os estudantes sugere a necessidade de uma educação sexual mais abrangente que inclua aspectos emocionais, psicológicos e sociais. Essa educação deve abordar temas como consentimento, respeito, diversidade sexual, e relacionamentos saudáveis.

Já o desconforto e a relutância de 3 estudantes em responder indica a

necessidade de criar um ambiente mais seguro e acolhedor para discussões sobre sexualidade. Isso pode envolver a formação de professores, a criação de políticas *anti-bullying* e a promoção de uma cultura de respeito e inclusão.

As respostas possivelmente refletem valores e normas culturais locais, sugerindo que um trabalho colaborativo para expandir e enriquecer a compreensão sobre sexualidade de maneira reflexiva, inclusiva e informativa pode ser fundamental para promover um ambiente de trabalho mais inclusivo. A pesquisa também indica que alguns alunos podem se sentir desconfortáveis, ter uma compreensão limitada ao lado biológico do tema ou também simplesmente não querer participar da atividade.

No final do primeiro encontro, concluí informando aos alunos que trabalharíamos com os conceitos do filósofo Michel Foucault. Expliquei brevemente que focaríamos no conceito de sexualidade a partir da perspectiva do pensador. Para complementar a aula, enviei uma atividade no Google Forms ao aluno responsável por compartilhar o link com os demais colegas no grupo do WhatsApp da turma. A atividade semiestruturada foi composta de 16 perguntas entre subjetivas e objetivas com foco nos temas filosóficos sexualidade, biopoder e disciplina. Alguns alunos iniciaram a atividade na sala, a maioria ficou para responder em casa, pois não estavam com acesso.

A atividade para casa teve as seguintes perguntas:

AC¹⁰1) Você acredita que a escola consegue prepará-lo de forma concreta para compreender temas contemporâneos?

AC2) Você se sente à vontade para discutir temas relacionados à sexualidade com seus amigos?

AC3) Você se sente à vontade para falar sobre sexualidade na escola?

AC4) Você já participou de alguma atividade pedagógica relacionada à educação sexual durante seu período escolar?

AC5) Na sua opinião, a escola deve abordar o tema da sexualidade, ou você acredita que essa é uma responsabilidade apenas da família?

AC6) Você acredita que discussões filosóficas sobre sexualidade podem ser

¹⁰ Usamos a terminologia AC = Atividade para Casa para facilitar a compreensão dos gráficos.

benéficas para os estudantes?

AC7) Você conhece ou já ouviu falar no Filósofo Michel Foucault?

AC8) Como você percebe a presença de regras e regulamentos na escola?

AC9) Como você descreveria a atmosfera da escola em termos de vigilância e controle dos alunos?

AC10) Quais são os métodos utilizados para monitorar o comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula?

AC11) Existem programas ou iniciativas específicas relacionadas à saúde mental e sexualidade?

AC12) Existem políticas ou programas para promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual na escola?

AC13) Como você percebe a influência da escola na formação da sua identidade, especialmente em relação à sexualidade?

AC14) Você acredita que a escola desempenha um papel importante na formação das identidades dos alunos?

AC15) Você acha que a escola influencia as percepções dos alunos sobre sua sexualidade?

AC16) Na escola que você estuda, existe normas implícitas ou explícitas em relação a comportamentos relacionados a sexualidade?

Essas perguntas foram elaboradas com o intuito de fornecer percepções sobre a receptividade dos estudantes a discussões filosóficas sobre sexualidade, suas experiências prévias com educação sexual na escola e suas percepções sobre a responsabilidade da escola em abordar o tema. Elas também têm os objetivos de avaliar a viabilidade e a eficácia de uma abordagem pedagógica em filosofia com o tema da sexualidade; identificar como as práticas educacionais e as políticas escolares podem estar relacionadas ao exercício do biopoder, ou seja, ao controle e à regulação dos corpos e das populações em termos de saúde, sexualidade e comportamento socialmente aceitável; observar as percepções sobre o funcionamento das instituições escolares como mecanismos disciplinares, os quais moldam e regulam os corpos dos alunos de acordo com as normas e expectativas sociais estabelecidas; e explorar de que forma as dinâmicas de poder se expressam

no contexto educacional, influenciando não apenas o comportamento dos alunos, mas também suas percepções sobre sexualidade e identidade.

A impressão que tive do primeiro encontro foi que os/as estudantes demonstravam inquietação e dispersão, gostando muito de conversarem entre si. Pedi a compreensão de todos/todas para que participassem, reconhecendo a necessidade de criar um ambiente mais focado e colaborativo. Senti que estavam meio apáticos e expressavam descontentamento com a disciplina de Filosofia, mencionando que não gostavam de estudar sobre os antigos filósofos, mas, ainda assim, se mostraram dispostos a participar de uma maneira melhor nas próximas aulas, já que o tema era interessante.

Durante a atividade escrita, percebi que 3 estudantes relutavam em responder. Tive que incentivá-los, explicando a importância da pesquisa e a relevância da participação de cada um. As conversas paralelas predominaram, tornando difícil manter o foco nas questões propostas. Quando abordamos a questão da sexualidade, notei risadas e surgiu a pergunta se as aulas tratariam sobre sexo. Uma estudante comentou que seria interessante discutir esse assunto, enquanto outro perguntou se eu não sentiria vergonha de falar sobre sexualidade na frente de todos. Isso evidenciou a curiosidade e, ao mesmo tempo, o desconforto em relação ao tema.

Outro discente comentou que as aulas de Filosofia seriam mais interessantes se abordassem esses assuntos, pois o que estavam estudando eram conteúdos chatos. Outra fala: Professora, pensei que só falava nesse assunto na aula de Ciências. Essa reflexão revelou a percepção limitada sobre onde e como a sexualidade pode ser discutida no ambiente escolar. Além disso, ao final da aula, 3 discentes me procuraram para dizer que queriam participar mais ativamente, mas mencionaram sentir vergonha de se expressar. O que podemos concluir desse primeiro momento de intervenção é que ele teve elementos positivos e desafios claros.

Com relação aos aspectos positivos a apresentação pessoal e a dinâmica de quebra-gelo ajudaram a criar um ambiente inicial de diálogo e confiança. Embora muitos alunos se limitassem a dizer seus nomes sem associar palavras à filosofia ou à sexualidade, algumas associações importantes como Sócrates, Platão, pensar e questionamento surgiram, indicando uma base inicial de conhecimento.

A discussão sobre o entendimento dos alunos em relação à filosofia e

sexualidade, apesar de ser limitada em participação, gerou algumas respostas significativas. Termos como "questionamento", "estudo dos filósofos antigos" e "disciplina para pensar" mostraram que há uma compreensão básica entre alguns alunos.

A atividade escrita revelou uma gama diversa de percepções sobre filosofia e sexualidade. As respostas variaram desde definições técnicas e acadêmicas até percepções pessoais e desinteresse, refletindo a diversidade de entendimento e engajamento dos alunos.

Concernente a atividade enviada pelo *Google Forms*, 20 alunos enviaram respostas. Vejamos os resultados no gráfico 3:

Gráfico 3 - A escola consegue preparar para compreensão de temas contemporâneos?



Fonte: elaboração própria.

As respostas indicam que há uma percepção de que a escola ainda não está adequadamente preparada para ensinar temas contemporâneos de maneira profunda e abrangente. Há uma necessidade clara de atualização e revisão curricular, além de uma maior integração de metodologias e recursos que abordem esses temas de forma mais eficaz.

Segundo Foucault (1999), o poder se manifesta através do conhecimento e das práticas institucionais, o que sugere que a falta de preparação da escola em tratar esses temas pode ser vista como uma falha na governamentalidade, evidenciando a necessidade de uma reconfiguração das estratégias educacionais para melhor

atender as exigências da sociedade atual.

Gráfico 4 - Sente-se à vontade para discutir temas relacionados à sexualidade com seus amigos?



Fonte: elaboração própria.

As respostas indicam uma variabilidade nas percepções de conforto ao discutir temas de sexualidade com amigos, com uma maioria expressando algum nível de abertura, enquanto uma minoria significativa prefere manter esses temas privados. Segundo Foucault, o poder está presente nas relações sociais e é exercido através das normas e práticas institucionais.

Sendo assim, a escola pode desempenhar um papel fundamental em promover um ambiente de discussão aberto e seguro, oferecendo uma educação sexual mais abrangente e inclusiva, respeitando a privacidade dos alunos. Dessa forma, a instituição educacional não só transmite conhecimento, mas também regula e influencia as práticas sociais e os comportamentos, exercendo uma forma de biopoder que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais informada e consciente.

Gráfico 5 - Você se sente à vontade para falar sobre sexualidade na escola?



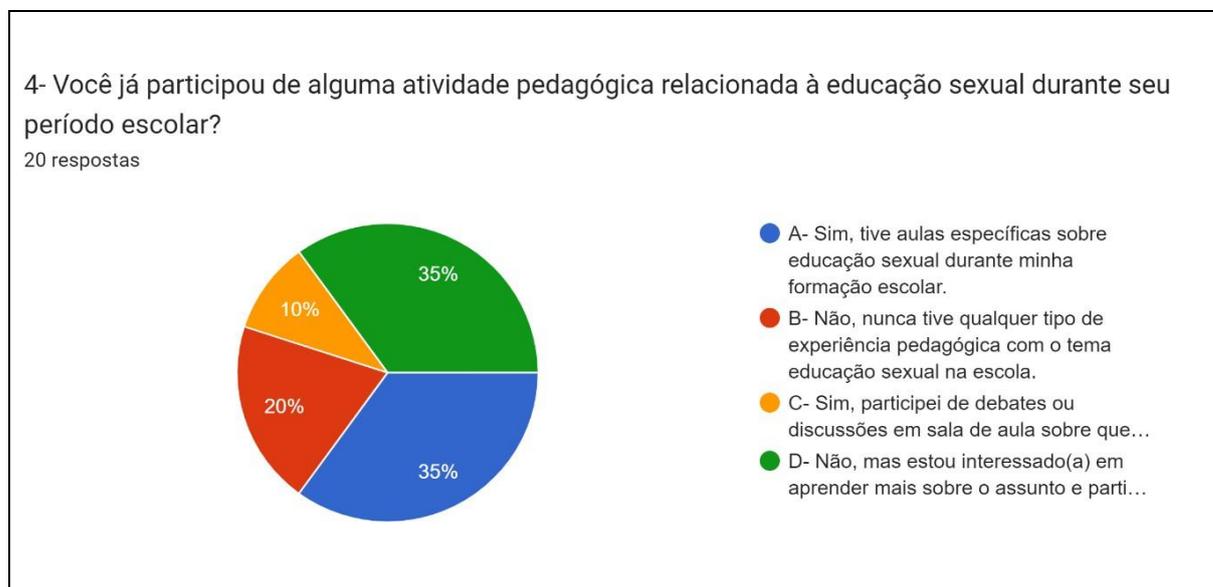
Fonte: elaboração própria.

A maioria dos alunos se sente pelo menos moderadamente confortável discutindo temas de sexualidade na escola, com 50% afirmando que se sentem à vontade e 45% dependendo do contexto e da abordagem. Apenas 5% dos alunos se sentem desconfortáveis.

Conforme Foucault, o poder não só reprime, mas também produz efeitos positivos através de estratégias de normalização e controle. Esses resultados sugerem que, embora haja uma base positiva para discussões sobre sexualidade, a escola deve continuar a aprimorar suas práticas e criar um ambiente ainda mais inclusivo e seguro para todos os alunos.

Dessa forma, a instituição não apenas facilita a discussão de temas sensíveis, mas também exerce um papel ativo na formação de normas e na promoção de uma cultura educacional que valoriza o respeito à diversidade e à individualidade.

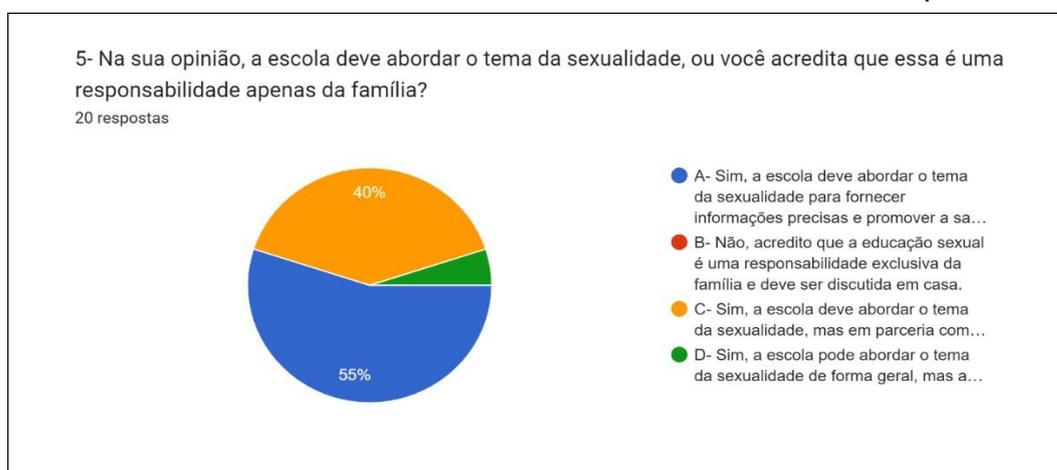
Gráfico 6 - Participou de alguma atividade pedagógica relacionada à educação sexual durante seu período escolar?



Fonte: elaboração própria.

A análise das respostas dos estudantes revela que há uma diversidade de experiências e interesses dos alunos em relação à educação sexual, com uma necessidade clara de ampliar e melhorar as oportunidades pedagógicas nessa área. O que condiz com o pensamento de Foucault, quando o filósofo reflete que o poder não é apenas coercitivo, mas também produtivo, moldando ativamente as práticas e as normas sociais. A escola deve focar em criar um currículo abrangente, diversificar as metodologias de ensino, incorporar feedback dos alunos, investir na formação dos professores e criar espaços seguros para discussões.

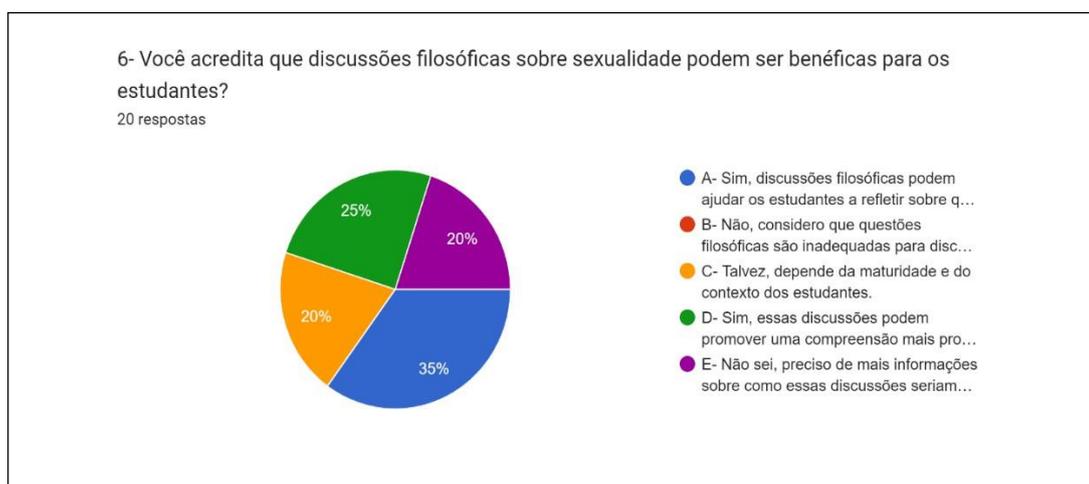
Gráfico 7 - a escola dever abordar o tema da sexualidade ou apenas a família?



Fonte: elaboração própria.

A questão 5 revela um consenso significativo de que a escola deve abordar o tema da sexualidade, com a maioria dos alunos preferindo uma abordagem escolar abrangente ou uma parceria entre escola e família. Conforme Foucault, o poder não se limita à repressão, mas também se manifesta na formação de normas e na promoção de práticas que moldam a vida social.

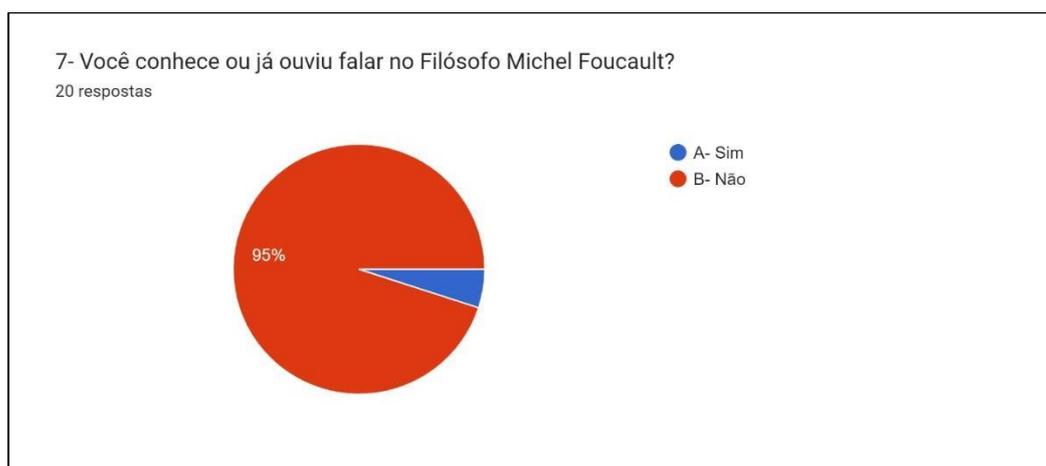
Gráfico 8 - Discussões filosóficas sobre sexualidade podem ser benéficas para os estudantes?



Fonte: elaboração própria.

A análise da questão 8 revela uma percepção geral de que discussões filosóficas sobre sexualidade podem ser benéficas, especialmente em termos de reflexão ética e compreensão de diversas perspectivas. Em acordo com Foucault (1999), pode-se dizer que o poder é também produtivo, influenciando a formação de discursos e práticas que moldam as percepções sociais, o que pode sugerir uma necessidade de adaptar essas discussões ao nível de maturidade dos alunos e de fornecer mais informações sobre os métodos e objetivos dessas discussões.

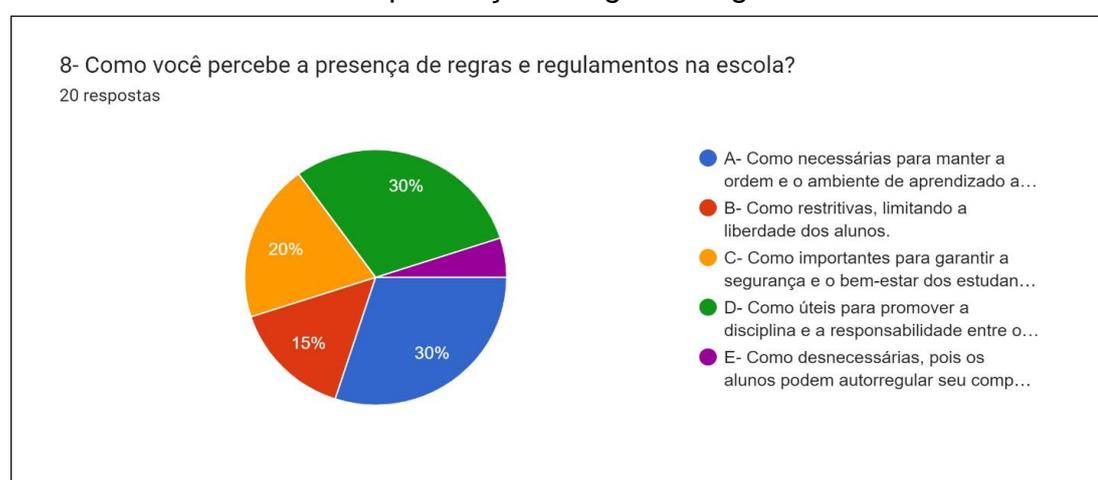
Gráfico 9 - Conhece ou já ouviu falar sobre o filósofo Michel Foucault?



Fonte: elaboração própria.

A ausência de informações sobre Michel Foucault entre os alunos reflete a necessidade de uma abordagem educacional mais ampla e inclusiva que introduza teorias críticas e complexas desde cedo, que supere a abordagem dos filósofos clássicos como Sócrates, Platão e Aristóteles e provoque um diálogo com pensadores modernos e contemporâneos com reflexões hodiernas. Isso não apenas enriquecerá a compreensão dos alunos sobre as dinâmicas de poder e controle na sociedade, mas também promoverá uma reflexão mais profunda sobre suas próprias experiências na escola e além dela. A inclusão de teorias como as de Foucault pode contribuir significativamente para uma educação que capacite os alunos a pensar criticamente e agir de maneira informada em um mundo cada vez mais complexo.

Gráfico 10 - Percebe a presença de regras e regulamentos na escola?



Fonte: elaboração própria.

Essa questão revela que a maioria dos alunos percebe as regras e

regulamentos da escola de forma positiva, reconhecendo sua importância para a ordem, segurança, bem-estar e desenvolvimento pessoal. Neste sentido, o poder se manifesta não apenas na imposição de regras, mas também na maneira como são internalizadas e negociadas pelos indivíduos. No entanto, há uma minoria que percebe as regras como restritivas, o que sugere a necessidade de melhorar a comunicação e a inclusão dos alunos no processo de gestão das regras.

Quadro 13 - Como descreve a atmosfera da escola em termos de vigilância e controle dos alunos?

9- Como você descreveria a atmosfera da escola em termos de vigilância e controle dos alunos?

20 respostas

Há limites no horário de chegada e saída. E também não podemos fazer tudo que queremos.

Assim não sei.

Não sei.

Vigilância tá ok, mas o controle dos alunos não.

Não tão ruim, mas também não é perfeita.

Bem.

Desorganizado.

Somos monitorados por todos que fazem a escola.

Os professores nos observam e falam para a direção quando estamos muito mal comportados. As vezes chamam os pais. Mas, aqui é difícil.

A escola tem suas regras. Mas nem sempre os alunos obedecem.

A escola não consegue muito controlar os alunos.

Eles tentam controlar a disciplina da gente, mas nem sempre conseguem.

Não conseguem muito controlar os alunos. Alguns gostam de conversar muito e de matar aulas.

É um ambiente que os alunos dão trabalho.

É um ambiente as vezes tranquilo. As vezes tem problema.

Não tem muita gente nos vigiando. É mais os professores que observam nossos comportamentos.

Pouca vigilância.

As vezes querem mandar muito na gente e não deixam a gente fazer tudo que tem vontade

Pouca vigilância, mas querem controlar os horários da gente todos os dias.

Fonte: elaboração própria.

Considerando que Foucault discute como as instituições e como as escolas empregam estratégias disciplinares para regular e moldar o comportamento dos

indivíduos, incluindo a imposição de normas, regras e horários que são internalizados pelos próprios indivíduos e que também descreve a sociedade como um espaço onde a vigilância não é apenas imposta de cima para baixo por autoridades visíveis, mas também internalizada pelos próprios indivíduos, podemos concluir que o poder e a disciplina se manifestam de maneira complexa entre os (as) estudantes. A escola não apenas regula diretamente o comportamento através de normas e regras externas, mas também influencia a formação da auto-percepção e da auto-regulação dos indivíduos.

A internalização dessas normas e práticas disciplinares permite que o controle social escolar se torne mais sutil e eficaz, uma vez que os indivíduos não apenas seguem as regras devido a uma supervisão externa, mas também porque internalizam essas regras como parte de sua própria identidade e comportamento. Assim, a vigilância e o controle social se tornam processos intrínsecos à vida cotidiana, resultando em uma forma de poder que é tanto autorregulado quanto autoimposto. A escola se estrutura em torno dessa rede de normas internalizadas e práticas de vigilância, refletindo um modelo de controle social onde o poder é exercido de maneira menos visível, mas mais profundamente enraizada nas práticas e subjetividades individuais. Isso cria desde uma sensação de constante monitoramento até a percepção de pouca vigilância.

Foucault argumentaria que as normas e regras da escola não são apenas impostas de fora, mas também são internalizadas pelos alunos como parte do processo de socialização e formação de identidade dentro da instituição. A ideia de que os professores observam e relatam comportamentos inadequados à direção reflete o conceito foucaultiano de que o poder disciplinar não reside apenas em um indivíduo ou grupo, mas permeia a estrutura e as práticas institucionais.

As respostas que mencionam desorganização ou ineficácia no controle dos alunos indicam uma aplicação imperfeita das estratégias de vigilância e disciplina, algo que Foucault abordaria como parte do funcionamento do poder.

Destaca-se também que a vigilância não se limita aos professores e à administração; os próprios alunos são levados a vigiar seus comportamentos para se conformarem às normas e expectativas da escola. Isso ilustra como o poder e a vigilância podem ser contestados ou internalizados, revelando as complexas dinâmicas de controle e resistência presentes no ambiente escolar.

Quadro 14 - Quais são os métodos utilizados para monitorar o comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula?

10- Quais são os métodos utilizados para monitorar o comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula?

20 respostas

As coordenadoras sempre estão de olho, o porteiro e também tem guarda. O bairro é violento.

Conversa pra entender.

Sei não.

Chega no aluno e manda ele ir pra sala.

Somente os professores monitoram os alunos dentro da sala, pois quando os alunos saem, raramente tem alguém monitorando os corredores.

Não sei.

Observando e nas atitudes.

Observar nosso comportamento na sala se aula e fora da sala, nos corredores da escola.

Observação de comportamento na sala e nos corredores pelos professores, diretor e porteiro.

Os professores falam para gente se comportar para melhorar a aprendizagem. As vezes tem as punições.

Os coordenadores as vezes passam pelo corredor, tem um guarda na porta também.

Eles só observam a gente.

Observação do comportamento, chamar nossos pais pra conversar.

Assinar advertência, chamar os pais, conversar na direção.

Chamar os pais e assinar advertência

Os professores observam nosso comportamento e se estiver mal comportados passa para o diretor.

Falar com os pais, assinar advertência.

É mais os professores que olham nosso comportamento.

Conversar com os pais.

Chegar e sair na hora certa da escola, chamam os pais e advertência.

Fonte: elaboração própria.

Os estudantes mencionaram que coordenadores, professores, diretores, porteiro e até mesmo guardas monitoram o comportamento dos alunos. Isso reflete uma vigilância física presente tanto dentro (professores) quanto fora da sala de aula (coordenadores, porteiro).

Há menção de intervenções diretas como chamar os alunos para conversar, assinar advertências e chamar os pais em casos de comportamento inadequado. Isso demonstra não apenas observação, mas também ação disciplinar e de controle sobre o comportamento dos alunos.

Um estudante mencionou que são orientados a se comportarem bem para melhorar a aprendizagem, indicando que há uma conexão entre comportamento e

desempenho acadêmico, o que é parte do poder disciplinar discutido por Foucault.

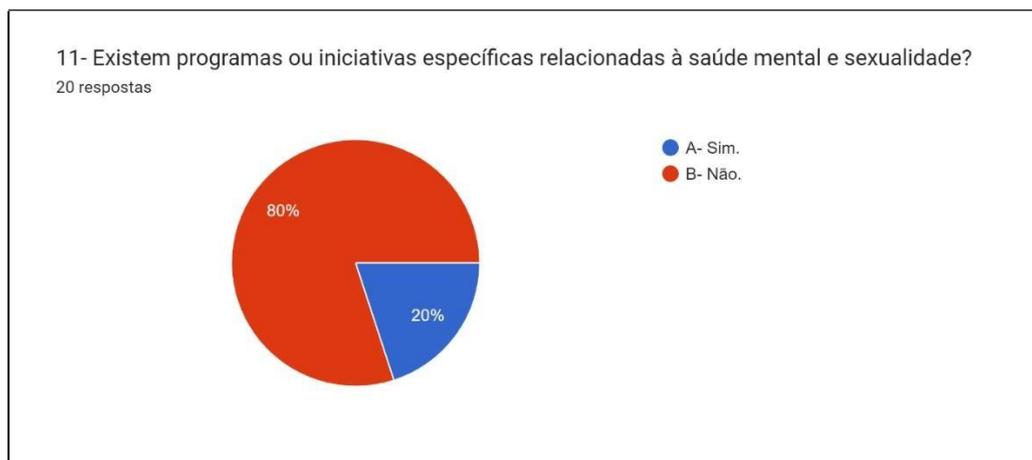
A presença de guardas e a observação constante pelos professores e coordenadores sugerem um ambiente onde a vigilância não é apenas para garantir a segurança, mas também para moldar e normatizar o comportamento dos alunos de acordo com as expectativas institucionais.

Conforme Foucault (1999), a disciplina não é apenas uma questão de imposição externa, mas também um processo de normalização e controle dos corpos e comportamentos dos indivíduos. Os métodos descritos refletem essa dinâmica, onde os alunos são monitorados e disciplinados para se conformarem às normas escolares.

A presença de múltiplos agentes (professores, coordenadores, guardas) que monitoram os alunos ilustra como o poder se manifesta através da vigilância. Consonante com Foucault, essa vigilância não é apenas física, mas também psicológica, influenciando como os alunos se percebem e se comportam dentro da escola.

A vigilância constante pode impactar a autonomia dos alunos, restringindo sua liberdade e autonomia pessoal ao impor normas e regras que moldam seu comportamento. Assim, as práticas de vigilância e controle na escola afetam não apenas o comportamento dos alunos, mas também suas identidades e relações de poder dentro do ambiente educacional. É essencial encontrar um equilíbrio entre a necessidade de segurança e a promoção da autonomia dos alunos. Isso pode envolver revisar práticas de vigilância para garantir que sejam justas, respeitadas e eficazes na promoção de um ambiente educacional seguro e acolhedor.

Gráfico 11 - Existem programas ou iniciativas específicas relacionadas à saúde mental e sexualidade?



Fonte: elaboração própria.

Nessa questão a maioria dos alunos (80%) indicou que não existem programas ou iniciativas específicas relacionadas à saúde mental e sexualidade, revelando uma lacuna significativa na abordagem educacional da escola em relação a esses temas cruciais. Apenas 20% dos alunos afirmaram que existem, sugerindo que, embora haja alguns esforços, eles são limitados e possivelmente insuficientes para atender as necessidades de todos.

Tendo em vista a ideia de biopoder de Foucault, a falta de programas sobre sexualidade pode ser interpretada como uma maneira de manter o controle sobre a informação e os corpos dos alunos. Ao não oferecer educação sexual adequada, a escola está, de certa forma, regulando e controlando o conhecimento e as práticas sexuais dos estudantes.

Talvez, integrar temas de saúde mental e sexualidade no currículo regular pode ajudar a normalizar essas discussões e reduzir estigmas relacionados à sexualidade. Foucault defenderia uma abordagem que envolva a discussão aberta e crítica desses temas para empoderar os alunos com conhecimento e ferramentas para cuidar de sua saúde. Além do mais, capacitar os professores para abordar temas de saúde mental e sexualidade de maneira sensível e informada é crucial. Isso pode incluir treinamento especializado e a criação de um ambiente escolar onde os alunos se sintam seguros para discutir esses assuntos.

Gráfico 12 - Existem políticas ou programas para promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual na escola?



Fonte: elaboração própria.

A grande maioria dos alunos (85%) respondeu que não existem políticas ou programas para promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual, indicando uma ausência ou insuficiência dessas iniciativas na escola. Apenas 15% dos alunos afirmaram que existem tais políticas ou programas. Isso sugere que, embora algumas iniciativas possam estar presentes, elas não são suficientemente abrangentes ou visíveis para alcançar todos os alunos.

A ausência de políticas inclusivas pode ser interpretada através do conceito de biopoder de Foucault, em que o poder se exerce através da regulação das populações. A falta de inclusão da diversidade sexual pode ser vista como uma forma de exclusão e controle sobre os corpos e identidades que não se conformam às normas heteronormativas.

Foucault (1999) argumenta que as instituições, como a escola, desempenham um papel crucial na normatização dos comportamentos. A ausência de políticas inclusivas indica uma falha em desafiar as normas hegemônicas, perpetuando assim a marginalização de identidades sexuais diversas. A falta de políticas de inclusão e respeito à diversidade sexual revela uma falha na governamentalidade da escola em promover um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos.

É crucial que a escola desenvolva e implemente políticas claras e eficazes para promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual. Isso inclui a criação de ambientes seguros onde todos os alunos possam expressar suas identidades sem medo de discriminação ou violência.

A educação sobre diversidade sexual deve ser integrada ao currículo escolar para promover a compreensão e o respeito. Isso pode incluir workshops, palestras, e materiais educativos que abordem a diversidade sexual de maneira abrangente e inclusiva.

A escola deve fornecer apoio e recursos para alunos LGBTQ+, incluindo acesso a conselheiros treinados, grupos de apoio e a inclusão de temas de diversidade sexual nos programas de saúde mental e bem-estar. Também capacitar os professores para lidar com questões de diversidade sexual de maneira sensível e informada é essencial. Isso pode incluir treinamento em antidiscriminação, criação de ambientes inclusivos e estratégias para apoiar alunos LGBTQ+.

Quadro 15 - Como você percebe a influência da escola na formação da sua identidade, especialmente em relação à sexualidade?

<p>13- Como você percebe a influência da escola na formação da sua identidade, especialmente em relação à sexualidade?</p> <p>20</p> <p>respostas Pouca influência. Não sei responder.</p> <p>Na escola há troca de conversas com os colegas, daí temos mais informações. É saber de que você que se identificar.</p> <p>Não sei.</p> <p>No requisito sexualidade, eu não preciso da escola.</p> <p>Comecei a interagir mais entre os colegas.</p> <p>Complicado explicar.</p> <p>O convívio com os outros alunos.</p> <p>A escola é importante porque nela aprendemos a conviver com todos. Embora, tenha alunos que não respeitam os colegas diferentes.</p> <p>Na escola a gente pode viver o que pensa mais livremente do que em casa. A escola não fala muito desse assunto.</p> <p>Tem umas coisas que não pode na escola. Algumas regras que acho que serve para a vida porque não devemos ter certos comportamentos.</p> <p>Na escola a gente aprende umas regras para a vida.</p> <p>Pouca influência, pois os professores quase não falam do assunto. Na escola a gente consegue conviver com diferentes pessoas.</p> <p>Os professores não falam muito do assunto. A gente conversa mais entre nós.</p> <p>Os professores quase não falam de sexo.</p>

Fonte: elaboração própria.

Quatro alunos mencionam que a escola tem pouca ou nenhuma influência

direta na formação de sua identidade sexual. Eles relatam que os professores raramente abordam o assunto.

Cinco alunos destacam a importância da interação com os colegas como uma fonte de informação e formação de identidade, sugerindo que a socialização entre pares pode desempenhar um papel significativo. A escola também é percebida como um lugar onde os alunos aprendem a conviver com diferentes pessoas, o que pode indiretamente influenciar a formação da identidade.

Alguns alunos mencionam que as regras da escola ajudam a moldar comportamentos que consideram importantes para a vida.

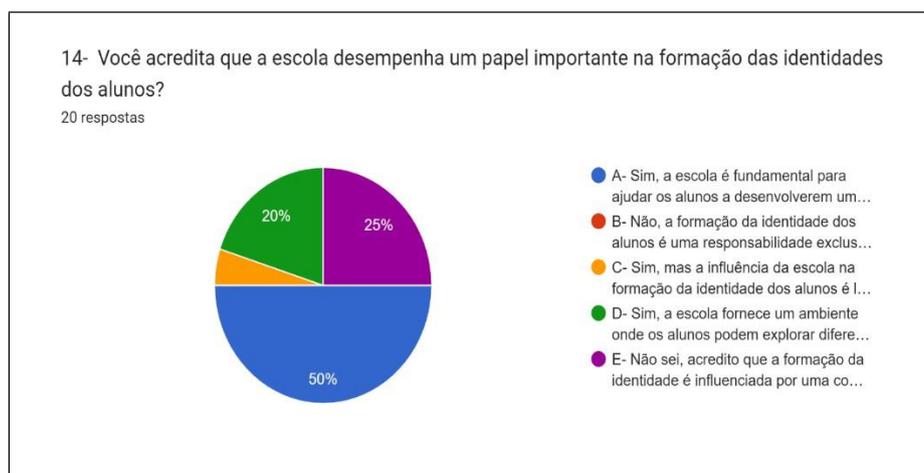
Foucault argumenta que as instituições, como a escola, exercem poder disciplinar que influencia a normatização dos comportamentos e identidades. A ausência de discussões explícitas sobre sexualidade pode ser vista como uma forma de controle que limita a expressão e a exploração das identidades sexuais dos alunos.

Segundo Foucault (2012; 2021), a sexualidade é um dispositivo que vai além do ato sexual, abrangendo discursos, práticas e instituições que moldam a maneira como os indivíduos percebem e vivenciam sua sexualidade. A falta de abordagem da sexualidade na escola reflete um dispositivo de silêncio que pode perpetuar a normatividade e excluir outras formas de expressão sexual.

A escola, como um lugar de biopoder, tem o potencial de regular a sexualidade dos alunos. A ausência de discussões abertas sobre sexualidade e a dependência das interações entre colegas para obter informações podem levar a uma regulação informal e não estruturada da sexualidade.

Desse modo, as respostas dos discentes destacam a necessidade de uma abordagem educacional mais inclusiva e aberta em relação à sexualidade. A falta de discussões estruturadas sobre o tema e a dependência das interações entre colegas para obter informações revelam uma lacuna na educação sexual que pode perpetuar a normatividade e excluir outras formas de expressão sexual. Implementar políticas e práticas educacionais que promovam a inclusão e o respeito à diversidade sexual é essencial para criar um ambiente escolar que apoie o desenvolvimento saudável e inclusivo da identidade dos alunos.

Gráfico 13 - Você acredita que a escola desempenha um papel importante na formação das identidades dos alunos?

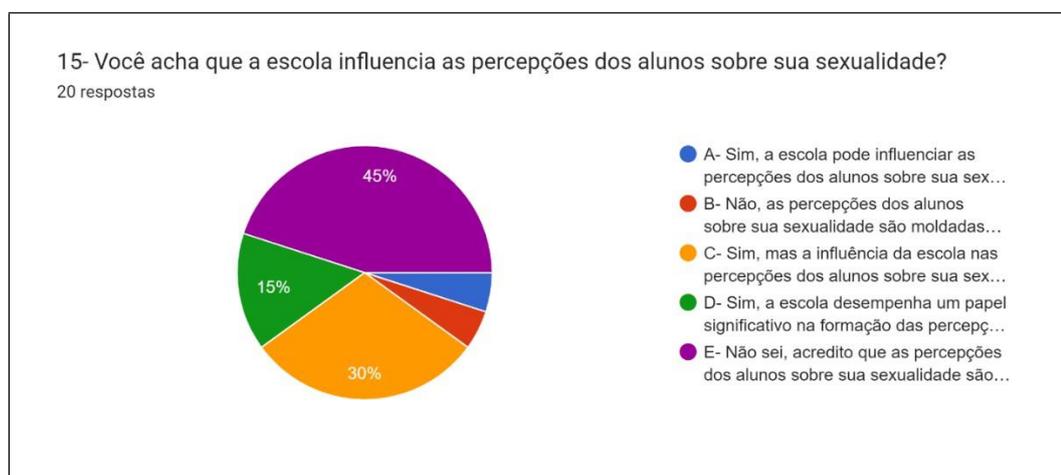


Fonte: elaboração própria.

Foucault (1999; 2012) argumenta que as instituições, como a escola, exercem poder disciplinar que molda as subjetividades e identidades dos indivíduos. A escola, através de suas práticas, normas e discursos, desempenha um papel central na construção das identidades dos alunos. A formação de identidades pode ser vista como um processo de disciplinarização, em que os alunos internalizam normas e valores impostos pela escola. A governamentalidade, como forma de gestão da vida, inclui a educação como um dispositivo que influencia como os alunos percebem a si mesmos e seu lugar na sociedade. A escola, como uma entidade de biopoder, regula não apenas o comportamento, mas também a formação das identidades através de currículos, interações sociais e regras. A influência da escola na formação da identidade pode ser direta ou indireta, mas é sempre presente.

A análise das respostas dos alunos sobre o papel da escola na formação de suas identidades, à luz dos conceitos de Michel Foucault, revela a complexidade e a importância dessa instituição na construção das subjetividades. Embora a maioria dos alunos reconheça a influência significativa da escola, há uma percepção de que essa influência é parte de um conjunto mais amplo de fatores que moldam a identidade. A implementação de práticas educacionais inclusivas e holísticas pode ajudar a criar um ambiente onde os alunos possam explorar e desenvolver suas identidades de maneira saudável e integral.

Gráfico 14 - Você acha que a escola influencia as percepções dos alunos sobre sua sexualidade?



Fonte: elaboração própria.

A análise das respostas dos alunos sobre se a escola influencia ou não suas percepções sobre sua sexualidade revela uma variedade de perspectivas, destacando tanto a influência percebida quanto a limitação dessa influência em comparação com outros fatores. A influência da escola na percepção da sexualidade dos alunos pode ser vista como parte desse processo de disciplinarização. A escola não apenas transmite informações objetivas sobre sexualidade através de seu currículo, mas também reforça normas sociais e discursos que moldam como os alunos percebem e interpretam sua própria sexualidade.

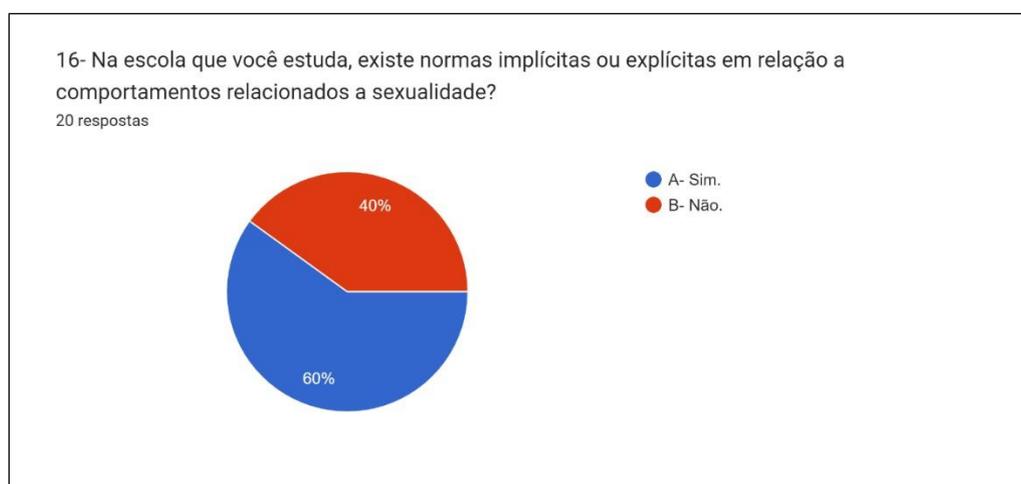
A influência da escola nas percepções sobre sexualidade pode ser mediada por outros fatores como a família e a mídia, que também desempenham papéis significativos na formação da identidade sexual dos indivíduos. É fundamental que o currículo escolar inclua uma educação sexual abrangente, que não apenas forneça informações precisas, mas também promova uma compreensão crítica e inclusiva da diversidade sexual.

Criar um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual, é essencial. Isso inclui políticas antidiscriminação, apoio emocional e recursos educativos adequados. Trabalhar em parceria com famílias e comunidades para apoiar uma educação sexual holística e respeitosa pode ampliar o impacto positivo da escola na formação das percepções dos alunos sobre sua sexualidade.

Embora alguns alunos reconheçam a influência positiva da escola, outros

percebem essa influência como limitada em comparação com outros aspectos de suas vidas. Implementar políticas e práticas educacionais que promovam a inclusão, o respeito e a compreensão crítica da diversidade sexual é essencial para apoiar o desenvolvimento saudável e integral dos alunos.

Gráfico 15 - Na escola que você estuda, existem normas implícitas ou explícitas em relação a comportamentos relacionados à sexualidade?



Fonte: elaboração própria.

Nessa questão apresentada no Gráfico 15, pode-se perceber de maneira clara que 60% dos alunos afirmam que sim, existem normas implícitas ou explícitas em relação a comportamentos relacionados à sexualidade na escola. Isso sugere que há percepção de que a escola tem diretrizes ou expectativas sobre como os alunos devem se comportar em questões relacionadas à sexualidade. 40% dos alunos relatam que não percebem normas específicas em relação a comportamentos relacionados à sexualidade na escola. Este grupo pode interpretar que a escola não impõe restrições explícitas ou não discute abertamente sobre essas questões.

Normas implícitas ou explícitas em relação à sexualidade na escola podem ser vistas como parte do processo de disciplinarização, que molda as percepções e práticas dos alunos. As normas em relação à sexualidade na escola podem influenciar não apenas o comportamento dos alunos, mas também suas identidades e autopercepções. A conformidade com essas normas pode reforçar uma visão específica da sexualidade que é valorizada ou aceitável dentro do contexto escolar.

Além de conformidade, a presença de normas também pode gerar resistência e subversão por parte dos alunos que desafiam ou contestam essas expectativas. Isso

pode ser observado em comportamentos de resistência às normas estabelecidas ou na busca por espaços de expressão alternativos.

A análise das respostas dos alunos sobre a presença de normas implícitas ou explícitas em relação à sexualidade na escola destaca a importância de uma abordagem reflexiva e sensível na gestão das políticas educacionais relacionadas a essa área. A compreensão das normas existentes e a implementação de práticas educacionais que promovam o respeito à diversidade sexual são fundamentais para criar um ambiente escolar inclusivo e que apoie o desenvolvimento integral dos alunos.

Sobre a ideia de formar um grupo no WhatsApp (ou usar o já existente), que é um recurso digital para facilitar a comunicação e compartilhamento de materiais, mostra uma adaptação às necessidades e hábitos dos alunos, promovendo maior interação fora da sala de aula.

Quanto aos desafios encontrados, a inquietação e dispersão dos alunos foram notáveis, com muitos envolvidos em conversas paralelas durante as atividades. Isso indicou a necessidade de estratégias para manter a atenção e engajamento.

O descontentamento expressado por alguns alunos em relação à disciplina de Filosofia, especialmente por acharem os temas "chatos" e "desatualizados", sugere a necessidade de tornar as aulas mais dinâmicas e relevantes para a realidade dos estudantes.

A resposta inicial à discussão sobre sexualidade, marcada por risos e pelo termo sexo, revelou tanto curiosidade quanto complexidade. A resistência de quatro alunos em responder as perguntas sobre sexualidade destacou a sensibilidade e o estigma associados ao assunto, frequentemente visto como proibido ou inapropriado. Isso também pode indicar que eles não queriam se envolver com o tema ou a pesquisa.

A primeira aula revelou uma diversidade de percepções e níveis de engajamento com os temas propostos. A necessidade de adaptar as estratégias pedagógicas para tornar as aulas mais interativas e relevantes foi evidente. A criação de um ambiente seguro e inclusivo para discutir temas sensíveis como sexualidade é crucial para o sucesso das futuras sessões. A abordagem cuidadosa e o estímulo ao pensamento crítico através dos conceitos de Michel Foucault oferecem uma base

sólida, mas é necessário um esforço contínuo para manter o interesse e a participação dos alunos ao longo das intervenções.

Gostaria de relatar também sobre o primeiro encontro, que foi uma experiência bastante angustiante para mim. Estou em readaptação no trabalho devido ao esgotamento mental e aquele momento em sala de aula trouxe-me um mal-estar considerável. Senti enjoo, dor de cabeça, pressão alta e, mesmo tomando medicamentos, tive dificuldades para dormir, culminando em uma crise de ansiedade. Preocupei-me como seriam minhas aulas e reações nos próximos dias em relação à minha saúde mental, pois a turma era barulhenta e gostava muito de conversar. Cheguei a considerar modificar as datas planejadas, reduzir os encontros. No entanto, decidi manter o calendário para o segundo encontro, que ocorreu no dia 05 de abril.

O segundo encontro ocorreu conforme o planejamento inicialmente no dia 5 de abril, uma sexta-feira, com a presença de 28 alunos. Nesse dia, iniciamos uma reflexão crítica sobre sexualidade a partir da perspectiva filosófica de Michel Foucault.

No início da aula, usei um tempo para falar sobre a atividade encaminhada pelo Google Forms e agradei aos estudantes que responderam. Em seguida, apresentei o tema da aula e seu objetivo. Para alcançar o objetivo entreguei uma apostila aos alunos contendo: uma breve biografia de Michel Foucault, destacando sua importância na filosofia contemporânea; alguns conceitos discutidos pelo filósofo. Usamos uma parte do tempo para realizar a leitura do material distribuído. A leitura foi dirigida por mim enquanto os alunos estavam organizados em grupos com 6 e 5 alunos. Decidi direcionar a leitura para ganhar tempo, lendo apenas alguns trechos do que foi entregue e assim fazermos algumas reflexões. Introduzi seu conceito de sexualidade baseado no livro *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Utilizei trechos do capítulo *Nós, Vitorianos* para leitura, incentivando a análise e o debate entre os alunos. A escolha deste capítulo se deve ao fato de que, nele, Foucault discute a repressão sexual da era vitoriana e como a sexualidade foi regulada e controlada pela sociedade. Esta parte é fundamental para compreender a base do argumento de Foucault sobre a sexualidade como uma construção social.

Após debate, pedi aos alunos que fizessem uma breve reflexão sobre como a visão de Foucault sobre sexualidade diferia de suas concepções iniciais e sobre a repressão sexual nos dias atuais. Para encerrar o encontro, direcionei uma atividade pelo *Google Forms* para consolidar o aprendizado e obter feedback sobre a

compreensão do que fora trabalhado na aula.

A atividade semiestruturada pelo Google Forms teve a seguinte pergunta: A partir da leitura e discussão realizada na sala de aula responda: Como Michel Foucault concebe a verdade? Como Foucault concebe a sexualidade? Você concorda ou discorda de Michel Foucault sobre a concepção de sexualidade?

Sobre a segunda aula, foi notável a presença de um número menor de alunos na sala de aula, algo que, segundo o professor da disciplina, é uma ocorrência frequente às sextas-feiras. Ele atribuiu essa ausência à realização da feira de Caruaru, que acontece entre quinta e sexta-feira. Alguns alunos têm pais que possuem bancos na feira, o que pode influenciar sua presença em sala de aula. Além disso, o professor mencionou que alguns alunos podem não ter tanto interesse em estudar, embora eu não tenha investigado essa questão a fundo.

No que diz respeito ao tema da sexualidade sob a perspectiva de Foucault, percebi que essa abordagem era algo novo para os alunos. Durante as discussões, ouvi comentários, como: É por isso que hoje em dia tem tantas pessoas que acham errado falar sobre esse assunto; Por isso, que algumas pessoas falam que tem que casar; evidenciando uma reflexão sobre a liberdade individual em contraposição às normas religiosas. Outro comentário que me chamou atenção foi: Ninguém deveria se meter na vida do outro, cada um deve viver do jeito que gosta; revelando uma preocupação com o respeito.

Por outro lado, muitos alunos ficaram calados, apenas escutando, e quando questionados, alguns relataram que “não sabiam falar”, “vergonha de falar” e “é melhor a senhora explicar”.

Gráfico 16 - Como Michel Foucault concebe a verdade?



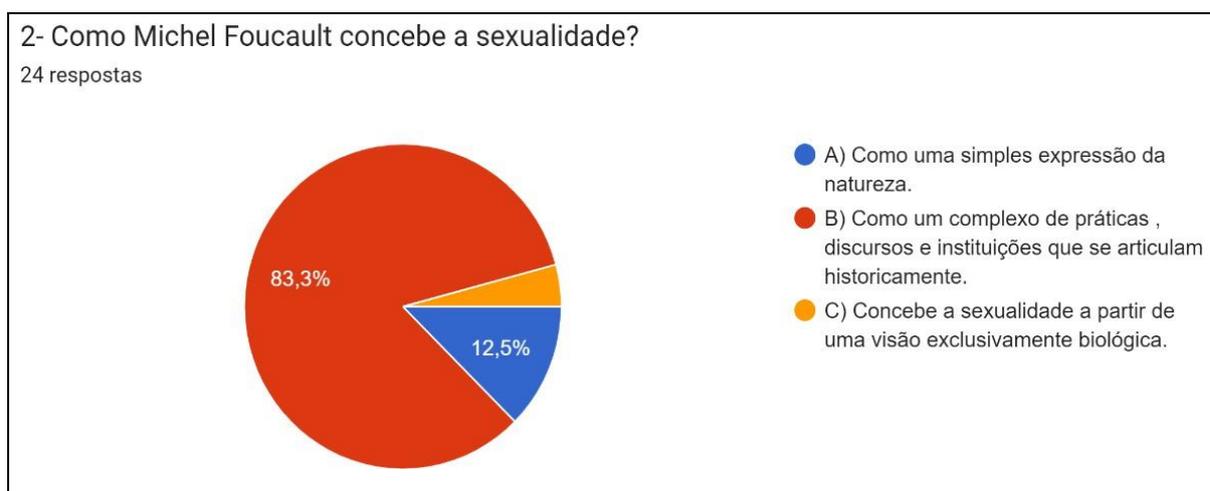
Fonte: elaboração própria.

Na questão 1, a maioria dos alunos (75%) compreendeu corretamente a concepção de verdade de Michel Foucault como uma construção histórica e social. Isso indica que a maioria conseguiu assimilar o conceito chave de Foucault de que a verdade é moldada por contextos históricos e relações de poder, em vez de ser uma entidade fixa e universal.

Uma minoria dos alunos apresentou respostas que refletem uma compreensão incorreta ou confusa sobre o conceito de verdade segundo Foucault, indicando que alguns alunos ainda podem ter dificuldades em diferenciar a visão foucaultiana de outras concepções mais tradicionais e absolutistas de verdade.

Desse modo, a atividade foi eficaz em consolidar o aprendizado da maioria dos alunos, visto que 75% compreenderam corretamente o conceito discutido. No entanto, a presença de respostas incorretas sugere que pode ser necessário reforçar a explicação desses conceitos em aulas futuras, talvez utilizando diferentes métodos pedagógicos para alcançar melhor os alunos que não compreenderam completamente.

Gráfico 17 - Sexualidade em Michel Foucault



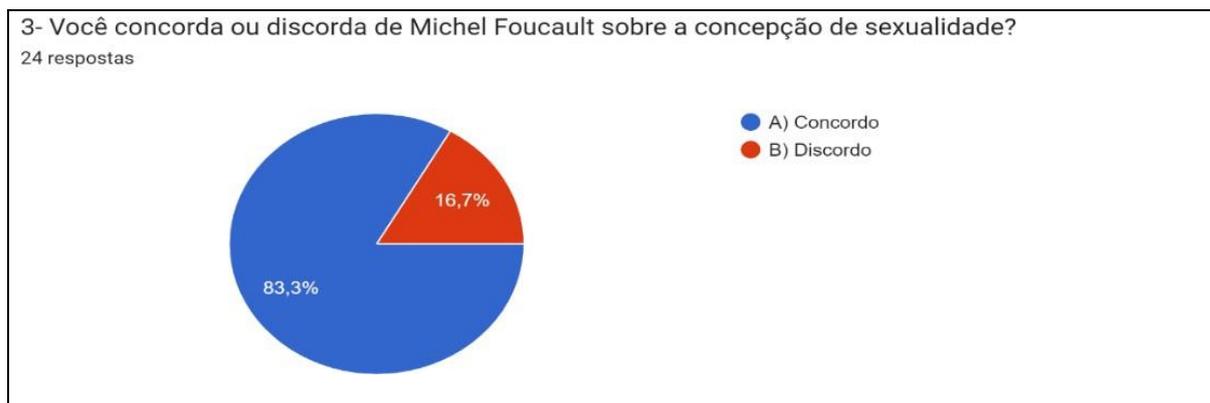
Fonte: elaboração própria.

Na questão 2, a grande maioria dos alunos (83,3%) compreendeu corretamente que Michel Foucault concebe a sexualidade como uma construção social e histórica. Isso indica que a maior parte dos/das estudantes conseguiu assimilar o conceito central da abordagem foucaultiana, que enfatiza a influência das relações de poder, dos discursos e dos contextos históricos na formação da sexualidade.

Uma minoria apresentou respostas que refletem uma compreensão incorreta sobre a concepção de sexualidade segundo Foucault, indicando que alguns discentes estão apegados a concepções tradicionais e naturalistas da sexualidade, que não consideram a complexidade das relações de poder e dos contextos sociais históricos discutidos por Foucault.

A atividade foi bem-sucedida em consolidar o aprendizado da maioria dos alunos, dado que 83,3% compreendeu corretamente o conceito. No entanto, a presença de respostas incorretas sugere a necessidade de reforçar a explicação dos conceitos foucaultianos sobre sexualidade para assegurar que todos os alunos alcancem uma compreensão correta.

Gráfico 18 - Concordância ou não com as ideias de Foucault



Fonte: elaboração própria.

A maioria dos/das estudantes (83,3%) afirmam em concordar com a concepção de sexualidade de Michel Foucault. Isso indica que a abordagem foucaultiana, que vê a sexualidade como uma construção social e histórica influenciada por relações de poder e práticas discursivas, ressoou bem com a maioria dos alunos. Por outro lado, uma minoria (16,7%) não concorda com a concepção de sexualidade de Foucault.

A alta taxa de concordância sugere que a maioria dos discentes conseguiu entender e refletir sobre os conceitos de Foucault apresentados durante a aula.

De modo geral, a atividade pelo *Google Forms* foi eficaz em captar as opiniões dos/as alunos/as e em proporcionar um espaço para que eles expressassem seu acordo ou desacordo com os conceitos discutidos. As respostas divergentes destacam a importância de criar um ambiente de sala de aula onde opiniões diferentes possam ser discutidas e exploradas. Isso pode enriquecer a compreensão de todos os alunos ao expor e discutir pontos de vista variados.

Quanto à participação na atividade dos e das estudantes foi relativamente alta (24 de 28 presentes), o que demonstra um bom engajamento dos alunos na atividade de consolidação. No entanto, considerando o total de 41 alunos, a presença na aula e a participação na atividade também refletem a necessidade de abordar os fatores que influenciam a frequência e o engajamento dos alunos, especialmente em dias como sexta-feira, quando a presença é menor.

A partir do segundo encontro, pode-se concluir que há um impacto do contexto social dos alunos na frequência quando presença reduzida foi atribuída à realização da feira de Caruaru, que influencia a frequência dos alunos às sextas-feiras e quando a ausência de alguns alunos pode estar relacionada à falta de interesse em estudar,

embora essas questões não tenham sido investigadas profundamente.

Percebe-se que a participação foi variada. 10 estudantes participaram ativamente das discussões, enquanto outros permaneceram calados ou expressaram vergonha de falar. Os comentários dos alunos indicaram uma reflexão crítica sobre a liberdade individual e as normas sociais e religiosas, com alguns expressando a importância do respeito e da liberdade pessoal.

A resistência de alguns educandos(as) em falar sobre o assunto e a necessidade de incentivo para a participação também ressaltam a importância de criar um espaço seguro e acolhedor onde todos se sintam à vontade para expressar suas opiniões e dúvidas. A inclusão de atividades que estimulem a reflexão crítica e o diálogo pode contribuir para uma maior compreensão e aceitação das diversas perspectivas sobre sexualidade.

Apesar dos desafios, como a presença reduzida e a variação na participação dos alunos, foi possível observar algum engajamento significativo e comentários que refletiram uma compreensão inicial das ideias de Foucault. A abordagem inovadora do filósofo sobre a sexualidade como construção social despertou em alguns o interesse e provocou discussões relevantes entre os alunos. A atividade final proposta ajudou a consolidar o aprendizado e a captar o entendimento dos alunos sobre o tema.

Desse modo, este segundo momento de intervenção mostrou-se crucial para identificar os desafios e oportunidades na abordagem do tema da sexualidade, reforçando a necessidade de metodologias pedagógicas que promovam o respeito, a inclusão e a reflexão crítica entre os alunos.

4.4 AULA 3 e 4: CONCEITO DE SEXUALIDADE E BIOPODER SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

As intervenções realizadas nos dias 12 e 19 de abril seguiram o planejamento (anexo 2) com o tema Conceito de Sexualidade e Biopoder segundo Michel Foucault.

No dia 12 de abril, realizamos o nosso terceiro encontro de intervenção, contando com a participação de 26 alunos. Conforme observado anteriormente, o número de alunos presentes na escola é menor às sextas-feiras. Além disso, devido aos meus problemas de saúde, e considerando que o professor titular da disciplina

precisava cobrir os conteúdos do currículo, decidi assumir a aula de Filosofia das sextas-feiras para conduzir as intervenções.

Nos primeiros dez minutos de aula, apresentei o tema e os objetivos da sessão. Em seguida, fiz uma breve explanação sobre Michel Foucault e sua importância para a filosofia contemporânea. Reforcei a discussão inicial perguntando novamente aos alunos sobre suas compreensões de sexualidade. Após ouvir algumas respostas, distribuí uma pequena apostila com trechos selecionados do livro *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*.

Realizamos a leitura desses trechos e expliquei a noção de sexualidade segundo Foucault, destacando que ele a percebia não como uma verdade biológica, mas como uma construção social e histórica.

Os trechos sugeridos foram retirados de diferentes seções do livro para proporcionar uma visão um pouco mais ampla do tema, a partir de fragmentos similares ou concordantes. As páginas 9-19, que já foram lidas na aula anterior para introduzir o tema, estabelecem a base da discussão. As páginas 23-41 abordam o discurso sobre sexualidade, enquanto as páginas 72-90 exploram a relação entre sexualidade e poder (usada no quarto encontro).

Neste dia, a turma foi dividida em grupos de 5 alunos cada, exceto um grupo que teve 6 integrantes. Cada grupo recebeu uma ficha de atividade com as seguintes perguntas:

1. Como a sexualidade é tratada na sociedade contemporânea?
2. Quais são os mecanismos de controle da sexualidade que vocês observam no dia a dia?
3. Vocês acham que esses mecanismos são justos? Por quê?

Os grupos foram orientados a discutir entre si e a anotar suas conclusões. Após o período de discussão, cada grupo iniciou a exposição de suas ideias. No final da aula, cada grupo apresentou brevemente suas conclusões, promovendo um enriquecedor debate sobre o tema.

Quadro 16 - indagações

Público alvo		Alunos do 1º ano E da escola Professora Jesuína Pereira Rêgo	
Número de participantes		26 estudantes	
Indagações	Respostas recorrentes		Respostas múltiplas
Como a sexualidade é tratada na sociedade contemporânea?	<p>Grupo C: Ultimamente a gente sempre escuta falar sobre violência contra os gays, contra as mulheres lésbicas e travestis.</p> <p>Grupo D: Todos os dias sai notícias sobre os homens que matam mulheres com ciúmes ou porque elas não querem mais eles.</p> <p>Grupo E: Tudo o povo posta na rede social, então a gente fica informado. Todos os dias matam mulheres. Tem muito caso de preconceito contra gays e lésbicas.</p>		<p>Grupo A: as pessoas tratam com menos vergonha do que no tempo das nossos pais e avós.</p> <p>Grupo B: Nas redes sociais, na televisão, têm muita coisa sobre esse assunto.</p>

Fonte: elaboração própria.

Sobre o grupo A podemos perceber a percepção da vergonha e da liberdade. Destacam uma mudança na forma como a sexualidade é tratada em relação ao passado, observando que as pessoas de hoje em dia sentem menos vergonha em falar sobre o assunto. Esse ponto pode ser analisado à luz das ideias de Michel Foucault sobre a história da sexualidade, quando o filósofo argumenta que a sexualidade sempre foi objeto de controle e regulação, mas a maneira como é discutida e percebida pode mudar ao longo do tempo. A observação do Grupo A sugere uma maior abertura e menos repressão em comparação com gerações anteriores, indicando uma possível transformação nas normas sociais e nos discursos sobre sexualidade.

O grupo B sugere que acreditam em uma visibilidade para as mídias, apontando para a onipresença da sexualidade nas redes sociais e na televisão. Isso pode ser visto

como uma consequência do que Foucault chama de "dispositivos de sexualidade", em que a mídia serve como um mecanismo de difusão de normas e discursos sobre sexualidade. A ampla presença desse tema na mídia pode tanto desafiar quanto reforçar normas sociais, dependendo do conteúdo e do contexto em que é apresentado. Essa visibilidade também pode contribuir para a normalização de discussões sobre sexualidade, mas não necessariamente implica em uma aceitação plena ou em mudanças estruturais significativas.

O grupo C abordou a violência contra as minorias sexuais, mencionando a violência contra pessoas LGBTQIA+, um aspecto crítico que reflete as tensões e os conflitos em torno da sexualidade na sociedade contemporânea, enfatizando que onde há poder, há resistência, e a violência contra minorias sexuais pode ser vista como uma forma de resistência violenta à mudança de normas e à inclusão. Essa violência é um lembrete de que, apesar de avanços em termos de visibilidade e aceitação, ainda existem fortes mecanismos de controle e opressão que atuam contra a diversidade sexual.

O Grupo D traz à tona a questão da violência contra mulheres, muitas vezes relacionada ao ciúme e ao controle, refletindo como a sexualidade e as relações de poder estão intrinsecamente ligadas. A violência de gênero pode ser entendida como uma manifestação extrema do controle patriarcal sobre a sexualidade e a autonomia das mulheres. Essa violência é uma ferramenta de reafirmação de poder e controle, demonstrando como as relações de poder se manifestam fisicamente e mantêm as estruturas de dominação.

Por fim, o Grupo E também menciona a visibilidade de casos de violência e preconceito nas redes sociais, destacando como essas plataformas funcionam como canais de informação. Essa observação pode ser relacionada ao conceito foucaultiano de "panoptismo", onde a constante vigilância (neste caso, pelas redes sociais) pode tanto controlar comportamentos quanto expor injustiças. A divulgação desses casos pode gerar uma maior conscientização pública e potencialmente incentivar mudanças, mas também pode dessensibilizar as pessoas diante da violência cotidiana, dependendo de como essas informações são consumidas e internalizadas.

Destarte, as respostas dos alunos refletem uma sociedade em transformação, em que a sexualidade é cada vez mais discutida e visível, mas que ainda persistem mecanismos profundos de controle, opressão e violência. A perspectiva foucaultiana

nos ajuda a entender que, embora haja avanços em termos de visibilidade e discussão aberta sobre a sexualidade, esses avanços coexistem com resistências e formas de violência que continuam a moldar as experiências e as relações de poder na sociedade contemporânea.

Sobre a pergunta: Quais são os mecanismos de controle da sociedade que vocês observam no dia a dia?, obteve-se as seguintes respostas:

Quadro 17 - mecanismos de controle

<p>Grupo A: Nossos pais dão opinião sobre com quem namorar, sobre o que não pode fazer, como se comportar.</p> <p>Grupo B: As igrejas ficam falando sobre o que pode e que não pode. Julgam muito.</p> <p>Grupo C: No Instagram e no Facebook passa muitas mulheres dançando, rebolando, mostrando o corpo. Tem umas que é plástica. Também tem fotos de homens de academia. A gente fica tudo querendo ser igual a eles, tanto os meninos como as meninas.</p> <p>Grupo D: Quem mais controla é as igrejas, dizendo que nós vamos para o inferno.</p> <p>Grupo E: Tem pais mais livres e tem pais que pegam mais no pé da gente.</p>

Fonte: elaboração própria.

As respostas dos alunos sobre os mecanismos de controle da sociedade refletem diversas influências e fontes de normatização que atuam no dia a dia.

O Grupo A destacou o controle familiar, quando ressalta o papel dos pais como agentes de controle, influenciando escolhas sobre relacionamentos, comportamento e conduta. O que evidencia a perspectiva de Michel Foucault sobre a família poder ser vista como uma instituição disciplinar que internaliza e perpetua normas sociais. Os pais, ao exercerem esse controle, estão reproduzindo valores e normas sociais mais amplas. Isso sugere que o poder é difuso e se manifesta em diferentes níveis da sociedade e o controle familiar é um exemplo de como o poder disciplinar é exercido de maneira capilar.

Os Grupos B e D enfatizam o controle religioso ao mencionarem o papel das igrejas como mecanismos de controle, impondo normas e julgamentos sobre o comportamento. As igrejas, segundo Foucault, podem ser vistas como instituições que

exercem o poder pastoral, orientando e disciplinando os fiéis. Este poder pastoral funciona através de práticas de confissão, aconselhamento e moralização, moldando os comportamentos e as consciências dos indivíduos. A menção ao "inferno" é um exemplo de como o controle religioso pode utilizar o medo e a promessa de salvação como formas de disciplinar os indivíduos.

O Grupo C destaca a influência das redes sociais e da mídia, onde imagens de corpos idealizados e comportamentos são constantemente exibidos. O que reflete a ideia de biopolítica de Foucault, em que o controle social se estende ao corpo e à vida biológica dos indivíduos. A mídia e as redes sociais funcionam como dispositivos de poder que promovem normas de beleza, comportamento e estilo de vida. Este tipo de controle é sutil e se manifesta através do desejo de conformidade e da internalização de ideais impostos pela sociedade do espetáculo.

O Grupo E nota que há variações no grau de controle exercido pelos pais, com alguns sendo mais liberais e outros mais rigorosos. Isso demonstra a heterogeneidade na aplicação das normas disciplinares dentro do núcleo familiar, além de ponderar que o poder é relacional e situacional, variando conforme contextos específicos. A diferença na abordagem dos pais reflete essa variabilidade na forma como o poder disciplinar é exercido e experimentado pelos indivíduos.

Das respostas dos alunos depreende-se que os mecanismos de controle na sociedade contemporânea são múltiplos e diversificados, abrangendo a família, as instituições religiosas e a mídia. A perspectiva foucaultiana nos ajuda a entender que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, moldando subjetividades, comportamentos e corpos de maneira contínua e capilar. As diferentes fontes de controle mencionadas pelos alunos — família, igreja e mídia — ilustram como o poder se manifesta em várias esferas da vida, disciplinado e normatizando os indivíduos através de uma rede complexa de influências e práticas. Sobre a questão: Vocês acham que esses mecanismos são justos? Por quê?, seguem as respostas:

Quadro 18 - mecanismos justos?

Grupos A: é injusto o controle porque as pessoas não têm liberdade para ser o que quiserem ser, e são maltratadas por serem diferentes.

Grupo B: é injusto. Cada deve ser o que quiser. Só quem deve julgar é Deus.

Grupo C: é injusto porque nossos pais já viveram a vida deles, agora querem controlar a nossa.

Grupo D: é injusto. Os mais errados é o povo das igrejas que querem ser santos. Mas tem muito padre e pastor fazendo coisas erradas, abusando de mulheres e de crianças. Sempre sai notícia na internet.

Grupo E: é injusto. O certo é só orientar, mostrar o que é certo e errado, e as consequências

Fonte: elaboração própria.

As respostas dos alunos sobre a justiça dos mecanismos de controle refletem uma percepção crítica e uma rejeição do controle excessivo, destacando a importância da liberdade individual. Analisando essas respostas à luz das teorias de Michel Foucault sobre poder, disciplina e controle, podemos entender melhor as nuances dessas percepções.

O Grupo A considera o controle injusto porque limita a liberdade das pessoas e leva ao maltrato daqueles que são diferentes. Essa perspectiva alinha-se com a crítica de Foucault às instituições e práticas sociais que disciplinam e normatizam os indivíduos, frequentemente marginalizando e punindo aqueles que não se conformam às normas estabelecidas. Como já vimos em outro momento, Foucault argumenta que as relações de poder são onipresentes e que a resistência a essas formas de controle é uma parte inerente da dinâmica do poder. A percepção de injustiça aqui está ligada à repressão das identidades e à punição da diferença.

No Grupo B, os estudantes também veem o controle como injusto, argumentando que cada pessoa deve ser livre para ser quem quiser e que apenas Deus deve julgar. Esta resposta reflete uma rejeição da autoridade humana para julgar e controlar, propondo uma moralidade baseada em crenças religiosas onde o julgamento final cabe a uma entidade divina, sugerindo uma resistência a essa forma de poder, advogando por uma autonomia individual que transcende os julgamentos terrenos.

A resposta do Grupo C considera o controle dos pais injusto, argumentando que os pais, tendo vivido suas próprias vidas, agora querem controlar a vida dos filhos.

Este ponto de vista destaca a percepção de que o poder disciplinar dentro da família é uma forma de imposição das normas e valores dos pais sobre os filhos, sem levar em conta a autonomia e a individualidade dos jovens. Na perspectiva foucaultiana, isso exemplifica como o poder é exercido de maneira capilar, onde a resistência surge como uma resposta natural ao desejo de autonomia e autodefinição.

O Grupo D critica particularmente a hipocrisia dentro das instituições religiosas, apontando para casos de abuso por parte de padres e pastores. Essa resposta reflete uma profunda desconfiança nas instituições que pregam normas morais enquanto, ao mesmo tempo, alguns de seus membros cometem atos contrários a essas normas, reconhecendo que o poder é frequentemente exercido de maneira corrupta e abusiva. A percepção de injustiça aqui está relacionada à discrepância entre os discursos morais e as práticas reais.

Por fim, o Grupo E acredita que o controle é injusto quando se impõe, mas vê a orientação como justa, sugerindo que o papel das figuras de autoridade deveria ser mostrar o que é certo e errado e as possíveis consequências, deixando a decisão final para os indivíduos. Esta resposta propõe um modelo de poder mais pedagógico e menos coercitivo, alinhando-se com a ideia foucaultiana de que o poder não precisa ser necessariamente repressivo. A orientação é vista como uma forma mais justa de exercer influência, respeitando a autonomia dos indivíduos.

Em termos de conclusão, as respostas dos/das discentes apontam para uma crítica aos mecanismos de controle, enfatizando a importância da liberdade individual e a injustiça percebida na imposição de normas e valores. A análise foucaultiana nos ajuda a entender que essas percepções de injustiça são reflexões da resistência ao poder disciplinar, seja exercido pela família, pelas instituições religiosas ou pela sociedade em geral. As respostas indicam uma consciência crítica das dinâmicas de poder e uma valorização da autonomia e autodefinição, resistindo às formas de controle que consideram injustas.

O quarto encontro ocorreu no dia 19 de abril, com a presença de 27 alunos. Dando continuidade ao planejamento 2, introduzimos o conceito de biopoder. Nesse dia, os alunos demonstraram bastante inquietação, especialmente porque a aula de sexta-feira ocorre após o intervalo e eles levam alguns minutos para se concentrarem. Perdemos um pouco do tempo inicial, mas dei-lhes um momento para se acalmarem antes de prosseguir com a intervenção.

Iniciamos a aula explicando o conceito de biopoder segundo Michel Foucault e discutimos sobre como a sexualidade pode ser utilizada como meio de regular a vida das pessoas e manter o controle social. Utilizamos a leitura de trechos das páginas 72-90 do livro *História da Sexualidade: a vontade de saber* para embasar nossa discussão e também explorarmos questões de saúde pública que estão relacionadas ao controle da sexualidade.

Por fim, instigamos uma reflexão oral e escrita sobre como o biopoder se manifesta na sociedade atual, ressaltando a importância de uma abordagem filosófica para desenvolver um pensamento crítico sobre sexualidade e biopoder. Durante essa discussão, recebemos diversas respostas significativas.

Um aluno destacou que o biopoder se manifesta na pressão para ter uma determinada aparência física, mencionando a influência das redes sociais, especialmente do Instagram, na disseminação de padrões estéticos inatingíveis. Outro aluno abordou o controle exercido pela família sobre o comportamento dos filhos, especialmente no que diz respeito ao início dos relacionamentos amorosos.

Além disso, foi mencionada a influência das propagandas que promovem o uso de preservativos durante o carnaval, evidenciando como o biopoder se entrelaça com questões de saúde pública e controle estatal.

A partir dessa última observação, surgiu uma oportunidade para refletir sobre como o Estado está presente em nossas vidas, influenciando nossas vontades e desejos, ao mesmo tempo em que exerce controle sobre a saúde pública e a taxa de natalidade. Vejamos algumas respostas sobre a pergunta: Como vocês acham que o conceito de biopoder se aplica à nossa sociedade atual?

Quadro 19 - conceito de biopoder

Grupo A: Em casa os pais ficam querendo controlar a vida dos filhos, é hora para comer, para ir estudar, para brincar. Essas coisas.

Grupo B: A mídia mostra muitas mulheres e homens fazendo plásticas, colocando botox e harmonização facial. E os dentes sempre bem branquinhos.

Grupo C: Na escola tem hora para chegar, para sair. Não pode isso, não pode aquilo.

Grupo D: A professora falou da indústria da beleza, e achamos importante porque muita gente tenta ficar naquele modelo de beleza sem condições financeiras e acaba prejudicando a saúde ou até morrendo. Tudo para ter um padrão de corpo.

Grupo E: Os governos mandam vacinas para as mães vacinarem as crianças. Também tem as campanhas para usar preservativo para não pegar doenças. Mas, tem gente que não quer vacinar os filhos.

Fonte: elaboração própria.

Cada grupo elencou, na concepção dos mesmos, diferentes aspectos de controle e regulamentação da vida cotidiana que ilustram a presença do biopoder.

O Grupo A destacou o controle da família. Para eles, o controle exercido pelos pais sobre os horários e atividades dos filhos é um exemplo clássico de disciplina. Na perspectiva de Foucault, a família é uma das primeiras instituições de controle em que os indivíduos são treinados a seguir normas e regulamentos. Essa disciplina cotidiana molda os comportamentos e hábitos desde a infância, preparando os indivíduos para se ajustarem às normas sociais mais amplas.

O Grupo B mencionou a influência da mídia e padrões de beleza. Na visão desses estudantes, a mídia e a indústria da beleza promovem padrões específicos de aparência física, que muitas pessoas sentem a pressão de alcançar. Este é um exemplo do biopoder atuando através da normatização dos corpos. As práticas estéticas, como cirurgias plásticas e tratamentos de beleza são maneiras de disciplinar os corpos para que se conformem a certos ideais. Essa normatização não só impõe padrões de beleza, mas também gera uma indústria lucrativa baseada na modificação corporal.

Para o Grupo C, as escolas são instituições onde o biopoder se manifesta de forma evidente. O regimento de horários e as regras de comportamento são exemplos de como a disciplina é aplicada para moldar a conduta dos alunos.

No Grupo D, o destaque é para indústria de beleza e os riscos à saúde. A resposta enfatiza as consequências extremas do biopoder exercido pela indústria da beleza. A busca por padrões de beleza inatingíveis pode levar a graves riscos à saúde, incluindo procedimentos médicos perigosos, resultando em práticas que ameaçam a integridade física dos indivíduos, ou seja, o biopoder não é apenas sobre regulação da vida, mas também sobre o controle do corpo e da saúde.

O Grupo E evidencia a questão da saúde pública e a vacinação. A saúde pública é um dos principais campos onde o biopoder se manifesta. Campanhas de vacinação e de uso de preservativos são exemplos de como o Estado intervém na vida dos indivíduos para promover a saúde da população. No entanto, a resistência à vacinação mostra a tensão entre o controle estatal e a autonomia individual. A recusa de vacinar os filhos ilustra a resistência ao biopoder, destacando as complexas dinâmicas de poder e resistência na sociedade contemporânea.

Dessa maneira, as respostas dos alunos ilustram claramente como o biopoder se aplica em diversas esferas da vida cotidiana, desde o controle familiar e escolar até a influência da mídia e as políticas de saúde pública. A perspectiva foucaultiana nos ajuda a entender que essas formas de controle são maneiras pelas quais a sociedade regula e normatiza os corpos e comportamentos dos indivíduos, muitas vezes com consequências significativas para a liberdade e a saúde pessoal. A resistência a essas formas de controle também faz parte da dinâmica do poder, mostrando que os indivíduos constantemente negociam e contestam as formas de regulação que enfrentam.

De modo geral, nessa aula 4, apesar de alguns estudantes ficarem calados na discussão oral, pode-se concluir que houve uma significativa interação e reflexão por parte dos(as) alunos(as) sobre o tema do biopoder e sua relação com a sexualidade na sociedade contemporânea. Apesar da inquietação inicial, decorrente do horário e da dinâmica da sexta-feira após o intervalo, demonstraram engajamento e participação ativa durante a discussão. A introdução do conceito de biopoder, fundamentado nas ideias de Michel Foucault, proporcionou uma compreensão mais profunda sobre como a sexualidade pode ser utilizada como ferramenta de controle social.

Ao explorar os trechos selecionados do livro *História da Sexualidade: a vontade de saber*, os alunos puderam refletir sobre as implicações do biopoder na vida cotidiana, especialmente em questões relacionadas à saúde pública e aos padrões estéticos impostos pela sociedade. As respostas dos alunos revelaram uma compreensão crítica e sensível sobre as influências do biopoder em diversos aspectos de suas vidas, como nas pressões para atender a determinados padrões de beleza e no controle exercido pela família sobre seus relacionamentos.

A discussão sobre a manifestação do biopoder na sociedade atual permitiu uma reflexão sobre as dinâmicas sociais e políticas que permeiam o controle estatal sobre a sexualidade e a saúde pública. As respostas dos alunos evidenciaram a complexidade dessas questões e ressaltaram a importância de uma abordagem filosófica para desenvolver um pensamento crítico e questionador diante desses temas.

Assim, o quarto encontro de intervenção proporcionou não apenas uma ampliação do conhecimento teórico, mas também estimulou uma reflexão ativa e participativa dos alunos sobre as questões éticas e sociais envolvendo a sexualidade

e o poder na contemporaneidade.

4.5 AULA 5 e 6: CONCEITO DE BIOPODER E DISCIPLINA SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

As aulas 5 e 6 foram realizadas nos dias 26 de abril e 03 de maio, seguindo o plano de aula em anexo (anexo 3). Elas foram realizadas para aprofundar a compreensão do conceito de biopoder e introduzir o conceito de disciplina segundo Michel Foucault, buscando estimular uma reflexão crítica sobre os mecanismos de controle social e suas implicações na vida cotidiana dos alunos.

Na aula 5, tivemos a presença de 28 alunos. Foi notável mais uma vez que os alunos retornaram do recreio bastante dispersos, o que demandou um certo período para que conseguissem se concentrar. Foi necessário chamar a atenção deles algumas vezes para direcionar o foco para a aula.

Ao iniciar a aula, fiz uma breve explanação sobre o conceito de biopoder e suas implicações sociais, como saúde, educação e sexualidade. Em seguida, lemos trechos do livro "Microfísica do Poder" do filósofo Michel Foucault para ilustrar e aprofundar o conceito de biopoder. Retomamos a discussão sobre a aplicação desse conceito na sociedade atual, especificamente na questão da sexualidade.

Nessa aula, a participação dos alunos foi mais voltada para a leitura e apenas quatro alunos quiseram falar verbalmente sobre o assunto. Um aluno expressou sua preferência por explicações da professora, dizendo: Eu estou gostando dessas aulas, mas acho melhor quando a senhora explica, por isso a gente prefere não falar. Insisti na pergunta sobre como o biopoder se manifesta na questão da sexualidade e um aluno levantou a mão e disse: Pelo que estou entendendo até agora, o governo está mais preocupado com a questão da saúde, pois as propagandas na televisão falam sobre o uso de camisinha para prevenir doenças e gravidez. Não há propagandas sobre pessoas homossexuais, por exemplo e sobre os muitos homossexuais que são mortos ou sobre as famílias que não aceitam filhos gays. Uma aluna continuou falando: nas novelas, essas coisas são abordadas. Outro aluno pontuou: Quem fala sobre a violência são os jornais.

A partir dessas interações e reflexões, percebe-se que os alunos começaram a compreender como o biopoder se manifesta na questão da sexualidade, relacionando-

o a aspectos de saúde, representação de identidade e violência.

Concluí a aula explanando sobre a importância de estarmos continuamente refletindo sobre as implicações do biopoder nos comportamentos e sobre a importância de respeitar as diferenças.

Na sexta aula, nosso objetivo foi introduzir o conceito de disciplina sob a perspectiva foucaultiana e estimular uma reflexão crítica sobre os mecanismos de controle social em relação aos corpos e comportamentos. Iniciamos com uma explicação do conceito de disciplina segundo Foucault (1999), utilizando trechos do livro *Vigiar e Punir* para embasar essa explicação.

Após a leitura, promovemos uma discussão sobre como a disciplina é exercida por meio da vigilância e do controle. Em seguida, propusemos uma atividade em grupo, dividindo a turma em 5 grupos de 5 alunos cada. Respeitando a decisão de 2 alunos que optaram por apenas ouvir os colegas, entregamos uma ficha para cada grupo contendo três perguntas:

1. Como vocês acreditam que o conceito de disciplina é aplicado na sociedade atual, especialmente em relação à questão da sexualidade?
2. Quais mecanismos de vigilância e controle vocês percebem ao seu redor?
3. De que forma esses mecanismos influenciam o comportamento e as escolhas das pessoas?

Os grupos tiveram a oportunidade de discutir entre si, registrar suas opiniões e, em seguida, um aluno de cada grupo leu as respostas para a classe. Sobre a pergunta “Como vocês acreditam que o conceito de disciplina é aplicado na sociedade atual, especialmente em relação à questão da sexualidade?”

Quadro 20 - disciplina e sociedade

<p>Grupo A: Na escola existe uma proibição de namoro nos corredores para os alunos.</p> <p>Grupo B: Em casa, muitas vezes, os pais não querem que suas filhas comecem a namorar muito cedo</p> <p>Grupo C: Em casa, há restrições em relação a namorar determinadas pessoas.</p> <p>Grupo D: Os pais que tentam controlar a forma de se vestir, pois acreditam que as roupas podem transmitir mensagens indesejadas.</p> <p>Grupo E: A sociedade critica muito quem é gay, e que às vezes os pais têm medo de que seus filhos sejam gays ou lésbicas.</p>

Fonte: elaboração própria.

Na resposta do Grupo A, identifica-se que, para eles, nas escolas, a proibição de namoro nos corredores é um exemplo claro de disciplina, onde o comportamento dos alunos é regulado para manter a ordem e o controle. Esta proibição específica sugere controlar as interações sociais e sexuais dos alunos, impondo limites sobre onde e como certas atividades podem ocorrer, refletindo o desejo de manter um ambiente considerado apropriado e produtivo para a educação.

No Grupo B, o controle dos pais sobre quando suas filhas podem começar a namorar exemplifica o exercício da disciplina dentro da família. Segundo Foucault, a família é um microcosmo onde os pais exercem poder disciplinar sobre os filhos, regulando seus comportamentos e desenvolvimento. Essa prática reflete preocupações sociais sobre a moralidade, a proteção das filhas e a preparação para a vida adulta, impondo normas sobre o comportamento sexual adequado e esperado.

Entre o Grupo C, as restrições impostas pelos pais sobre com quem os filhos podem namorar são uma forma de disciplina que visa manter certas normas sociais e culturais. Foucault (1999) sugere que o poder disciplinar se manifesta na regulação das relações pessoais para reforçar valores familiares e sociais. Ao controlar com quem os filhos podem se relacionar, os pais procuram proteger a reputação da família e garantir que os relacionamentos estejam em conformidade com expectativas culturais e sociais.

Para o Grupo D, o controle dos pais sobre a vestimenta dos filhos é outra manifestação do poder disciplinar sobre o corpo e sua apresentação. Regulando a

vestimenta, os pais tentam prevenir comportamentos ou interpretações sociais que consideram inadequados ou perigosos, impondo normas de modéstia e decoro que refletem valores culturais sobre gênero e sexualidade.

Por outro lado, o Grupo E mostra que a crítica social à homossexualidade e o medo dos pais de que seus filhos sejam gays ou lésbicas exemplificam como a disciplina se estende à regulação da sexualidade. Aqui a sexualidade é um campo central para a aplicação do poder disciplinar, em que normas heteronormativas são reforçadas através de práticas discursivas e sociais. A estigmatização e a crítica social funcionam como mecanismos disciplinares que visam conformar os comportamentos sexuais às expectativas hegemônicas, enquanto o medo parental reflete a internalização dessas normas e a preocupação com a conformidade social.

Diante do exposto, as respostas dos alunos mostram como o conceito de disciplina em Foucault se aplica de várias maneiras na sociedade contemporânea, particularmente em relação à sexualidade. As práticas disciplinares observadas nas escolas, nas famílias e na sociedade em geral refletem um esforço contínuo para regular e normatizar comportamentos sexuais e relacionamentos, reforçando normas sociais e culturais específicas. Essas formas de controle não apenas moldam o comportamento individual, mas também perpetuam estruturas de poder que definem o que é considerado aceitável ou desviado, afetando a liberdade e autonomia dos sujeitos.

Ainda nesta aula, foi proposta uma atividade opcional para ser realizada em casa: assistir ao filme "Moulin Rouge!", disponível no *YouTube*, dirigido por Baz Luhrmann, para discutirmos nos dez minutos iniciais do próximo encontro. A escolha deste filme se deve ao seu conteúdo cinematográfico rico em temas e significados, que oferece um terreno fértil para explorar os conceitos de liberdade sexual e repressão, gênero e poder, estigma e aceitação. Esta escolha seria relevante para a proposta de intervenção em nossa aula. Eu assisti a este filme durante minha época de estudante e, devido à forte impressão que ele me causou, decidi compartilhá-lo com os alunos.

No entanto, apenas três alunos assistiram ao filme indicado, o que tornou inviável a realização da reflexão planejada. Não tive a oportunidade de investigar os motivos pelos quais os demais alunos não assistiram. Desse modo, a atividade não alcançou o efeito desejado, o que sugere que também pode ter sido uma falha de

planejamento minha.

4.6 AULA 7 e 8: DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS, ÉTICA SEXUAL E RELAÇÕES DE PODER, EDUCAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO

Para os encontros 7 e 8 o tema foi Desconstrução de Estereótipos e Preconceitos, Ética Sexual e Relações de Poder, Educação Sexual e Inclusão. O objetivo desses dois encontros foi promover a reflexão crítica sobre estereótipos e preconceitos relacionados à sexualidade, discutindo ética sexual, relações de poder, educação sexual inclusiva, a partir dos conceitos de Michel Foucault. Veja o planejamento em anexo (anexo 4).

Conforme planejado, dei início a aula 7 apresentando o tema “Desconstrução de Estereótipos e Preconceitos, Ética Sexual e Relações de Poder, Educação Sexual e Inclusão” dos encontros 7 e 8, bem como os objetivos.

A sétima aula ocorreu no dia 10 de maio. Nesse dia, percebi que os alunos estavam mais calmos após o intervalo e não tive problemas de comportamento para iniciar o trabalho. Após introdução, recapitulamos os conceitos de sexualidade, biopoder e disciplina estudados em aulas anteriores. Também expliquei sobre a importância da desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados à sexualidade.

Nessa fase da aula, observei que duas alunas falaram entre si sobre religião. Incentivei-as a compartilhar suas opiniões com a classe. Embora inicialmente hesitantes, assegurei-lhes que a sala de aula é um espaço seguro para expressar opiniões sem o receio de represálias. Foi então que uma delas decidiu falar: "Professora, mas Deus criou o homem e a mulher". Diante disso, questionei se, em sua visão, a relação sexual deveria ser exclusivamente entre um homem e uma mulher. Uma delas respondeu: "Acho que sim, porque senão, a espécie humana deixaria de existir".

Retomei o questionamento: Vocês acreditam que as pessoas se envolvem em atividades sexuais apenas para ter filhos? A resposta que se seguiu foi: Não, é porque gostam. Diante disso, solicitei a todos que refletissem sobre o seguinte: se o ato sexual é motivado pelo prazer, não se limita apenas à questão da reprodução da espécie, mas envolve sentimentos, consensualidade e prazer. Portanto, estariam erradas as

pessoas que praticam sexo sem o objetivo de reprodução? Seria nosso papel julgar, maltratar ou violentar alguém por não seguir essa diretriz de reprodução ou do que Deus criou?

A sala ficou em silêncio por um tempo. Então falei que esse momento era um momento de reflexão e que poderíamos pensar e repensar as nossas atitudes. Aproveitei para falar da importância de ler, para podermos legitimar nossos pensamentos, resignificá-los ou para desconstruí-los. Também aproveitei o momento para fazer a seguinte pergunta: Quais estereótipos e preconceitos sobre sexualidade vocês observam na sociedade?

Alguém levantou a mão e perguntou sobre o que é estereótipo, sendo explicado por mim. Algumas respostas sobre a pergunta foram: mulher dirige mal, os homens querem ganhar mais do que as mulheres, tem gente que insulta os gays e as sapatões, os/as crentes acham tudo errado, só querem ser santos”, “professora, machismo é um preconceito, né?

As respostas dos alunos revelam uma consciência de vários estereótipos e preconceitos presentes na sociedade brasileira, especialmente aqueles relacionados à sexualidade e ao gênero. O que podemos chegar a algumas conclusões:

Que há estereótipo de gênero quando ressaltaram que mulher dirige mal e os homens querem ganhar mais do que as mulheres. Essas crenças perpetuam a ideia de que existem habilidades ou comportamentos inerentes a um determinado gênero.

Percebemos também a homofobia na fala “tem gente que insulta os gays e as sapatões”. Isso mostra que ainda há muito preconceito e discriminação contra pessoas que não se enquadram na norma heterossexual.

Observa-se também a questão do preconceito religioso na afirmação de que os/as crentes acham tudo errado, só querem ser santos. Veja que certas crenças são usadas para julgar e condenar comportamentos e identidades sexuais que não se alinham com suas doutrinas.

A pergunta: Professora, machismo é um preconceito, né?, mostra que os alunos estão começando a entender o conceito de machismo e a reconhecer que é uma forma de preconceito.

Essas respostas indicam que alguns discentes estão cientes de várias formas

de preconceito e estereótipos na sociedade. Isso é um bom ponto de partida para discussões mais profundas sobre como esses preconceitos e estereótipos afetam as pessoas e como podem ser combatidos. Esse momento também foi importante para lembrar que essas atitudes podem ter impactos significativos na vida das pessoas, incluindo sua saúde mental, seu bem-estar e seus direitos humanos.

Durante essa aula, ainda foi questionado se eles conseguiam estabelecer uma relação entre os conceitos de sexualidade, biopoder e disciplina, e as questões de estereótipos e preconceitos. Diante do silêncio, propus a seguinte questão: Vocês acreditam que religiões, famílias, o Estado, a medicina e a sociedade influenciam nosso comportamento e nossos preconceitos? A resposta foi um coro de "sims", embora não tenham fornecido justificativas para suas respostas.

O encontro foi concluído com a leitura e análise de um excerto do livro *Microfísica do Poder*, que aborda questões sobre normas e controle dos corpos. Além disso, foi entregue uma atividade escrita para que respondessem em grupo e que continha a pergunta previamente discutida em sala: Quais estereótipos e preconceitos sobre sexualidade vocês observam na sociedade? Observe as respostas escritas:

Quadro 21 - sobre estereótipos e preconceitos

<p>Grupo A: estereótipo - homens dirigem melhor do que as mulheres; um preconceito: mulher no volante, perigo constante.</p> <p>Grupo B: estereótipo – todo gay é efeminado; preconceito – homofobia.</p> <p>Grupo C: estereótipo – todo enfermeiro é gay; preconceito – homofobia.</p> <p>Grupo D: estereótipo – os gays e as lésbicas não podem ser pais e mães, mas são; preconceito – não poder casar com gente do mesmo sexo.</p> <p>Grupo E: estereótipo – toda mulher que joga futebol é lésbica; preconceito – homofobia.</p>

Fonte: elaboração própria.

Analisando a resposta do Grupo A, concluiu-se que esses exemplos destacam como a disciplina e a normalização operam através de estereótipos de gênero. Foucault argumenta que as normas sociais são impostas para manter a ordem e o controle. No caso de gênero, essas normas reforçam a ideia de que os homens são superiores às mulheres em certas habilidades, como dirigir. Esse estereótipo é mantido e reforçado através de discursos sociais que influenciam a percepção pública

e a autoimagem das mulheres, limitando suas oportunidades e reforçando a desigualdade de gênero.

Na resposta do grupo B, podemos levar em consideração a ideia que Foucault descreve como a sexualidade é regulada através de práticas discursivas que definem o que é considerado "normal" e "anormal". O estereótipo de que todo gay é efeminado reduz a diversidade de expressões de gênero entre homens gays e reforça a homofobia, que é um mecanismo de disciplina que marginaliza aqueles que não se conformam com as normas heteronormativas. Este controle é exercido tanto através de instituições (como a família e a escola) quanto através de discursos sociais que perpetuam a discriminação e a violência contra pessoas LGBTQIA+.

No Grupo C o estereótipo citado reflete a normatização das profissões associadas a gêneros e sexualidades específicas. Aqui, a divisão do trabalho e a disciplina são usadas para reforçar as normas sociais. A suposição de que todo enfermeiro é gay desvaloriza a diversidade dentro da profissão e perpetua a homofobia, marginalizando os indivíduos que não se encaixam nas expectativas heteronormativas e sexistas da sociedade.

Entre o grupo D, podemos perceber o discurso de Foucault sobre como a biopolítica se preocupa com a regulação da vida e da população. O estereótipo de que gays e lésbicas não podem ser pais reforça normas heteronormativas que negam a legitimidade das famílias LGBTQIA+. A proibição ou dificuldade de casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma forma de biopoder que regula quem pode formar famílias e como elas devem ser estruturadas. Esse controle busca manter a conformidade com normas heterossexuais e limita a liberdade de expressão e formação de laços familiares para pessoas LGBTQIA+.

No contexto do esporte, que focalizou o Grupo E, percebe-se também o discurso de Foucault que descreve como a disciplina e a normalização são usadas para moldar corpos e comportamentos. O estereótipo de que todas as mulheres que jogam futebol são lésbicas reforça normas de gênero que associam certos esportes à masculinidade e à heterossexualidade. Este estereótipo é uma forma de controle social que marginaliza mulheres atletas e perpetua a homofobia, criando um ambiente em que a diversidade de orientação sexual é desvalorizada e estigmatizada.

Pode-se concluir que as respostas dos alunos ilustram como os estereótipos e

preconceitos sobre sexualidade são mecanismos de controle e disciplina que perpetuam normas sociais e reforçam a marginalização de grupos minoritários. Através dos conceitos de Foucault, podemos entender como esses mecanismos operam de maneira sutil e disseminada, influenciando comportamentos, atitudes e políticas que regulam a vida das pessoas. Combater esses estereótipos e preconceitos requer uma conscientização crítica sobre como o poder é exercido e mantido, bem como um compromisso com a promoção da igualdade e da diversidade em todas as esferas da vida social.

O oitavo momento de intervenção ocorreu no dia 17 de maio. Chegando a esse momento bem cansada mentalmente, mas, na batalha de poder contemplar toda a proposta. Neste dia, a frequência foi de 27 alunos. Foi explanado sobre o que trabalharíamos: ‘Ética sexual e Relações de poder’. Para essa aula foi selecionado um trecho da obra de Foucault *História da Sexualidade: a vontade de saber*, páginas 94-96, em que a proposta foi realizar uma leitura e análise dos trechos na perspectiva de discutirmos sobre as relações de poder e sexualidade.

Antes da leitura dos trechos propostos fiz uma breve explanação em que foi abordado que a ética sexual é um conceito que envolve a reflexão sobre os princípios e valores morais relacionados à sexualidade humana. É uma área de estudo que busca compreender as normas, valores e comportamentos éticos que orientam as relações sexuais e afetivas.

A ética sexual pode variar de acordo com diferentes perspectivas culturais, religiosas e filosóficas. Por exemplo, algumas abordagens éticas podem enfatizar a importância do consentimento, do respeito mútuo e da igualdade nas relações sexuais. Outras perspectivas podem se basear em princípios religiosos ou em normas sociais específicas.

Foi ressaltado que a ética sexual não se limita apenas à atividade sexual em si, mas também abrange questões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual, contracepção, educação sexual, entre outros aspectos. Em resumo, foi exposto que a ética sexual busca refletir sobre os valores e princípios que norteiam as decisões e comportamentos relacionados à sexualidade, levando em consideração aspectos como respeito, consentimento, igualdade e responsabilidade.

Durante a atividade descrita, a sala foi dividida em 5 grupos, sendo 3 grupos

com 5 alunos cada e 2 grupos com 6 alunos. Realizou-se a leitura de trechos selecionados e, em seguida, os alunos foram convidados a refletir sobre como as relações de poder afetam a ética sexual na sociedade atual. No entanto, houve silêncio em resposta a essa pergunta inicial.

Diante disso, foi questionado se eles já tinham ouvido falar de casos de assédio sexual em lugares públicos, como escola, igreja e empresa. Um aluno mencionou que ter visto nas redes sociais que ultimamente muitos pastores estão estuprando as mulheres nas igrejas evangélicas; enquanto outra aluna mencionou que há muitos chefes que assediam suas funcionárias.

Em relação aos estupros, foi perguntado se eles ocorrem apenas em igrejas evangélicas ou em outros lugares também. Uma aluna respondeu que há muitas crianças sendo estupradas por membros da própria família.

A partir dessa resposta, foi aproveitada a oportunidade para discutir o aumento dos casos de estupro envolvendo crianças e adolescentes no país, bem como a importância do consentimento nas relações sexuais, a necessidade de informações adequadas, a reflexão sobre valores e o respeito mútuo. Também foi introduzida a importância da educação sexual inclusiva e os desafios enfrentados por aqueles que vivem uma sexualidade que não se enquadra na norma heteronormativa. Nessa última questão, foi aproveitada a oportunidade para discutir o aumento de crimes contra homossexuais e travestis.

Essa discussão permitiu abordar a influência das relações de poder na ética sexual, destacando como essas relações moldam as interações e afetam a segurança e o bem-estar das pessoas.

Após essa etapa, solicitei que cada grupo elaborasse uma proposta de atividade inclusiva para a educação sexual, concedendo-lhes um tempo de 5 minutos para a tarefa. O tempo foi curto e os alunos pediram exemplos e explicações adicionais. Rapidamente, falei sobre a realização de rodas de conversa para abordar preconceitos, a importância da participação da família na escola, a relevância de entender a sexualidade em diferentes épocas e sociedades e a necessidade de a escola implementar políticas de apoio ao grupo LGBTQIA+ devido à evasão escolar e ao preconceito que muitos enfrentam nesse ambiente.

Após essa breve explanação, os grupos elaboraram suas propostas e fizeram

a leitura de suas respectivas ideias. Em seguida, perguntei se alguém gostaria de destacar os pontos positivos das propostas dos colegas e sugerir possíveis melhorias, mas nenhum aluno se manifestou. A seguir, vejamos as propostas:

Quadro 22 - sugestões de melhorias

Grupo A: Fazer rodas de conversas sobre Preconceitos contra Homossexuais várias vezes ao ano, tornando-se um hábito para reduzir o preconceito entre os alunos.

Grupo B: Organizar um grupo de apoio para alunos homossexuais vítimas de preconceito, auxiliando-os na escola e fora dela para que não desistam de estudar.

Grupo C: Oferecer aulas sobre a história da sexualidade para que os alunos entendam como a sexualidade era percebida em diferentes épocas.

Grupo D: Oferecer aulas sobre os direitos das pessoas em relação à sua sexualidade.

Grupo E: Chamar os pais à escola para receberem aulas sobre como não educar seus filhos com preconceito.

Fonte: elaboração própria.

Tentei iniciar uma breve reflexão sobre as propostas, mas, devido à limitação de tempo, não foi possível discutir sobre as respostas dadas pelos alunos neste dia. Assim, apenas recolhi as respostas. Sobre as respostas recolhidas, segue a análise:

Na proposta do Grupo A entra dois conceitos de Foucault: disciplina e normalização. Compreende-se que a proposta visa disciplinar os alunos através da repetição e da discussão contínua sobre o preconceito, normalizando atitudes mais inclusivas e empáticas, através da prática educativa. Por outro lado, ao discutir preconceitos, os alunos são incentivados a desconstruir discursos hegemônicos que perpetuam a homofobia, promovendo uma compreensão mais crítica e inclusiva.

Com relação ao Grupo B, vemos na proposta os conceitos de biopoder e cuidado. É uma ideia que reflete a preocupação com a saúde e o bem-estar dos alunos, abordando o biopoder no sentido de proteger e apoiar indivíduos vulneráveis. Além do mais, ao criar redes de suporte, a escola reconhece e responde as necessidades específicas dos alunos LGBTQIA+, desafiando as normas que perpetuam a exclusão e o isolamento.

Da proposta do grupo C, temos a historicização e desnaturalização, alinhando-se com a perspectiva de Foucault de que a sexualidade é uma construção histórica e cultural. Ao ensinar a história da sexualidade, a escola pode desnaturalizar conceitos atuais e mostrar como as normas sexuais mudaram ao longo do tempo. Entender a história da sexualidade permite aos alunos criticar as normas e práticas atuais, promovendo uma visão mais aberta e tolerante sobre a diversidade sexual.

O grupo D evidencia que ensinar sobre direitos sexuais empodera os alunos com conhecimento, permitindo-lhes entender e reivindicar seus direitos, ou seja, o conhecimento aparece como uma forma de poder que pode educar sobre direitos sexuais. Além disso, informar os alunos sobre seus direitos ajuda a combater a discriminação e a promover uma cultura de respeito e igualdade.

A proposta do grupo E destaca a disciplina da instituição da família, reconhecendo que a disciplina e a normatização começam em casa. Ao educar os pais, a escola busca ampliar a cultura de inclusão e respeito para além do ambiente escolar. Outro ponto de destaque dessa proposta é transformação social. Educando os pais, a escola atua como agente de mudança social, influenciando diretamente a educação dos alunos em casa.

Concluindo, entende-se que as propostas dos alunos refletem um pouco de entendimento dos mecanismos de poder, disciplina e normalização descritos por Foucault. Elas abordam a necessidade de educação contínua, apoio psicológico, conscientização histórica, empoderamento legal e transformação das atitudes parentais. Implementar essas propostas pode contribuir significativamente para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, promovendo uma cultura de respeito e igualdade para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

4.7 AULA 9: AVALIAÇÃO DO PROJETO, DISCUSSÃO SOBRE APRENDIZADOS E COLETA DE FEEDBACKS

O último encontro da intervenção aconteceu no dia 24 de maio, de acordo com o planejamento em anexo (anexo 5) e contou com a presença de 27 alunos. Foi um encontro mais demorado. Pedi ao professor que teria aula na sequência para me

ceder 20 minutos. Inicialmente falei dos objetivos do encontro e da importância do momento para a avaliação do projeto de intervenção. Depois pedi para os discentes formarem 5 grupos. Foram 3 grupos com 5 pessoas e 2 grupos com 6 pessoas. Formados os grupos, foram orientados a falar em uma palavra os conceitos sobre sexualidade, biopoder e disciplina. Puderam escrever no caderno e depois ler o que escreveram. Todos os grupos participaram, lendo suas respostas, conforme quadro abaixo:

Quadro 23 - tempestade de ideias

Grupo A: Aprendemos sobre o que heteronormatividade, controle e normas.

Grupo B: Aprendemos sobre normas sexuais, o poder da família, da Igreja e da escola.

Grupo C: As aulas explicaram sobre a ideia de que os comportamentos são regulados, inclusive os sexuais, por isso não demos ter preconceitos.

Grupo D: Estudamos sobre heteronormatividade, resistência e normas.

Grupo E: Estudamos sobre normas, regras, poder e não ter preconceito.

Fonte: elaboração própria.

O Grupo A reconheceu a importância de entender como a heteronormatividade influencia e controla os comportamentos sexuais. Também destacaram as normas e controle que são mecanismos que, conforme Foucault esclarece, regulam a sociedade e sua sexualidade.

O Grupo B também mencionou sobre as normas sexuais, um conceito importante na análise de Foucault sobre como as sociedades regulam a sexualidade. Além disso, destacaram o papel das instituições como a família, a igreja e a escola na disseminação e manutenção dessas normas, influenciando comportamentos desde a infância.

No grupo C foi destacada a regulação dos comportamentos, uma ideia alinhada com a teoria de Foucault sobre disciplina, em que ele descreve como os comportamentos são moldados e controlados pelas normas sociais; e o combate ao preconceito. Entender que os comportamentos sexuais são regulados socialmente ajuda a combater preconceitos, pois reconhece-se que as normas são construções sociais e não verdades absolutas.

Ao falar sobre heteronormatividade, normas e resistência, o Grupo D reforça a compreensão de como as normas sexuais dominantes marginalizam outras formas de expressão sexual, além de introduzir a ideia de que, embora existam normas e controle, também há formas de resistência contra essas imposições.

Entre o Grupo E, as palavras citadas como normas e regras referem-se aos instrumentos através dos quais o poder é exercido e os comportamentos são regulados; poder refere-se ao conceito foucaultiano de biopoder, que engloba as formas como as instituições controlam e gerenciam a vida e os corpos das pessoas; O combate ao preconceito alinha-se com a ideia de que reconhecer a construção social das normas pode ajudar a reduzir o preconceito.

Concluiu-se que houve uma certa compreensão dos conceitos-chave da teoria de Foucault sobre sexualidade, disciplina e biopoder. Eles destacam a importância das normas e do controle social exercido por diversas instituições (família, igreja, escola) e reconhecem a necessidade de combater preconceitos ao entender a construção social da sexualidade.

Aproveitei os grupos para abrir espaço para uma discussão em cima da pergunta: Quais foram os aprendizados de cada grupo? Dei o tempo de cinco minutos, e depois cada grupo leu suas respostas conforme podemos observar a seguir:

Quadro 24 - o que ficou de aprendizado?

Grupo A: Aprendemos sobre o que heteronormatividade, controle, biopoder e normas.

Grupo B: Aprendemos sobre o que é sexualidade, o poder da família, da Igreja, da escola e sobre o filósofo Michel Foucault.

Grupo C: Aprendemos sobre os comportamentos sexuais, para não termos preconceitos e sobre o filósofo Michel Foucault.

Grupo D: aprendemos sobre o que é heteronormatividade, sobre Michel Foucault, sobre a palavra sexualidade.

Grupo E: Aprendemos sobre normas, regras, poder, a não ter preconceito com os homossexuais, a respeitar as pessoas, sobre o nome sexualidade e sobre o francês Michel Foucault.

Os aprendizados dos grupos de alunos indicam uma compreensão abrangente e variada dos conceitos fundamentais de Foucault relacionados à sexualidade, poder e normas sociais. Todos os grupos demonstraram entendimento sobre heteronormatividade, biopoder, normas e controle social.

Eles também reconheceram a influência da família, igreja e escola na regulação dos comportamentos sexuais, enfatizando a importância de evitar preconceitos e respeitar a diversidade sexual, demonstrando a relevância de Michel Foucault para o estudo da sexualidade e do poder. Concluiu-se que os alunos conseguiram internalizar e refletir sobre os conceitos foucaultianos, aplicando-os ao contexto de suas próprias experiências e observações sobre a sociedade contemporânea.

Em seguida, os grupos foram convidados a reapresentar suas propostas de atividade inclusiva de educação sexual, demonstrando como elas poderiam ser implementadas. Todos os grupos responderam que não sabiam como implementar, exceto o grupo B, que deu a seguinte resposta: teria que marcar uma reunião com o diretor da escola e pedir a permissão dele. Após as apresentações, promovemos um breve diálogo (mais um monólogo) sobre a viabilidade das propostas, enfatizando o currículo e a importância do PPP da escola. Nesse momento, mantiveram-se mais escutando. Apenas uma aluna falou que não sabia nem o que era o PPP da escola, nem que isso existia. Outros seguiram a fala esboçando: nem eu.

No momento seguinte, fiz perguntas pontuais sobre a intervenção:

- O que vocês acharam mais interessante ou surpreendente ao longo do projeto?
- Como esses aprendizados podem ser aplicados no dia a dia de vocês?
- Houve alguma mudança na forma como vocês veem a sexualidade, o poder e a inclusão?

Sobre a pergunta: O que vocês acharam interessante ou surpreendente ao longo do projeto?, 9 estudantes responderam que o assunto era bom; 2 estudantes falaram que o tempo da aula passou rápido; 3 estudantes falaram que nunca tinham pensado sobre a sexualidade dessa forma. Os demais mantiveram-se em silêncio.

Na pergunta: Como esses aprendizados podem ser aplicados no dia a dia de vocês?, 9 estudantes responderam: como a senhora falou, o assunto foi importante

para ajudar a combater comportamentos de preconceitos; 2 estudantes responderam que no dia a dia vai ter mais cuidado para não julgar as pessoas; outros 3 estudantes falaram que o assunto foi importante para ajudar a tratar as pessoas com mais respeito independente das opções sexuais de cada um. Os demais alunos mantiveram-se em silêncio.

Sobre a pergunta: Houve mudança na forma como vocês veem a sexualidade, o poder e a inclusão?, surgiu um coro de sim. 1 estudante ressaltou que achava que o poder era só dos governos, da polícia e dos juízes; 2 alunos responderam que antes pensavam que sexualidade era sexo, e que agora aprenderam que envolve muita coisa, como sentimento, escolha, saúde. Os demais alunos permaneceram em silêncio.

Após escuta, um questionário de feedback foi distribuído para os alunos, contendo as seguintes perguntas:

1. O que você achou das aulas sobre biopoder, disciplina, estereótipos e ética sexual?
2. As atividades em grupo e discussões foram úteis para o seu aprendizado?
3. O que poderia ser melhorado?
4. Sua concepção de sexualidade é a mesma do início das aulas?

Quadro 25 - diagnóstico

Número de participantes		26 alunos
Indagações	Respostas recorrentes	Respostas múltiplas
1. O que você achou das aulas sobre biopoder, disciplina, estereótipos e ética sexual?	<p>6 alunos: Foi importante para aprender que os nossos comportamentos não são naturais e para diminuir nossos preconceitos.</p> <p>5 alunos: Foi importante para aprender que sexualidade não é só fazer sexo e para aprender a respeitar todas as pessoas independente de suas opções de vida.</p> <p>5 alunos: Foi importante para aprendermos sobre o filósofo Michel Foucault e sobre o que ele pensa sobre essas ideias.</p> <p>5 alunos: Aprendi que o poder não é só dos governos, mas também da família, da Igreja, da Escola e achei importante aprender sobre o que é sexualidade e Michel Foucault.</p> <p>4 alunos deixaram a resposta em branco.</p>	<p>1 estudante: Gostei muito sobre quando falou de disciplina, acho ela importante para atingir um objetivo. Não acho certo o governo querer que todos sejam iguais. Mas, na escola, se não tiver disciplina, os alunos bagunçam muito, prejudicando a gente aprender.</p>

Fonte: elaboração própria.

Como podemos observar, mesmo a atividade sendo entregue individualmente, as respostas sugerem que trocaram ideias. Alguns alunos destacaram que as aulas foram importantes para entender que os comportamentos não são naturais, mas sim construídos socialmente. Isso sugere uma reflexão crítica sobre como as normas e os estereótipos são formados e mantidos na sociedade.

Outro ponto ressaltado foi a importância de aprender que sexualidade vai além do ato sexual e que é crucial respeitar todas as pessoas, independentemente de suas escolhas de vida. Isso indica um avanço na compreensão da diversidade sexual e na promoção de uma ética de respeito e inclusão.

Houve um grupo que apreciou o aprendizado sobre Michel Foucault e suas ideias, sugerindo ter se beneficiado ao explorar suas teorias aplicadas à sexualidade e aos estereótipos.

Alguns estudantes mencionaram que as aulas os ajudaram a perceber que o poder não é exclusivo dos governos, mas também está presente em outras instituições como a família, a igreja e a escola. Isso demonstra uma ampliação do entendimento sobre como o poder opera em diferentes esferas da vida cotidiana.

Um estudante reconheceu que a disciplina é crucial para alcançar metas e objetivos, tanto na vida pessoal quanto na escola. Isso sugere uma valorização da organização e do autocontrole como meios para o sucesso individual e coletivo. Percebe-se um certo questionamento da ideia de que o governo deseja que todos sejam iguais, indicando uma preocupação com a perda de individualidade e diversidade. Isso pode refletir uma apreciação pela singularidade e a valorização das diferenças entre as pessoas. O estudante observa que, na escola, a falta de disciplina pode levar à bagunça e prejudicar o aprendizado. Isso demonstra uma compreensão pragmática de que a disciplina é necessária para manter um ambiente propício ao ensino e à aprendizagem.

O fato de 4 alunos deixarem a resposta em branco pode indicar uma variedade de razões, como falta de compreensão do conteúdo, desinteresse ou dificuldade em expressar suas opiniões. Isso sugere a importância de métodos de ensino que incentivem a participação ativa e a expressão de opiniões dos alunos.

Sobre a pergunta: As atividades em grupo e discussões foram úteis para o seu aprendizado?, Todos os alunos responderam que sim, mas não deram justificativa.

Na questão: O que poderia ser melhorado?, 10 respostas foram referentes ao tempo, ressaltando que o tempo das aulas foi curto. 6 alunos falaram que poderia ter passado uns vídeos curtos, mas acham que foi devido ao tempo curto. 5 alunos responderam que os assuntos de Filosofia poderiam ser legais iguais a esse. Os demais deixaram em branco.

Percebe-se que os alunos sentiram que o tempo foi o fator mais limitante durante as aulas. Isso pode ter afetado a capacidade de se aprofundar nos temas discutidos, participar de discussões mais amplas ou explorar mais recursos didáticos. A sugestão de vídeos curtos indica um interesse por métodos de ensino variados que poderiam enriquecer a aprendizagem, se houvesse mais tempo disponível para implementá-los. A resposta de que a Filosofia poderia tratar de assuntos legais como esse sugere talvez temas mais relacionados ao dia a dia dos estudantes. Sobre as respostas em branco, não tive como concluir qual seria o pensamento deles.

Diante do exposto, percebe-se que para melhorar a experiência da prática educacional, seria importante considerar maneiras de otimizar o uso do tempo em sala de aula, talvez ajustando o cronograma para permitir mais tempo para discussões ou atividades práticas. Além disso, poderia ser benéfico explorar a integração de recursos audiovisuais de forma mais eficaz, se as condições permitirem, para enriquecer o aprendizado dos alunos.

Na questão: Sua concepção de sexualidade é a mesma do início das aulas?, 20 alunos disseram que não; 2 discentes deixaram em branco; 4 estudantes disseram que mudaram uns pensamentos e outros não. Nenhum aluno colocou justificativa.

As respostas dos alunos mostram que a intervenção teve um impacto positivo na forma como eles percebem e entendem a sexualidade. A maioria relatou uma mudança em sua concepção desde o início das aulas, indicando que o conteúdo ensinado e as discussões em sala de aula foram eficazes em expandir seus horizontes e promover uma visão mais informada e inclusiva sobre o tema. Isso sugere que a educação para a sexualidade não apenas forneceu conhecimento teórico, mas também facilitou um processo de crescimento pessoal e desenvolvimento de pensamento crítico entre os alunos.

Encerrei a aula com uma breve apresentação teatral de cinco minutos, na qual cinco alunos da turma interpretaram um episódio intitulado *O Jeito de Cada Um*, da série *Que Corpo é Esse?*, produzida pela TV Cultura. Agradei calorosamente aos alunos pelo seu excepcional envolvimento, participação ativa e valiosas contribuições ao longo do projeto. Enfatizei a importância contínua de reflexão crítica sobre os temas discutidos e assegurei que suas contribuições serão utilizadas para aprimorar futuras aulas de Filosofia.

4.8 ANÁLISE DOS RESULTADOS ESPERADOS DA INTERVENÇÃO

Destarte, a intervenção pedagógica sobre Filosofia e Sexualidade, baseada nos conceitos de Michel Foucault, visou ao desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos sobre as complexas construções sociais que envolvem a sexualidade na contemporaneidade.

Com um enfoque claro na promoção do respeito à diversidade sexual, o projeto também se propõe a estimular um diálogo aberto e inclusivo sobre temas sensíveis, desafiando normas preestabelecidas e incentivando uma reflexão profunda sobre as implicações éticas e sociais dessas construções.

Além disso, buscou-se conscientizar os alunos sobre a importância de uma educação sexual inclusiva, que não apenas informe, mas também capacite-os a compreender e respeitar a diversidade de expressões e identidades sexuais presentes na sociedade contemporânea.

Analisando todos os momentos da intervenção, pode-se concluir que, apesar de desafios como o tempo limitado, indisciplina e os diferentes níveis de participação dos alunos, houve um engajamento significativo e uma participação ativa durante as discussões e atividades propostas. Isso sugere que os alunos se sentiram envolvidos e interessados no conteúdo apresentado.

Também, a maioria dos alunos relatou uma mudança em sua concepção inicial de sexualidade ao longo do curso, indicando que as aulas não apenas transmitiram conhecimento, mas também estimularam um processo de crescimento pessoal e desenvolvimento de uma visão mais inclusiva e informada sobre o tema.

O feedback dos alunos destacou áreas para melhorias, como mais tempo para discussões e o uso de recursos audiovisuais. Essas sugestões podem ser consideradas para otimizar futuras práticas educacionais e aprimorar ainda mais o aprendizado dos alunos.

O projeto de intervenção alcançou seus objetivos ao proporcionar aos alunos não apenas um entendimento acadêmico, mas também uma reflexão crítica sobre questões sociais relacionadas à sexualidade e ao poder. A continuidade dessas práticas pode contribuir para criar um ambiente escolar mais inclusivo e educativo, onde o pensamento crítico e a sensibilidade social são valorizados e cultivados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, investigamos a viabilidade de uma prática filosófica tendo como referencial teórico as ideias de Michel Foucault e, ao mesmo tempo, centrado do diálogo sobre a questão da sexualidade a ser trabalhada ou não no Ensino Médio. Para entender a complexidade da temática, partimos da análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular para o Ensino Médio de Pernambuco. A partir dessa análise, buscamos identificar como e se a sexualidade é contemplada nesses documentos, especialmente no componente curricular de Filosofia.

Para embasar nossa pesquisa, utilizamos os conceitos de biopoder, disciplina e sexualidade de Michel Foucault, os quais foram fundamentais para o desenvolvimento teórico e prático da intervenção realizada na Escola Estadual Jesuína Pereira Rêgo, em Caruaru, Pernambuco. Essa intervenção, composta por nove etapas de discussões e atividades investigativas, permitiu introduzir e aprofundar conceitos de sexualidade, disciplina e biopoder entre os alunos, promovendo uma compreensão reflexiva, inclusiva e crítica.

Os resultados dessa intervenção evidenciam a importância e a viabilidade de uma prática filosófica que aborde a sexualidade no Ensino Médio. Observou-se que, ao abordar temas como diversidade sexual, respeito mútuo e combate à discriminação e violência, a Filosofia pode desempenhar um papel significativo na educação sexual dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos, empáticos e conscientes das complexidades sociais que envolvem a sexualidade.

A partir dessas reflexões, é possível concluir que a análise da sexualidade como um dispositivo de poder, conforme abordado por Michel Foucault, nos permite compreender a complexidade das interações entre saber, controle, repressão e conhecimento. O estudo de Foucault revela que as identidades sexuais não são meras expressões naturais ou individuais, mas construções sociais moldadas por dinâmicas de poder. Ele destaca como os discursos médicos, religiosos e estatais têm historicamente contribuído para definir o que é considerado normal ou desviante em termos de sexualidade, resultando em um controle sutil, mas poderoso, sobre as vidas das pessoas.

A interseção entre as perspectivas de Foucault e Judith Butler enriquece essa análise, mostrando que o dispositivo da sexualidade é ativo na criação de categorias, terminologias e discursos que não apenas descrevem, mas também configuram a sexualidade. Butler enfatiza que essa construção não é neutra, mas seletiva, refletindo e reforçando construções sociais de identidade, gênero, raça e classe. Assim, a sociedade atribui valor e significado de forma desigual aos corpos, perpetuando exclusões e negações.

A exploração dos dispositivos históricos de saber e poder relacionados à sexualidade nos séculos XVIII e XIX por Foucault – como a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso – ilustra como a sexualidade é um produto de relações de poder e controle social. Esses dispositivos moldaram a experiência e a compreensão da sexualidade, evidenciando que ela não é um dado natural, mas um constructo histórico.

Além disso, a análise de Foucault mostra que a família e o corpo são centrais no dispositivo da sexualidade. A família funciona como um agente tático que observa, regula e molda comportamentos sexuais, enquanto o corpo é disciplinado e controlado conforme os valores hegemônicos da sociedade. A medicina desempenha um papel crucial na normalização e patologização das práticas sexuais, estabelecendo normas e discursos que influenciam profundamente a identidade e a vida das pessoas.

Portanto, compreender a sexualidade como um dispositivo de poder nos ajuda a decifrar não apenas suas manifestações externas, mas também seu papel na construção de quem somos e quem poderíamos ser. Reconhecer a interconexão entre poder, saber e sexualidade é fundamental para desafiar as normas dominantes e promover uma visão mais inclusiva e plural das identidades sexuais.

Com base na análise do Currículo de Pernambuco e da BNCC em relação ao ensino de Filosofia e sexualidade, pondero que o reconhecimento da sexualidade como um tema relevante no currículo escolar é fundamental para capacitar os estudantes a refletirem sobre questões éticas, morais e políticas. A Filosofia, ao fornecer ferramentas conceituais e analíticas, pode contribuir significativamente para essa reflexão crítica.

A perspectiva de Michel Foucault que analisa a sexualidade através das

relações de poder e das práticas discursivas oferece uma abordagem para entender a construção social da sexualidade. Essa abordagem pode ser integrada ao currículo de Filosofia para enriquecer o debate e a compreensão dos estudantes, onde a escola possa valorizar as diversidades sociais, econômicas, culturais, de gênero e de sexualidade presentes em sua realidade. Promover a democracia, a alteridade e o respeito às diferenças são essenciais para um ambiente educacional inclusivo e democrático.

As competências específicas e habilidades de Filosofia presentes na BNCC e no Currículo de Pernambuco oferecem oportunidades para explorar a sexualidade de maneira crítica e reflexiva. Habilidades como reconhecer e combater desigualdades e violência, e problematizar as dimensões éticas do sujeito na contemporaneidade são exemplos de como o tema da sexualidade pode ser integrado ao currículo. Por outro lado, a falta de uma orientação explícita sobre sexualidade nesses documentos oficiais de educação junto à omissão do termo sexualidade nos documentos analisados para o Ensino Médio apresenta desafios significativos para os professores na implementação dessa temática em sala de aula. Essa ausência pode refletir uma influência conservadora e o temor de reações negativas de setores mais tradicionais da sociedade, limitando assim a capacidade do currículo escolar de combater preconceitos e promover uma educação inclusiva e emancipadora.

Em face da ausência de orientações claras, a responsabilidade de abordar a sexualidade recai sobre os professores. É essencial que os educadores recebam formação adequada e tenham acesso a recursos que os auxiliem na abordagem desse tema.

É necessário refletir criticamente sobre os documentos normativos da educação, como a BNCC e o Currículo de Pernambuco, para entender como eles moldam a concepção de sexualidade e influenciam a construção da sociedade. A omissão da temática da sexualidade pode reforçar preconceitos e intolerâncias ao invés de combatê-los.

Para que haja uma adaptação efetiva dos programas curriculares nas realidades das escolas e das redes, é crucial promover momentos de discussão teórica e reflexão prática sobre a inclusão da sexualidade no currículo de Filosofia. Esses diálogos podem contribuir para uma implementação mais coerente e eficaz da educação sexual nos ambientes escolares.

Não podemos deixar de observar que esta pesquisa contribui para o campo científico ao ampliar a compreensão sobre as construções sociais da sexualidade e seu impacto nas dinâmicas de poder. Introduzi novas perspectivas baseadas em Foucault e Butler, enfatizando a relevância da Filosofia na reflexão crítica sobre questões éticas e sociais contemporâneas. As descobertas oferecem *insights* para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas interessados em promover uma educação mais inclusiva e emancipatória ao integrar os conceitos de Michel Foucault ao currículo escolar, podemos fornecer aos estudantes as habilidades para entenderem e desafiarem as normas sociais que moldam suas identidades e experiências sexuais.

Portanto, é fundamental que as políticas educacionais e os currículos escolares reconheçam a importância de uma educação sexual emancipatória e inclusiva, que não apenas informe, mas também capacite os estudantes a questionar e transformar as estruturas de poder que regulam suas vidas. A Filosofia, com seu potencial crítico e reflexivo, pode desempenhar um papel vital nesse processo fornecendo ferramentas conceituais e analíticas para uma compreensão mais profunda das complexidades da sexualidade humana.

É importante reconhecer que este estudo enfrentou desafios, como limitações de tempo e variabilidade na participação dos alunos. Futuras pesquisas podem se aprofundar na análise das práticas pedagógicas específicas para otimizar a abordagem da sexualidade na educação. Além disso, explorar as percepções dos próprios educadores e das políticas educacionais poderia fornecer uma visão mais abrangente das barreiras e oportunidades para implementações eficazes.

Os resultados desta pesquisa têm implicações práticas significativas para a educação e além. Recomenda-se o desenvolvimento de diretrizes claras para a inclusão da sexualidade no currículo escolar, apoiando a formação de professores e a criação de ambientes educacionais seguros e acolhedores. A promoção do diálogo aberto e inclusivo sobre sexualidade pode contribuir para uma sociedade mais justa e consciente das diversidades.

Este processo de pesquisa foi enriquecedor e desafiador, permitindo uma reflexão profunda sobre as estruturas de poder que permeiam as discussões sobre sexualidade. Enfrentei desafios, mas também testemunhei o impacto positivo das discussões críticas e informadas na sala de aula. Esta experiência fortaleceu meu

compromisso com uma educação que valorize a diversidade e promova a reflexão ética.

Em suma, esta pesquisa reafirma a importância de compreender a sexualidade como um constructo social e político, não apenas biológico. Os resultados destacam a necessidade urgente de políticas educacionais que reconheçam e respeitem as diversas expressões de sexualidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. Continuar explorando estas questões é essencial para avançar na promoção de direitos humanos fundamentais e na construção de um futuro mais igualitário e respeitoso para todos.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Andréa Vieira. Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. In: Revista Iberoamericana de Educación. Vol. 40 Núm.2, 2006.
- BRANCO, Guilherme Catelo. Michel Foucault: biopolítica e estética da existência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação do. Parâmetros curriculares nacional para o ensino médio. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL, Ministério da Educação do. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação do. Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 21 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base*. Brasília, 2018.
- BUTLER, Judith. Vida precária – Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: www.Crocodilo.site, 2019.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. Disponível em [http:// https://edisciplinas.usp.br/](http://https://edisciplinas.usp.br/) Acesso em 12 de mai. 2024.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. *Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como tema transversal*. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, p. 242
- CARVALHO, Pedro Henrique Varoni; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. In: FERNANDES JR., Antônio. SOUSA, Kátia Meneses de. *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiana: Gráfica UFG, 2014.
- CERLETI, Alejandro. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Repressão sexual: em nossa (des)conhecida. Editora: Brasiliense, 1984.,

CHAUÍ, Marilena. Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DELUMEAU, Jean. A confissão e o perdão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DEWEY, J. Democracia e Educação. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1979.

DEWEY, J. A escola e a sociedade e a criança e o currículo. Tradução Paulo Faria. Lisboa, Portugal: Relógio D'água, 2002.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Educação, Ministério da Justiça, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, FAZENDA, Irani. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 11.ed. Campinas-SP: Papirus, 1994.

FIORINI, Jessica Sampaio. Educação sexual na escola: currículo e práticas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder e saber. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade saber. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 11. ed. SãoH Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIGOTTO, G. (org.). Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de políticas pública da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESPLPPUERJ.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Sedad/Mec, 2009 p.168.

KRAWCZYK, Nora & FERRETTI, João Oliveira. Flexibilizar para que? meias verdades da "reforma". Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/>>Acesso em: 23 fev. 2024.

LIMA, Maria da Conceição Silva de; GOMES, Danyella Jakellyne Lucas. Novo ensino médio em Pernambuco. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 16, n. 35, p. 315- 336, mai./ago. 2022. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>> Acesso em 12 mar. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, 2000 ed. Autêntica, p.9

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação sexual na escola. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). Sexualidade e Educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p.153-179.

MEC, Normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. de junho de 2014.

MEDEIROS, Laura Telles. Educação sexual: possível? Manhumirim, MG: Editora da Autora, 2020. Disponível em <http://www.uffj.bc.gov.br/profbio.gov.br/pdf> Acesso em 14 de mar. 2024.

MONTEIRO, Maria Emanuele Rodrigues. Governamentalidade, biopolítica e biopoder: a produção identitária para o corpo velho nos discursos da mídia brasileira contemporânea. João Pessoa: EdUFPB, 2014. [tese de doutorado].

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. A presença da filosofia no novo ensino médio. Maceió: Café com sociologia, 2023.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes. Currículo de Pernambuco: ensino médio. Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife: Secretaria, 2020.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes. Currículo de Pernambuco: ensino médio. Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife: Secretaria, 2021.

PNE. Sexualidade Como tema transversal. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documentoreferencia> Acesso em 14 de abr. 2024.

RIBEIRO, Paula Regina da Costa. Corpos, gênero e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar. 3.ed. Rio Grande: FURG, 2013a.

RIBEIRO, Paula Regina da Costa. Corpos, gênero e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar. 3.ed. Rio Grande: FURG, 2013b.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: Movimento, Revista de educação. No 4. 2006.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações. 8a ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHINDHELM, Virginia Georg. A sexualidade na educação infantil. In: Revista Aleph Infâncias. Ano V N° 16. Novembro de 2011.

SFORZINI, Arianna. Michel Foucault, um pensar do corpo. São Paulo: Unesp, 2023.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. Sexualidade começa na infância. São Paulo: Blucher, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

UNICEF. Dados sobre a infância. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos> Acesso em 10 de jan. 2024.

ANEXOS**ANEXO N. 01 - Plano de Aula 1 e 2 (2 tempos de 50 minutos)**

Tema: Explorando a Filosofia e a Sexualidade: Introdução à Perspectiva de Michel Foucault
Objetivo Geral: Apresentar-se aos alunos e introduzir o tema do projeto de mestrado, incentivando a reflexão sobre as concepções de filosofia e sexualidade, utilizando os conceitos de Michel Foucault como base para a discussão.
Objetivos Específicos: <ol style="list-style-type: none">1. Apresentar-se e criar um ambiente de confiança e diálogo.2. Introduzir o projeto de mestrado e sua relevância.3. Explorar as concepções dos alunos sobre filosofia e sexualidade.4. Iniciar uma reflexão crítica sobre sexualidade a partir da perspectiva de Michel Foucault.
Material Necessário: <ul style="list-style-type: none">• Trechos do livro <i>História da Sexualidade: A Vontade de Saber</i> de Michel Foucault.• Quadro branco e marcadores.• Fichas de atividades.• Folhas de papel e canetas.

Desenvolvimento da Aula

1. Abertura

- **Apresentação Pessoal:** Breve introdução sobre quem sou eu, e o objetivo do meu projeto de mestrado.
- **Dinâmica de Quebra-Gelo:** Atividade rápida para conhecer os alunos (por exemplo, cada aluno diz seu nome e uma palavra que associe com filosofia ou sexualidade).

2. Introdução ao Projeto

- **Explicação do Projeto:** Descrição do tema do projeto, destacando a importância de discutir sexualidade no contexto da educação e da filosofia.
- **Objetivos do Projeto:** Explicação dos objetivos principais, como entender o espaço da sexualidade no currículo escolar e promover uma prática filosófica reflexiva.

3. Discussão Inicial

- **Questões Norteadoras:**
 - O que vocês entendem por filosofia?
 - O que vocês entendem por sexualidade?
 - Vocês acham que a escola deve discutir temas relacionados à sexualidade? Por quê?
- **Atividade individual:** pensar essas questões e depois compartilhar com a turma.

4. Introdução a Michel Foucault

- **Contextualização:** Breve biografia de Michel Foucault e sua importância na filosofia contemporânea.
- **Conceitos Chave:** Introdução ao conceito de Foucault sobre sexualidade, a partir do livro *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*.
- **Leitura e Discussão:** Selecionar um pequeno trecho do livro para leitura e discussão em grupo (Selecionado trechos do capítulo “Nós, vitorianos”)

5. Reflexão e Debate

- **Atividade de Reflexão:** Pedir aos alunos que escrevam uma breve reflexão sobre como a visão de Foucault sobre sexualidade difere de suas concepções iniciais.
- **Debate Aberto:** Facilitar um debate aberto sobre as impressões dos alunos e a relevância dessas discussões no contexto escolar.

6. Encerramento

- **Síntese da Aula:** Resumo dos principais pontos discutidos.
- **Próximos Passos:** Explicar o que será abordado nas próximas aulas e como os alunos podem se preparar.
- **Feedback:** Solicitar feedback dos alunos sobre a aula e suas expectativas para as próximas sessões.

7. Avaliação

- Participação dos alunos nas discussões e atividades em grupo.
- Reflexões escritas sobre a visão de Foucault.
- Feedback final dos alunos sobre a aula.

ANEXO N. 02 - Plano de Aula 3 e 4 (2 tempos de 50 minutos)

<p>Tema: Conceito de Sexualidade e Biopoder segundo Michel Foucault</p>
<p>Objetivo Geral: Compreender o conceito de sexualidade segundo Michel Foucault e introduzir a noção de biopoder, estimulando a reflexão crítica e filosófica sobre o controle e regulação dos corpos e comportamentos na sociedade contemporânea.</p>
<p>Objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar a visão de Michel Foucault sobre a sexualidade como uma construção social e histórica. 2. Discutir os mecanismos de controle da sexualidade identificados por Foucault. 3. Introduzir o conceito de biopoder e sua aplicação no contexto da sexualidade. 4. Proporcionar um espaço de reflexão e debate sobre o controle social da sexualidade. 5. Estimular a capacidade crítica dos alunos em relação às normas sociais e práticas reguladoras da sexualidade.
<p>Material Necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trechos do livro <i>História da Sexualidade: A Vontade de Saber</i> de Michel Foucault. • Quadro branco e marcadores. • Fichas de atividades. • Folhas de papel e canetas.

Desenvolvimento da Aula**1. Introdução:**

- Apresentação do tema da aula e seus objetivos.
- Breve explanação sobre o filósofo Michel Foucault e sua importância para a filosofia contemporânea.
- Voltar a perguntar para os alunos: "O que vocês entendem por sexualidade?" (abrir espaço para respostas e discussões iniciais).

2. Exposição Teórica:

- Explicar a noção de sexualidade em Foucault, enfatizando que ele vê a sexualidade não como uma verdade biológica, mas como uma construção social e histórica.

- Leitura e análise de trechos selecionados do capítulo 1 do livro *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*.

6. Discussão sobre como Foucault vê a sexualidade como uma forma de controle e regulação social.

3. Atividade em Grupo:

- Dividir a turma em grupos de 5 alunos.
- Cada grupo recebe uma ficha de atividade com as seguintes perguntas:

- Como a sexualidade é tratada na sociedade contemporânea?

- Quais são os mecanismos de controle da sexualidade que vocês observam no dia a dia?

- Vocês acham que esses mecanismos são justos? Por quê?

- Os grupos discutem entre si e anotam suas conclusões.

4. Apresentação e Discussão:

- Cada grupo apresenta suas conclusões para a turma.
- Debates e reflexões coletivas sobre os pontos levantados.

- **5. Introdução ao Biopoder** (Trechos do livro *História da Sexualidade: a vontade de saber*, Capítulo *Direito de morte e poder sobre a vida*).

- Explicação do conceito de biopoder segundo Foucault:

- O biopoder é uma forma de poder que se concentra na gestão da vida, dos corpos e das populações.

- Relação entre biopoder e sexualidade: como o controle da sexualidade serve para regular as pessoas e manter o poder.

- Exemplo prático: Discussão sobre políticas de saúde pública e sua relação com o controle da sexualidade.

6. Reflexão Final:

- Perguntar aos alunos: "Como vocês acham que o conceito de biopoder se aplica à nossa sociedade atual?"

- Concluir com uma reflexão sobre a importância de questionar e entender os mecanismos de poder em torno da sexualidade.

- Reforçar a importância de uma prática filosófica para desenvolver um pensamento crítico sobre temas como a sexualidade e o biopoder.

7. Avaliação:

- Participação nas discussões em grupo e coletivas.
- Qualidade das respostas na atividade em grupo.

ANEXO N. 03 - Plano de Aula 5 e 6 (2 tempos de 50 minutos)

<p>Tema: Conceito de Biopoder e Disciplina segundo Michel Foucault</p>
<p>Objetivo Geral: Aprofundar a compreensão do conceito de biopoder e introduzir o conceito de disciplina segundo Michel Foucault, estimulando a reflexão crítica sobre os mecanismos de controle social e suas implicações na vida cotidiana.</p>
<p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Revisar o conceito de biopoder e suas implicações sociais. 2. Introduzir e explorar o conceito de disciplina segundo Foucault. 3. Analisar trechos dos livros <i>Microfísica do Poder</i> e <i>Vigiar e Punir</i> para ilustrar os conceitos discutidos. 4. Promover debates e reflexões críticas sobre o controle e a regulamentação dos corpos e comportamentos na sociedade.
<p>Material Necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trechos dos livros <i>Microfísica do Poder</i> e <i>Vigiar e Punir</i> de Michel Foucault. • Quadro branco e marcadores. • Projetor (opcional). • Fichas de atividades. • Folhas de papel e canetas.

Desenvolvimento da Aula

Exposição Teórica sobre Biopoder:

- Discussão sobre como o biopoder se manifesta em diferentes áreas da vida (saúde, educação, sexualidade, etc.).
- Leitura e análise de um trecho do livro *História da Sexualidade: a vontade de saber* que ilustre o conceito de biopoder.

3. Introdução ao Conceito de Disciplina:

- Explicação do conceito de disciplina segundo Foucault: práticas e instituições que regulam o comportamento dos indivíduos através de mecanismos de controle e vigilância.
- Introdução ao livro *Vigiar e Punir* e sua relevância para a compreensão da disciplina.

4. Análise de Trechos de *Vigiar e Punir*:

- Leitura e análise de trechos selecionados de *Vigiar e Punir*.

- Discussão sobre como a disciplina é exercida através da vigilância e do controle.

5. Atividade em Grupo:

- Dividir a turma em grupos de 5 alunos.
- Cada grupo recebe uma ficha de atividade com as seguintes perguntas:
 - Como os conceitos de biopoder e disciplina se manifestam em diferentes áreas da sua vida cotidiana (escola, família, mídia, etc.)?
 - Quais são os mecanismos de vigilância e controle que vocês percebem ao seu redor?
 - Como esses mecanismos influenciam o comportamento e as escolhas das pessoas?
- Os grupos discutem entre si e anotam suas conclusões.

6. Apresentação e Discussão:

- Cada grupo apresenta suas conclusões para a turma.
- Debates e reflexões coletivas sobre os pontos levantados.

7. Reflexão Final:

- Perguntar aos alunos: "Como vocês acham que os conceitos de biopoder e disciplina se aplicam à nossa sociedade atual?"
- Concluir com uma reflexão sobre a importância de questionar e entender os mecanismos de poder em torno da disciplina e do controle social.
- Reforçar a importância de uma prática filosófica para desenvolver um pensamento crítico sobre temas como biopoder e disciplina.

9. Avaliação:

- Participação nas discussões em grupo e coletivas.
- Qualidade das respostas na atividade em grupo.
- Reflexão crítica demonstrada na tarefa para casa (se aplicável).

ANEXO N. 04 - Plano de Aula 7 e 8 (2 tempos de 50 minutos)

<p>Tema: Desconstrução de Estereótipos e Preconceitos, Ética Sexual e Relações de Poder, Educação Sexual e Inclusão.</p>
<p>Objetivo Geral: Promover a reflexão crítica sobre estereótipos e preconceitos relacionados à sexualidade, discutindo ética sexual, relações de poder, educação sexual inclusiva, empoderamento e autonomia, a partir dos conceitos de Michel Foucault.</p>
<p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Desconstruir estereótipos e preconceitos relacionados à sexualidade.2. Discutir a ética sexual e as relações de poder, baseando-se nos conceitos de Foucault.3. Promover a compreensão da importância de uma educação sexual inclusiva.
<p>Material Necessário:</p> <ul style="list-style-type: none">• Quadro branco e marcadores.• Trechos do livro <i>Microfísica do poder</i> e <i>História da sexualidade: a vontade de saber</i>.• Fichas de atividades.• Folhas de papel e canetas.

Desenvolvimento da Aula:**1. Introdução**

- Apresentação do tema da aula e seus objetivos.
- Recapitulação rápida dos conceitos de sexualidade, biopoder e disciplina discutidos nas aulas anteriores.
- Explicação sobre a importância da desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados à sexualidade.

2. Discussão sobre Estereótipos e Preconceitos:

- Perguntar aos alunos: "Quais estereótipos e preconceitos sobre sexualidade vocês observam na sociedade?" (abrir espaço para respostas e discussões iniciais).
- Relacionar os conceitos discutidos com os estereótipos e preconceitos identificados pelos alunos.
- Leitura e análise de um trecho de Foucault sobre normas sociais e poder.

- Trecho sugerido: *Microfísica do Poder* (discussão sobre as normas e o controle dos corpos).

3. Ética Sexual e Relações de Poder:

- Explicação sobre ética sexual e como Foucault aborda as relações de poder.
- Leitura e análise de um trecho de Foucault sobre ética sexual e relações de poder.
 - Trecho sugerido: *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (discussão sobre as relações de poder e sexualidade).
- Discussão em grupo sobre como essas relações de poder afetam a ética sexual na sociedade atual.

4. Educação Sexual e Inclusão:

- Explicação sobre a importância de uma educação sexual inclusiva.
- Discussão sobre os desafios e benefícios de incluir diversas perspectivas na educação sexual.
- Leitura e análise de um trecho de Foucault sobre inclusão e poder.
 - Trecho sugerido: *Microfísica do Poder* (discussão sobre inclusão e as políticas de poder).
- Atividade em grupo: cada grupo cria uma proposta de atividade inclusiva para a educação sexual.

5. Apresentação e Discussão das Propostas:

- Cada grupo apresenta sua proposta de atividade inclusiva para a educação sexual.
- Discussão coletiva sobre as propostas, destacando os pontos positivos e possíveis melhorias.
- Reflexão sobre como essas propostas podem ser implementadas na prática.

6. Reflexão Final:

- Conclusão da aula com uma discussão sobre a importância da ética sexual, empoderamento e autonomia.
- Reforçar a importância de questionar e entender os mecanismos de poder em torno da sexualidade, baseando-se nos conceitos de Foucault.
- Perguntar aos alunos: "Como vocês acham que podemos

aplicar esses conceitos em nossas vidas cotidianas?"

6. Avaliação:

- Participação nas discussões em grupo e coletivas.

- Qualidade das propostas de atividades inclusivas para a educação sexual.
- Reflexão crítica demonstrada na tarefa para casa (se aplicável).

ANEXO N. 05 - Plano de Aula (1 tempo de 70 minutos)

Tema: Avaliação do Projeto, Discussão sobre Aprendizados e Coleta de Feedbacks
Objetivo Geral: Avaliar o impacto do projeto de intervenção por meio de propostas de atividades inclusivas para a educação sexual, promovendo uma reflexão crítica sobre os aprendizados obtidos e coletando feedback dos alunos para futuras melhorias.
Objetivos Específicos: <ol style="list-style-type: none">1. Sintetizar os temas discutidos durante as aulas.2. Promover uma discussão sobre os principais aprendizados e reflexões dos alunos ao longo do projeto.3. Coletar feedbacks dos alunos para avaliar a eficácia do projeto e identificar áreas de melhoria.

Desenvolvimento da Aula:**1. Introdução:**

- Apresentação dos objetivos do encontro final.
- Explicação sobre a importância da avaliação do projeto e da coleta de feedbacks.

2. Apresentação dos conceitos de Michel Foucault estudados durante a intervenção:

- Cada grupo de alunos apresentar em uma palavra os temas discutidos durante as aulas anteriores (sexualidade, biopoder, disciplina, estereótipos, ética sexual e inclusão).

3. Discussão sobre Aprendizados:

- Após as apresentações, abrir um espaço para discussão:
 - Quais foram os principais aprendizados de cada grupo?

4. Reapresentação das propostas de atividade inclusiva de educação sexual com ideias de aplicabilidade.**5. Reflexão e Avaliação do Projeto:**

- Perguntar aos alunos:
 - O que vocês acharam mais interessante ou surpreendente ao longo do projeto?
 - Como esses aprendizados podem ser aplicados no dia a dia de vocês?

- Houve alguma mudança na forma como vocês veem a sexualidade, o poder e a inclusão?

5. Coleta de Feedbacks:

- Distribuir questionários de feedback para os alunos, contendo perguntas como:
 - O que você achou das aulas sobre biopoder, disciplina, estereótipos e ética sexual?
 - As atividades em grupo e discussões foram úteis para o seu aprendizado?
 - O que poderia ser melhorado?
 - Sua concepção de sexualidade é a mesma do início das aulas?

6. Encerramento:

- Agradecer aos alunos pela participação e engajamento ao longo do projeto.
- Reforçar a importância de continuar refletindo criticamente sobre os temas discutidos.
- Informar que os feedbacks serão utilizados para melhorar futuras aulas e agradecer pela contribuição.

Avaliação:

- Análise dos questionários de feedback para avaliar a eficácia do projeto e identificar áreas de melhoria.
- Reflexões críticas expressas pelos alunos durante as discussões e no feedback escrito.

ANEXO N. 06**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA****ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA****ATIVIDADE 1****1º ano do Ensino Médio**

1- Qual é a sua concepção de Filosofia?

R _____

2- O que você entende por sexualidade?

R _____

ANEXO N. 07**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ATIVIDADE 2 (Google Forms)**1º ano do Ensino Médio (falta colocar as alternativas)**

- 1- Você acredita que a escola consegue prepará-lo de forma concreta para compreender temas contemporâneos?
- A- Sim, a escola fornece recursos e discussões que me ajudam a compreender temas contemporâneos.
 - B- Parcialmente, algumas disciplinas abordam esses temas, mas poderiam ser mais abrangentes
 - C- Não muito, sinto que falta atualização e profundidade nos assuntos contemporâneos abordados pela escola.
 - D- Não, a escola não oferece preparação adequada para compreender temas contemporâneos.
- 2- Você se sente à vontade para discutir temas relacionados à sexualidade com seus amigos?
- A- Sim, sempre compartilho abertamente com meus amigos sobre questões relacionadas à sexualidade.
 - B- Às vezes, dependendo do contexto e da confiança com meus amigos.
 - C- Não muito, prefiro manter essas questões privadas.
 - D- Não, prefiro ficar em silêncio.
- 3) Você se sente à vontade para falar sobre sexualidade na escola?

A- Sim, sinto-me confortável discutindo questões relacionadas à sexualidade na escola.

B- Depende do contexto e da abordagem dos professores e colegas.

C- Não muito, acho que o ambiente escolar não é propício para discutir sobre sexualidade.

D- Não, sinto-me desconfortável falando sobre sexualidade na escola.

4) Você já participou de alguma atividade pedagógica relacionada à educação sexual durante seu período escolar?

A- Sim, tive aulas específicas sobre educação sexual durante minha formação escolar.

B- Não, nunca tive qualquer tipo de experiência pedagógica com o tema educação sexual na escola.

C- Sim, participei de debates ou discussões em sala de aula sobre questões relacionadas à educação sexual.

D- Não, mas estou interessado(a) em aprender mais sobre o assunto e participar de atividades educativas nessa área.

5) Na sua opinião, a escola deve abordar o tema da sexualidade, ou você acredita que essa é uma responsabilidade apenas da família?

A- Sim, a escola deve abordar o tema da sexualidade para fornecer informações precisas e promover a saúde sexual dos alunos.

B- Não, acredito que a educação sexual é uma responsabilidade exclusiva da família e deve ser discutida em casa.

C- Sim, a escola deve abordar o tema da sexualidade, mas em parceria com a família, para garantir uma abordagem abrangente.

D- Sim, a escola pode abordar o tema da sexualidade de forma geral, mas a educação específica deve ser deixada para a família.

6) Você acredita que discussões filosóficas sobre sexualidade podem ser benéficas para os estudantes?

A- Sim, discussões filosóficas podem ajudar os estudantes a refletir sobre questões éticas e morais relacionadas à sexualidade.

B- Não, considero que questões filosóficas são inadequadas para discussões sobre sexualidade.

C- Talvez, depende da maturidade e do contexto dos estudantes.

D- Sim, essas discussões podem promover uma compreensão mais profunda das diferentes perspectivas sobre sexualidade.

E- Não sei, preciso de mais informações sobre como essas discussões seriam conduzidas.

7) Você conhece ou já ouviu falar no Filósofo Michel Foucault?

A- Sim

B- Não

8) Como você percebe a presença de regras e regulamentos na escola?

A- Como necessárias para manter a ordem e o ambiente de aprendizado adequado.

B- Como restritivas, limitando a liberdade dos alunos.

C- Como importantes para garantir a segurança e o bem-estar dos estudantes.

D- Como úteis para promover a disciplina e a responsabilidade entre os alunos.

E- Como desnecessárias, pois os alunos podem autorregular seu comportamento sem a necessidade de regras rígidas.

9) Como você descreveria a atmosfera da escola em termos de vigilância e controle dos alunos?

R _____

10) Quais são os métodos utilizados para monitorar o comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula?

R _____

11) Existem programas ou iniciativas específicas relacionadas à saúde mental e sexualidade?

A- Sim.

B- Não.

12) Existem políticas ou programas para promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual na escola?

A- Sim.

B- Não.

13) Como você percebe a influência da escola na formação da sua identidade, especialmente em relação à sexualidade?

R _____

14) Você acredita que a escola desempenha um papel importante na formação das identidades dos alunos?

A- Sim, a escola é fundamental para ajudar os alunos a desenvolverem uma compreensão de si mesmos e de seu lugar na sociedade.

B- Não, a formação da identidade dos alunos é uma responsabilidade exclusiva da família.

C- Sim, mas a influência da escola na formação da identidade dos alunos é limitada em comparação com outros aspectos da vida.

D- Sim, a escola fornece um ambiente onde os alunos podem explorar diferentes aspectos de sua identidade.

E- Não sei, acredito que a formação da identidade é influenciada por uma combinação de fatores e a escola pode ser um deles.

15) Você acha que a escola influencia as percepções dos alunos sobre sua sexualidade?

A- Sim, a escola pode influenciar as percepções dos alunos sobre sua sexualidade por meio do currículo, das políticas e do ambiente escolar.

B- Não, as percepções dos alunos sobre sua sexualidade são moldadas principalmente por fatores externos à escola.

C- Sim, mas a influência da escola nas percepções dos alunos sobre sua sexualidade é limitada em comparação com outros aspectos de suas vidas.

D- Sim, a escola desempenha um papel significativo na formação das percepções dos alunos sobre sua sexualidade, pois fornece informações e contextos sociais relevantes.

E- Não sei, acredito que as percepções dos alunos sobre sua sexualidade são influenciadas por uma combinação de fatores, incluindo a escola, a família e a mídia.

16) Na escola que você estuda, existe normas implícitas ou explícitas para comportamentos relacionados a sexualidade?

A- Sim.

b- Não.

ANEXO N. 08**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA****ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA****INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA****ATIVIDADE 3 (Google Forms)****1º ano do Ensino Médio**

A partir da leitura e discussão realizada na sala de aula responda:

- 1- Como Michel Foucault concebe a verdade?
 - A) Como absoluta
 - B) Como Universal
 - C) É uma construção histórica e social

- 2- Como Foucault concebe a sexualidade?
 - A) Como uma simples expressão da natureza.
 - B) Como um complexo de práticas, discursos e instituições que se articulam historicamente.
 - C) Concebe a sexualidade a partir de uma visão exclusivamente biológica.

- 3- Você concorda ou discorda de Michel Foucault sobre a concepção de sexualidade?
 - A) Concordo
 - B) B) Discordo

ANEXO N. 09**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ATIVIDADE 4 (em grupo)**1º ano do Ensino Médio**

1. Como a sexualidade é tratada na sociedade contemporânea?

R _____

2. Quais são os mecanismos de controle da sexualidade que vocês observam no dia a dia?

R _____

3. Vocês acham que esses mecanismos são justos? Por quê?

R _____

ANEXO 10**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ATIVIDADE 5 (em grupo)**1º ano do Ensino Médio**

- 1- Como vocês acham que o conceito de biopoder se aplica à nossa sociedade atual?

R _____

ANEXO 11**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ATIVIDADE 6 (em grupo)**1º ano do Ensino Médio**

- 1- Como os conceitos de biopoder e disciplina se manifestam em diferentes áreas da sua vida cotidiana (escola, família, mídia, etc.)?

R _____

- 2- Quais são os mecanismos de vigilância e controle que vocês percebem ao seu redor?

R _____

- 3- Como esses mecanismos influenciam o comportamento e as escolhas das pessoas?

R _____

ANEXO 12**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ATIVIDADE 7 (em grupo)**1º ano do Ensino Médio**

- 1- Quais estereótipos e preconceitos sobre sexualidade vocês observam na sociedade?

R _____

- 2- Qual a importância de uma educação sexual inclusiva?

ANEXO 13

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

**ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

ATIVIDADE 8 (em grupo)

1º ano do Ensino Médio

- 1- Criar uma proposta de atividade inclusiva para a educação sexual.

ANEXO 14**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ATIVIDADE 9**1º ano do Ensino Médio**

1- O que você achou das aulas sobre biopoder, disciplina, estereótipos e ética sexual?

R _____

2- As atividades em grupo e discussões foram úteis para o seu aprendizado?

R _____

3- O que poderia ser melhorado?

R _____

4- Sua concepção de sexualidade é a mesma do início das aulas?

R _____

ANEXO 15

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, [REDACTED], na função de [REDACTED] da Escola Professora Jesuina Pereira Rego, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada 'A SEXUALIDADE NA BNCC E NO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO/ENSINO MÉDIO: Há espaço para uma prática filosófica?' na ESCOLA PROFESSORA JESUINA PEREIRA REGO, tendo como pesquisadora responsável ROMUALDA MIRDES DE FIGUEIROA VIEIRA, matrícula 20211035816.

Caruaru-Pernambuco, 15/03/2024

[REDACTED]
Nome, função e instituição da pessoa que está autorizando
(incluir carimbo e assinatura)